

30 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

Conscientização

muda perfil

da adoção

Dados do CNJ mostram que número de aspirantes a pais que só aceitam crianças brancas caiu no Brasil

Simoni Saris
Reportagem Local

O perfil da adoção vem mudando no Brasil. Até pouco tempo atrás, ao preencherem o Cadastro de Pretendentes para Adoção, a maioria dos candidatos a pais adotivos faziam questão de bebês de pele clara. Nos últimos anos, porém, essa exigência vem sendo deixada de lado e o número de pretendentes à adoção que aceitam crianças negras e pardas cresceu. Dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), da Corregedoria Nacional de Justiça, apontam que o número de aspirantes a pais que só aceitam crianças brancas caiu de 38,73% em 2010 para 22,56% neste ano. Já o número de candidatos que aceitam crianças negras subiu de 30,59% para 46,7% e os que aceitam crianças pardas cresceu de 58,58% para 75,03% no mesmo período.

O Paraná, de acordo com dados do CNA, é o terceiro estado brasileiro onde mais se adotou negros e pardos entre 2008 e 2016, com um total de 307 adoções. O Es-

“A questão da cor já está bem decidida, está ficando para trás”

tado só fica atrás de São Paulo, com 413 crianças negras e pardas adotadas no período, e Pernambuco, com 333.

Advogada e presidente da Comissão de Adoção do Instituto Brasileiro de Direito da Família, Silvana do Monte Moreira atribui a mudança no perfil ao trabalho de adoção inter-racial feito há mais de 20 anos pela Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção. Hoje, no Brasil, são 136 grupos. “Por meio do trabalho desses grupos, as pessoas passaram a entender que o filho não é escolhido, o filho chega, assim como chega o filho biológico. E ele pode chegar branco, pardo, negro. A gente trabalha muito essa inclusão porque a

adoção visa oferecer famílias para as crianças que não têm e não oferecem filhos para aquelas famílias que por um motivo ou por outro ainda não puderam gerar ou perderam.”

Silvana Moreira diz que o desafio atual é estimular a adoção de grupos de irmãos e de crianças com problemas de saúde. “Hoje, não é mais necessário trabalhar a inclusão de crianças negras porque nós já temos pessoas habilitadas em número suficiente buscando um bebê negro, uma criança negra até 5 anos de idade.”

CONTINUA

30 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

REALIDADE

“Existe a criança idealizada, mas a realidade dos abrigos é diferente. A criança branca, sem nenhuma doença, de até um ano de idade, existe, mas é muito rara”, destacou a juíza substituta da 1ª Vara da Infância e Juventude de Londrina, Isabelle Papafanurakis Ferreira Noronha. A divergência entre o perfil desejado pelos candidatos a pais adotivos e a realidade dos abrigos é a razão pela qual a fila da adoção nunca chega ao fim. Nos abrigos de Londrina, existem atualmente 87 crianças e adolescentes à espera de uma família e 200 casais habilitados. A maioria dos abrigados tem mais de 5 anos de idade ou são grupos de irmãos. “O número não bate porque as pessoas que querem, querem crianças diferentes daquelas que precisam de um pai e de uma mãe. A gente tenta sensibilizar os casais a mudarem o perfil, mostrando a realidade das crianças que estão disponíveis para adoção.”

Apesar de os pretendente estarem mais flexíveis, a juíza afirma que a grande maioria dos casais ainda desenha um perfil muito restrito, no qual destacam a preferência por crianças de zero a 1 ano de idade. “A maioria ainda quer um perfil bem limitado de criança, com no máximo 3, 4 anos, pele clara, sem doença ou com doença tratável. Isso não significa que não houve uma melhora, porque hoje temos casais que se habilitam, aceitando grupos de irmãos, crianças maiores de 8, 9, 10 anos.”

Durante o processo de habilitação, os candidatos a pais passam por curso e são convidados a visitar a realidade do acolhimento. “O casal tem o direito de chegar aqui e dizer que quer um recém-nascido ou uma criança de até 1 ano, mas ele vai ter consciência de que o período de gestação dessa adoção vai ser muito maior. Para esses casais que querem esse perfil de criança, o tempo de espera tem sido de oito anos. Agora, casais que aceitam crianças de até 4 anos, independente da cor, já diminui pela metade o tempo de espera. E para crianças acima dos 10 anos, você praticamente habilita e o casal já é pai e mãe”, explica a juíza.

Entre os 200 habilitados que aguardam por uma adoção em Londrina, o casal que espera há mais tempo está na fila desde 2009 em razão do perfil restrito, que estabelece uma criança de até 6 meses de idade.

“As exigências dos pais mudam bastante durante o período de conversa. A questão da cor já está bem decidida, já está ficando para trás. A barreira maior hoje é a questão da idade, da doença e encontrar pessoas que aceitam adotar grupos de irmãos”, disse o presidente do grupo de apoio Trilhas do Afeto, de Londrina, José Wilson de Souza.

CONTINUA

30 MAI 2016

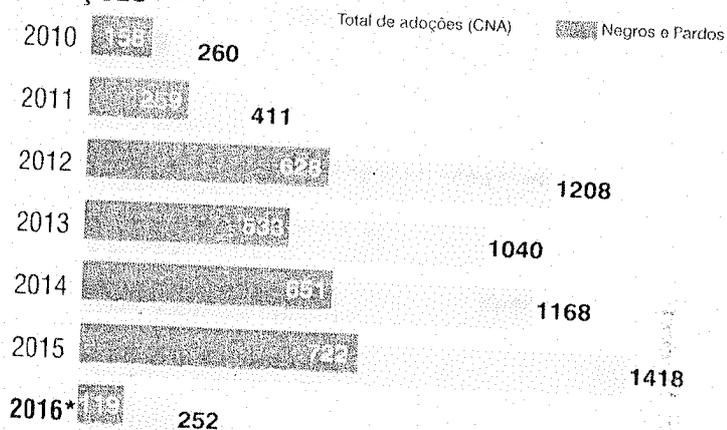
FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

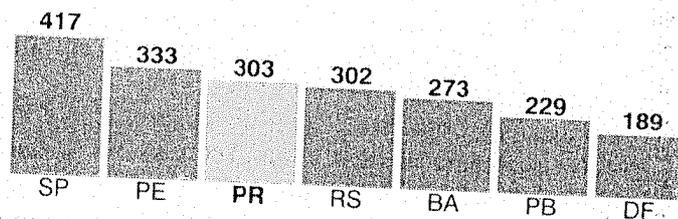
CONFIRA

Cai número de pretendentes a adoção que só querem crianças brancas

ADOÇÕES



ESTADOS ONDE MAIS SE ADOTAM NEGROS E PARDOS (2008-2016)



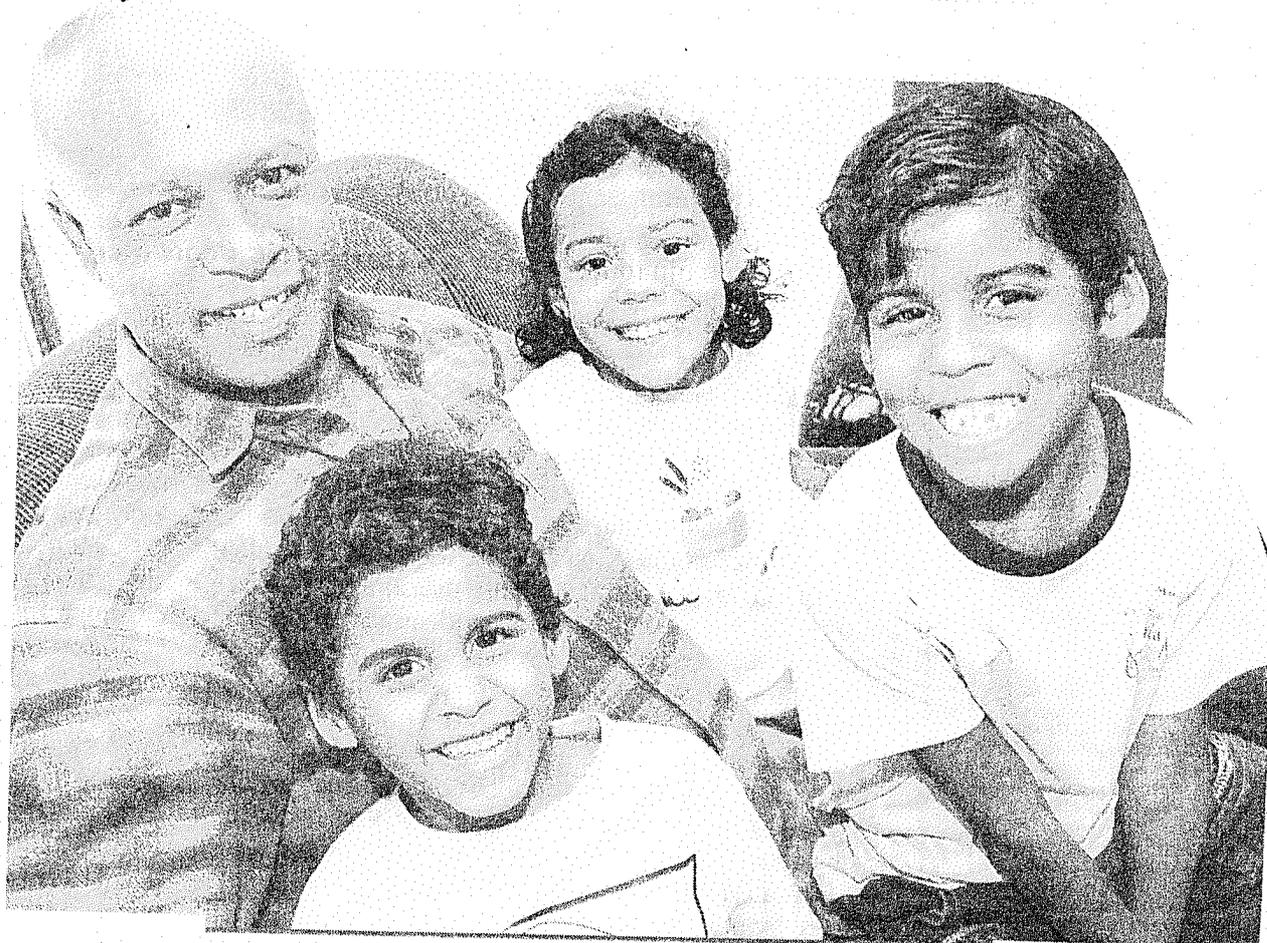
* Até abril

Fonte: Conselho Nacional de Justiça

Folha Arte

CONTINUA

'Me chamaram de pai imediatamente'



"Eles transformam a sua vida totalmente, em todos os sentidos", afirma Mário de Oliveira, com os filhos Micaela, Pedro e Jorge

Quando decidiu adotar uma criança, o professor Mário Alves de Oliveira tinha preferência por um bebê negro do sexo feminino. Já o companheiro dele, Sílvio, queria um menino um pouquinho maior. "Conversamos e eu acabei aceitando uma criança com até 3 anos de idade. Mas quando eu mudei o perfil e aceitei até 7 anos, em 30 dias fomos chamados", contou Mário.

Por se tratar de um casal homoafetivo, o processo de habilitação foi um pouco mais demorado e levou dois anos para ser concluído.

Após a habilitação, foi mais um ano de espera até que os filhos tão desejados surgissem. As crianças, um grupo de três irmãos, moravam no Rio de Janeiro e Mário e Sílvio foram até lá para conhecê-las e finalizar o processo de adoção. "Antes do primeiro contato, psicólogas explicaram para a menina, que é a mais velha, que ela teria dois pais e não um pai e uma mãe. E, imediatamente, ela assimilou a ideia. Criança não tem preconceito. O preconceito está na cabeça dos adultos", disse o professor. "Quando me vi-

ram, me chamaram de pai imediatamente."

Assim que a adoção foi formalizada, há dois anos, o casal tirou licença-paternidade de seis meses e aproveitou o período para curtir Micaela, Pedro e Jorge, então com 6, 4 e 3 anos de idade, respectivamente. "O que as mães curtem durante nove meses, nós aproveitamos em seis meses", disse Mário. "Ser pai é muito mais do que eu esperava. Eles transformam a sua vida totalmente, em todos os sentidos. Entre os meus familiares, eu era visto como uma pessoa brava. Agora, sou outra pessoa.

CONTINUAÇÃO

Não considero meus filhos como adotivos. Para mim são meus filhos de sangue.”
(S.S.)

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

30 MAI 2016

Doenças tornam processo ainda mais difícil

Se conseguir uma família para uma criança acima dos 5 anos de idade já é difícil, encontrar pretendentes que aceitam crianças mais velhas e adolescentes com problemas de saúde é ainda mais complicado. Advogada e presidente da Comissão de Adoção do Instituto Brasileiro de Direito de Família, Silvana do Monte Moreira reforça que o trabalho atual deve ser focado na adoção necessária, que significa a adoção de crianças maiores, grupos de irmãos e portadores de doenças, inclusive HIV.

“Hoje, por exemplo, aqui no estado do Rio de Janeiro, temos cinco casais aguardando um bebê HIV positivo. Para os bebês isso não é mais um problema. Ainda continua um problema para crianças a partir dos 5 anos de idade”, explica a advogada. “É uma evolução muito grande que eu reputo a um trabalho voluntário dos 136 grupos de adoção existentes no País em parceria com as varas da Infância e Juventude, mas a doença ainda é uma dificuldade, principalmente aquelas que trazem encefalopatia, com redução de movimentos e atraso cognitivo, ou a Síndrome Alcoólica Fetal (causada pela ingestão de álcool pelas mães durante a gravidez).”

Silvana Moreira lembra que o trabalho dos profissionais que atuam nos processos de adoção é direcionado para quebrar o pre-

conceito existente em relação às crianças doentes. “A adoção visa atender o melhor interesse da criança e são essas crianças que a gente tem hoje esperando por um pai ou uma mãe ou por ambos.”

Quando se fala em adoção necessária, ressalta Silvana Moreira, o assunto esbarra em questões socioeconômicas, o que torna o processo de adoção ainda mais difícil. “É uma criança cujo custo para mantê-la é maior. Em muitos casos, a gente vai precisar de fisioterapia, de neuropediatra, de uma disponibilidade maior de tempo para essa criança.”

Um dos projetos em estudo no Rio é a concessão de cartões de saúde preferenciais para essas crianças de forma que elas tenham assistência médica gratuita garantida pelo poder público, reduzindo os custos da família adotante.

Em Londrina, segundo a juíza de direito substituta da 1ª Vara da Infância e Juventude de Londrina, Isabele Papafanurakis Ferreira Noronha, as famílias contam com a equipe multidisciplinar do Núcleo de Apoio Especializado (NAE). “Damos o apoio e o encaminhamento para que essa família possa tratar e desenvolver essa criança da melhor forma possível, quando a família não tem condições de arcar com essas despesas.”
(S.S.)

FOLHA DE LONDRINA

Conscientizar para adotar

30 MAI 2016

A conscientização dos candidatos a pais adotivos está mudando o perfil da adoção no Brasil. Há alguns anos, a maioria das pessoas que preenchem o Cadastro de Pretendentes para Adoção fazia questão de bebês de pele clara. Nos últimos anos, porém, essa exigência vem sendo deixada de lado. Dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), da Corregedoria Nacional de Justiça, apontam que o número de aspirantes a pais que só aceitam crianças brancas caiu de 38,73% em 2010 para 22,56% neste ano. Já o número de candidatos que aceitam crianças negras subiu de 30,59% para 46,7% e os que aceitam crianças pardas cresceu de 58,58% para 75,03% no mesmo período. No Paraná essa tendência de mudança é forte, pois de acordo com dados do CNA, é o terceiro estado brasileiro onde mais foram adotados negros e pardos entre 2008 e 2016, com um total de 307 adoções. O Paraná só fica atrás de São Paulo, com 413 crianças negras e pardas adotadas no período, e Pernambuco, com 333.

Essa conscientização dos candidatos a pais adotivos não é por acaso. Há muitas entidades trabalhando por essa mudança de padrão. Elas estão ligadas à Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção. São pessoas que se empenharam durante 20 anos em estimular a adoção inter-racial, um trabalho de inclusão muito importante. Mas agora, o desafio é outro: incentivar a adoção de grupos de irmãos e de crianças com problemas de saúde.

A divergência entre a realidade dos abrigos e o perfil do filho desejado é o motivo pelo qual a fila de adoção é extensa e nunca chega ao fim. Nos abrigos de Londrina existem atualmente 87 crianças e adolescentes à espera de uma família e 200 casais habilitados. A maioria dos abrigados tem mais de cinco anos ou são grupos de irmãos.

Seria muito importante que os casais habilitados para adoção e que estão na fila de espera pelo filho tão desejado e querido entendessem que, assim como acontece com o filho biológico, a criança não é escolhida. Basta ver os relatos de felicidade de quem aceitou a adoção independente da idade ou da cor da pele da criança. É muito preocupante perceber que grande parte dos órfãos nunca será adotada e passará uma parte tão importante da vida dentro de um abrigo. E ao completar 18 anos, quando o Estado diz que eles viraram adultos, acontece o enfrentamento de uma nova realidade. Seria um segundo abandono?

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

O feito a celebrar

29 MAI 2016

É evidente que o Paraná se engajou pelo impedimento de Dilma Rousseff, visível no isolamento dos senadores Gleisi Hoffmann e Roberto Requião e na precariedade da energia acumulada para uma possível reação como a tentada no plano internacional em Portugal e que também nada teve de frutífera em prosélitos. De tudo o consolo de sediarmos a República de Curitiba com a força tarefa da Polícia Federal e Procuradoria da República e ainda sob o comando sensato e equilibrado do juiz Sérgio Moro. Em pouco mais de dois anos de operação somente 3,9% das decisões daquele magistrado foram revisadas por tribunais superiores. De 432 pedidos de habeas corpus no STF, STJ e Tribunal Regional da 4ª Região somente 17 foram acatados, o que desmonta a alegação da defesa de que abusos estariam sendo cometidos; de 214 recursos ao TRF4 contra ações da força tarefa e do juiz apenas nove, o que representa 4,2%. Enfim algo, paranaense, para colocar em destaque em meio a tanta mediania e a sinais tão fortes de deserção. Viva, pois, a República de Curitiba.

CLAUDIO HUMBERTO

Odebrecht: cresce expectativa pela prisão de Lula

As relações promíscuas com a Odebrecht, agora expostas pelas investigações da Lava Jato, metem tanto medo nos políticos que até dão garantia ao mais poderoso deles, o ex-presidente Lula, de que será preso. Isso ficou claro numa das gravações do ex-senador Sergio Machado, quando o presidente do Senado, Renan Calheiros, conta ter ouvido do próprio Lula a certeza da sua prisão "a qualquer momento".

Dilma enrolada

As gravações também revelam um Renan Calheiros convicto do envolvimento de Dilma com a empreiteira que mais roubou o País.

Odebrecht mete medo

O medo da língua de Marcelo Odebrecht, segundo Delcídio do Amaral, fez Dilma nomear um ministro para STJ sob o compromisso de soltá-lo.

Ela e suas razões

Segundo fontes ligadas à Lava Jato, Marcelo Odebrecht tem oferecido elementos de prova capazes de prender toda a "república petista".

Terceira operação

Na Operação Janus (nada a ver com Lava Jato), o MPF investiga Lula por tráfico internacional de influência, a serviço da Odebrecht.

28 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

Moro alerta sobre retorno a 'status quo da impunidade'

Juiz federal responsável pela Lava Jato critica projetos em tramitação na Câmara dos Deputados que impedem acordos de delação com presos

Ricardo Brandt e
Fausto Macedo
Agência Estado

São Paulo - O juiz federal Sérgio Moro, que conduz os processos da Operação Lava, criticou na quinta-feira, dois projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, que impedem o fechamento de acordos de delação premiada com alvos presos e que alteram a nova regra jurídica que prevê a prisão de réus condenados em segundo grau, como um retrocesso no combate à corrupção e aos crimes do coarinho branco no País.

"Eu fico me indagando se não estamos vendo alguns sinais de uma tentativa de retorno ao status quo da impunidade dos poderosos", afirmou Moro, em conferência no XII Simpósio Brasileiro de Direito Constitucional, evento da Academia Brasileira de Direito Constitucional, na noite de quinta, em Curitiba.

"Em determinado ponto, a Mãos Limpas (operação italiana similar à Lava Jato), perdeu o apoio da opinião pública. E a reação do poder político foi com leis, como as

que proibiam certos tipos de prisão cautelar ou que reduziam penas."

OS PROJETOS

Os alvos das críticas de Moro foram dois projetos de lei propostos este ano pelo deputado federal Wadih Damous (PT-RJ), um dos interlocutores gravados em conversas com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em março, tentando obstruir as investigações da Lava Jato.

Um deles é o projeto de lei 4.577/2016 que altera decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que estipulou a prisão de réus condenados após a decisão final no segundo grau, ainda cabendo recursos no processo. "Se pode comentar que essa exigência do trânsito em julgado não tem por objetivo proteger necessariamente os acusados mais abastados, mas todos. Mas a grande verdade, isso é inegável, é de que a proteção aqui não é dirigida ao João da Silva, mas sim a uma gama de pessoas poderosas que por conta de regras dessa espécie, por muito tempo foram blindados de uma efetiva res-

pensabilização criminal nas nossas cortes de Justiça."

O segundo tema abordado por Moro na palestra foi a proposta de lei 4.372/16, que quer a proibição de colaboração premiada por pessoas que estejam presas. "Será que nós podemos de uma maneira consistente, qual o direito da defesa na nossa Constituição, negar ao colaborador, por estar preso, o recurso a esse mecanismo de defesa? Como é possível justificar isso?", questionou juiz.

"Eu fico pensando 'mas isso é consistente com o direito a ampla defesa?'. Será que a colaboração premiada não tem que ser analisada de duas perspectivas? Na do investigador que quer colher as provas, mas também na perspectiva do acusado e do investigado e sua defesa?"

Moro não citou o nome do deputado, autor das propostas, falou em "coincidência" que os dois projetos sejam de uma mesmo autor membro do PT.

CONTINUA

28 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

“Quando nós escutamos essas questões nós temos que ter em mente que não estamos discutindo conceitos jurídicos abstratos, mas realidades de vida. Precisamos pensar o nosso direito penal e o processo penal de maneira que eles funcionem. Não com objetivo de alcançar condenações criminais, mas naquelas casos em que for provado no devido processo a prática de um crime, tem que existir consequências, e tem que ser proporcional à gravidade do crime.”

“Como chegamos a esse ponto? O que deu errado?” Para Moro, o processo penal da Justiça brasileira tem sua parcela de culpa. “Talvez essa leniência seja um dos fatores para chegar ao quadro atual, que é realmente muito preocupante”, disse. “A corrupção existe em qualquer lugar do mundo. Mas é a corrupção sistêmica não é algo assim tão comum.”

28 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

AMB defende Moro e Lava Jato

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) saiu em defesa, ontem, do juiz federal Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, e do Supremo Tribunal Federal. Em nota oficial, a entidade que aloja em seus quadros cerca de 15 mil juízes em todo o País se manifesta contra “ingerências que atrapalhem ou desqualifiquem a atuação do Supremo e do juiz Sérgio Moro”. Moro e o STF têm sido alvos de ataques pesados de nomes importantes do PMDB, como o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, e do ex-presidente da República José Sarney (1985/1990). A AMB repudia “qualquer tentativa de impedir a autonomia do Poder Judiciário, especialmente na atuação frente ao processo de combate à corrupção no Brasil” e alerta que os juízes “continuarão vigilantes” contra possíveis interferências na Operação Lava Jato.

INFORME

Saúde de Pizzolato

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, autorizou a entrada de médico indicado pela Embaixada da Itália no Complexo Penitenciário da Papuda para examinar o ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, que cumpre pena do mensalão. A avaliação será para “sanar dúvidas sobre o estado geral de saúde do apenado”. Barroso atendeu a pedido da Procuradoria-Geral da República.

28 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

STF acaba com processos ocultos

Márcio Falcão

Folhapress

Brasília - Uma resolução editada ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF) acaba com os chamados processos ocultos, ou seja, o mais alto grau de sigilo utilizado pelo tribunal para a tramitação de inquéritos ou outros procedimentos abertos para investigar autoridades por suspeita de crimes. Esse tipo de procedimento, ao contrário dos casos que tramitam sob sigilo de Justiça, não aparecem sequer no sistema do tribunal e só podem ser consultados pelo ministro-relator e pela Procuradoria-Geral da República, impossibilitando até mesmo confirmar a sua existência. O modelo foi adotado principalmente em casos envolvendo a Lava Jato, como pedido de abertura de inquérito da Procuradoria para investigar a presidente afastada Dilma Rousseff, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-ministro José Eduardo Cardozo, por obstrução da Justiça. O sistema também encobre o andamento das delações premiadas.

A justificativa era que a manutenção de processos ocultos visa proteger as investigações - inclusive sua existência. Segundo o texto assinado pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski, fica "vedada a classificação de quaisquer pedidos e feitos novos ou já em tramitação no Tribunal como 'ocultos'". Segundo o presidente do STF, a medida atende aos princípios constitucionais da publicidade, do direito à informação, da transparência e aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Pelo texto, nas investigações criminais, será adotada uma proteção especial às medidas cautelares que devem ser mantidas em sigilo até a sua execução, a fim de que a coleta da prova não seja prejudicada. Portanto, os requerimentos de busca e apreensão, quebra de sigilo telefônico, fiscal e telemático, interceptação telefônica, dentre outras medidas necessárias no inquérito, serão processados e apreciados, em autos separados e sob sigilo. O Supremo mantém ocultos mais de 700 processos que foram arquivados.

28 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Revitalização do Centro Cívico

Reunião na Câmara de Vereadores deve reunir os Três Poderes de Londrina, na segunda-feira, às 14 horas. O objetivo, segundo o diretor da Câmara, Ronan Botelho, é tratar de melhorias na segurança, acessibilidade, iluminação e nos estacionamentos do Centro Cívico com representantes da prefeitura, Fórum Estadual, Fórum Eleitoral e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além do próprio Legislativo. Botelho disse, via assessoria de imprensa, que algumas calçadas no entorno dos prédios estão fora do padrão de acessibilidade e apresentam problemas de manutenção. "Além disso, a iluminação não é adequada, o que compromete a segurança da população e dos servidores."

Prédios antigos

Com exceção dos prédios do Fórum Eleitoral e da OAB, as demais construções do Centro Cívico foram inauguradas no final de década de 1970 ou início da década de 1980. A inauguração do atual prédio da Câmara de Vereadores, por exemplo, data de 1977, enquanto a sede da prefeitura, que teve a construção iniciada antes daquele ano, foi inaugurada em 1982. O Fórum de Londrina seria inaugurado no ano seguinte, em 1983. Nenhuma destas edificações passou por reformas estruturais nas últimas décadas.

28 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

Juiz manda soltar suspeitos de estupro coletivo no Piauí

Quatro adolescentes seriam responsáveis
por agressão contra uma jovem de 17 anos

Yala Senô
Folhapress

Teresina - A Justiça do Piauí determinou a soltura de quatro adolescentes suspeitos de participação num estupro coletivo contra uma jovem de 17 anos no município de Bom Jesus (a 732 km de Teresina). Os menores, que têm entre 15 e 17 anos, foram liberados na quinta-feira. Outro rapaz, de 18 anos, foi encaminhado ao presídio da cidade. O crime ocorreu no dia 20 de maio, no mesmo dia que outro estupro coletivo foi registrado no Rio de Janeiro e quase um ano depois de outro caso do gênero ter ocorrido no Piauí.

Segundo a polícia de Bom Jesus, a vítima foi encontrada seminua, em coma alcoólico e amordaçada com a própria roupa, numa construção no centro da cidade, com sinais de violência. Sua boca tinha isopor e havia sido amarrada para evitar que a jovem gritasse.

A decisão de colocar em liberdade os quatro menores é do juiz Heliomar Rios Ferreira, de Bom Jesus. Na sentença, o magistrado afirma que os adolescentes têm bons antecedentes e que a soltura não irá prejudicar o processo.

*Adolescente está
com crise nervosa
e dificuldade
para dormir*

Ele afirma ainda que a perícia comprovou a conjunção carnal, mas não se houve violência sexual.

INTIMAÇÃO

Segundo o juiz, a vítima, em depoimento, não acusou de forma clara os quatro menores. Ferreira intimou os quatro adolescentes para audiência na próxima quarta-feira. Em depoimento à polícia, os adolescentes negam participação no estupro e afirmam que apenas viram o jovem de 18 anos fazendo sexo com a menina.

O delegado Aldely Fontine-lli de Sousa, que investiga o crime, disse que todos os menores deram a mesma versão, e que há indícios de que combinaram depoimentos.

"Todos eles se conheciam e acharam normal assistirem ao maior de idade tendo relações sexuais com a garota desacordada", disse o delegado à reportagem.

Os adolescentes afirmaram

que frequentavam o lugar para apreciar a paisagem da cidade e que a menor bebeu meio litro de cachaça. O delegado disse que o rapaz de 18 anos confessou que teve relações sexuais, mas negou o uso de violência. Também se disse arrependido. E segundo ele, os outros quatro também fizeram sexo oral com a jovem.

De alta médica desde o último domingo, a garota está tendo acompanhamento psicológico. A tia da vítima contou à reportagem que a adolescente está com crise nervosa e com dificuldade para dormir. "Ontem [quinta], ela acordou gritando, se debatendo em pânico e dizendo que os criminosos estavam no quarto dela. Estamos tentando fazer com que ela, aos poucos, volte à vida normal", disse a tia, que pediu para não ser identificada.

CASTELO

É o segundo crime do gênero registrado em um ano no Piauí. Em 27 de maio do ano passado, quatro adolescentes sofreram estupro e foram jogadas de um penhasco de mais de 10 metros no município de Castelo do Piauí. Elas foram atacadas por cinco homens. Um das vítimas, Danielly Rodrigues Feitosa, 17, morreu após passar dez dias internada.

FOLHA DE LONDRINA

MILITÃO

28 MAI 2016

A brutalidade de um crime faz o presidente Temer agir

O Ministro da Justiça já mandou recado para a Polícia do Rio de Janeiro: façam todos os esforços para prender esses marginais que vitimaram essa garota de 16 anos, que sofreu toda a tã brutal e assassina de mais de 30 homens, 33 segundo ela. A garota é viciada em drogas e tem uma filha de 3 anos, segundo sua família informou aos policiais. Na certeza da impunidade, os autores dessa barbãrie colocaram na internet as imagens mostrando toda a intimidade sangrando da garota. O ministro Alexandre de Moraes, da Justiça, confirmou que o presidente Michel Temer quer todo o rigor na apuração desses últimos casos de estupros, crimes hediondos, o maior atentado que pode ocorrer a uma mulher. O Ministro da Justiça iria ontem à tarde ao Rio, para reunir-se com o secretário de Segurança do Rio, para tratar da importante situação criminosã. Temer quer urgência na criação de um departamento para cuidar só dos estupros. No ano passado foram cerca de 2,6 mil casos. São crimes de atribuição estadual, mas há necessidade de uma coordenação geral, nacional, disse ele. Na próxima terça-feira, haverá reunião em Brasília, com todos os secretários de Segurança Pública, para discutir o plano nacional nacional de combate à violência contra a mulher e que deverá ser conduzido pela Polícia Federal.

CLAUDIO HUMBERTO

Justiça teme retaliação da cúpula do Congresso

As gravações envolvendo políticos importantes, como o presidente do Senado, e o ato do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, acabando com a "tramitação oculta" de processos, levou setores da magistratura a temer retaliações do Congresso à Justiça, na Lava Jato, como a aprovação de projetos que sinalizam a impunidade, a exemplo da proibição de delação premiada para suspeitos presos.

Exemplo a ser evitado

O temor na Justiça é a repetição do que ocorreu na Itália pós-operação Mãos Limpas: leis limitando investigação contra políticos corruptos.

Terra arrasada

De acordo com um ministro do STF, há político agora que não esconde a intenção de ir à forra contra as iniciativas do Judiciário.

Apertando no bolso

A frase "ditadura da Justiça no Brasil" não é só de José Sarney. Parece ser um consenso da maioria do Congresso, que teme a Lava Jato.

27 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

Justiça determina desocupação de escola em Maringá

Justiça determina desocupação de colégio

Viviani Costa

Reportagem Local

Alunos e representantes da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes) terão 24 horas, a partir da notificação judicial, para desocupar o Colégio Estadual Dr. José Gerardo Braga, em Maringá. Desde 18 de maio, o grupo permanece na escola para protestar contra a má qualidade da merenda, a infraestrutura precária e a falta de professores na rede estadual. Até o início da tarde de ontem, o grupo ainda não havia sido notificado oficialmente da decisão.

De acordo com a assessoria de imprensa do governo do Estado, a Procuradoria-Geral do Estado obteve uma liminar de reintegração de posse na 1ª Vara de Fazenda Pública de Maringá. Conforme nota encaminhada pelo governo, a desocupação voluntária do colégio deve ocorrer no prazo de 24 horas. Caso contrário, os estudantes podem ser obrigados a deixar o espaço.

Durante a manhã, os estudantes se reuniram com representantes do Núcleo Regional de Educação e com deputados que fazem parte da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Paraná. Na última quarta-feira, os

colégios Tancredo Neves e Adaile Maria Leite também foram ocupados. Os manifestantes promovem atividades culturais e controlam a entrada e saída dos participantes. Conforme a Secretaria de Estado da Educação, 2.117 alunos dos três colégios permanecem sem aulas. O calendário de reposição dos conteúdos será definido posteriormente.

26 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

Com bens bloqueados,

Rossoni

nega contratação

de fantasmas

Secretário-chefe da Casa Civil do governo Beto Richa diz que acusações são "inverídicas" e que vai recorrer da decisão

BENS BLOQUEADOS

Secretário-chefe da Casa Civil, acusado de ter mantido funcionários fantasmas quando era deputado estadual, vai recorrer

Adriana De Cunto

Reportagem Local

Curitiba - O secretário-chefe da Casa Civil do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), disse ontem que vai recorrer da decisão da 4ª Vara da Fazenda Pública de bloquear seus bens - e de mais dois ex-funcionários - no valor de R\$ 2,4 milhões. A medida cautelar foi assinada pelo juiz Guilherme de Paula Rezende. Valdir Rossoni é acusado pelo Ministério Público (MP) por improbidade administrativa. O caso investigado aconteceu quando o tucano exerceu o cargo de deputado estadual no período de 2007 a 2010. O

chefe da Casa Civil é acusado de ter mantido funcionários fantasmas em seu gabinete. Segundo o tucano, as acusações são "inverídicas". "As duas pessoas citadas no inquérito não foram por mim nomeadas, nunca trabalharam no meu gabinete e nunca fizeram parte da minha equipe", disse o secretário, em nota divulgada à imprensa.

Os dois homens citados acima por Rossoni são Gustavo Ribas e Yuri Eduardo Rover, que teriam sido nomeados para o seu gabinete, recebendo salário de R\$ 9,1 mil. Segundo a denúncia do MP, os dois teriam repassado os vencimentos para o chefe de gabinete de Rossoni, o empresário Altair Carlos Daru. Como colocou o juiz em sua decisão, é "nebulosa" a questão de Ribas haver efetivamente trabalhado na Assembleia Legislativa (AL). Há suspeita de que ele não trabalhava mesmo na Casa. Aos promotores, Ribas justificou que era agente externo, função que

não era prevista por lei naquela época.

Quando ao outro ex-funcionário, Yuri Rover, ele afirmou ao MP que embora estivesse nomeado no gabinete de Rossoni entre julho de 2008 e março de 2009, nunca atuou na Assembleia. Yuri Rover não está incluído entre os réus do processo. Pelos cálculos do MP, os salários pagos aos dois supostos funcionários fantasmas causaram um prejuízo aos cofres públicos de R\$ 794,6 mil, por isso o bloqueio dos bens, prevendo um possível ressarcimento e pagamento de multas. Em seu despacho, o juiz coloca que "a indisponibilidade dos bens visa evitar que ocorra a dissipação patrimonial, não é razoável aguardar atos concretos direcionados à sua diminuição ou dissipação, na medida em que exigir a comprovação de que esse fato estaria ocorrendo ou prestes a ocorrer tornaria difícil a efetivação da medida cautelar em análise".

CONTINUA

26 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Se for condenado por improbidade administrativa, Rossoni poderá perder o cargo de deputado federal - ele está licenciado para chefiar a Casa Civil - e os seus direitos políticos.

A FOLHA não conseguiu fazer contato com os três ex-funcionários de Rossoni. Para uma emissora de televisão, Daru e Ribas disseram que não iriam comentar o caso antes de ter acesso à decisão da Justiça.

26 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

Vereadora é condenada no TJ, mas permanece elegível

Loriane Comeli
Reportagem Local

Em decisão proferida anteontem, a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) aplicou multa de R\$ 2 mil (valor que deve ser corrigido) à vereadora Sandra Graça (PRB), pré-candidata à Prefeitura de Londrina, pela contratação irregular de um assessor que recebeu normalmente seu salário na Câmara, mas efetivamente não trabalhava para a parlamentar.

Segundo sentença de primeiro grau, proferida em agosto de 2013 pela 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Salvador Kanehise (já falecido), durante o período em que deveria estar no gabinete, estava trabalhando em sua marcenaria e em escolas de artes marciais. Àquela ocasião, o juiz Emil Tomás Gonçalves condenou a parlamentar por improbidade administrativa e aplicou penas de suspensão dos direitos políticos, proibição de contratar com o poder público, perda do cargo público e multa.

Na apelação, o relator, desembargador Nilson Mizuta, reduziu as punições apenas a multa de R\$ 2 mil. O acórdão ainda não foi publicado. “Os julgadores reconheceram que não houve dolo”, disse o advogado da vereadora, Leandro Souza Rosa, acrescentando que também foi utilizado como argumento o fato

de que a Câmara, à época, não dispunha de controles quanto à jornada e local de trabalho dos comissionados.

Em que pese a condenação por órgão colegiado, o advogado, especialista em direito eleitoral, garantiu que ela não está inelegível. “Para haver inelegibilidade, é preciso ter sido condenado à suspensão dos direitos políticos por ato doloso que cause prejuízo ao erário, o que não é o presente caso”, disse. “Ela pode ser candidata ao cargo que quiser.”

Ao espólio de Kanehise foi aplicada pena de ressarcimento do erário em aproximadamente R\$ 9 mil, montante recebido entre os meses de abril e dezembro de 2008, quando era comissionado de Sandra. A vereadora também respondia por este fato na esfera penal (crime de peculato), mas foi absolvida em primeira instância e o recurso do Ministério Público (MP) foi negado no TJ.

26 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Sergiofobia, a moda

É claro que há a paranoia da bandidagem com o Sérgio Moro pela forma como conduz processos da Lava Jato. Pois agora pintou outro Sérgio no pedaço, o Machado, que grava os papos comprometedores com amigos e depois os divulga como se deu com Romero Jucá que caiu no Ministério e se dá nesse momento com Renan Calheiros, presidente do Senado, que confidenciou pretender mexer na lei das delações impedindo que presos pudessem fazê-lo. Ironicamente foi um amigo que não está preso, mas pretende ser delator premiado, que o entregou de bandeja. Um Sérgio do bem, outro nem tanto.

Como se percebe, a conspirata contra a Lava Jato continua e fôssemos mais realistas até a entenderíamos como uma imposição das circunstâncias, uma espécie de legítima defesa, ou desforço incontinente, da classe política pelo grau de envolvimento da fauna no propinoduto da Petrobras que assegurou as eleições de grande parte deles. É claro que era necessário um discurso de união nacional, de restauração, desarmamento de espíritos, para fazer passar a sacanagem e para isso, sabemos, há talento de sobra em mensagens sutis ou catárticas.

Hoje é feriado, mas não estaremos impedidos de registrar nova machadada: se até os "pater conscripti", senadores, inclusive o presidente, não foram poupados imagine-se o resto.

No caminho

Mais do que a pedra de Drummond, há uma Caixa no caminho de Beto Richa na pretensão do acesso a R\$ 500 milhões de depósitos judiciais. A Caixa Econômica Federal, como parte também interessada, obteve liminar no Tribunal Regional da Quarta Região, bloqueando a pretensão do governo paranaense. Como no caso dos empréstimos internacionais bloqueados, o governo recorre e aposta na reversão.

Nem tudo está perdido, pois ontem à tarde o governo cedeu R\$ 38 milhões para a merenda escolar, embora em Maringá três unidades de ensino estejam ocupadas por causa do tema e mais tarde Beto Richa recebeu o MST que queria só a saída do chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, por sinal recém-condenado no Judiciário por envolvimento em fantasmices. Beto Richa, fiel ao seu auxiliar mais estratégico, disse não obviamente aos sem-terra sobre os quais afirmou que eles não mandam no Paraná, embora deitem e rolem, como todos sabemos.

26 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

Teori homologa delação de Sérgio Machado

PGR vai usar colaboração do ex-presidente da Transpetro, que gravou diálogos comprometedores com Romero Jucá e Renan Calheiros, para abrir novos inquéritos

Gabriel Mascarenhas
e Aguirre Talento
Folhapress

Brasília - O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki, homologou a delação premiada do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, que faz citações sobre o possível envolvimento da cúpula do PMDB no esquema de corrupção da Petrobras. Agora, a Procuradoria-Geral da República pode usar a colaboração para pedir a abertura de novos inquéritos da Lava Jato e para incluir detalhes em investigações que já estão em andamento no Supremo, além de poder pedir que trechos de eventuais menções de pessoas sem foro privilegiado sejam analisados pelo juiz Sérgio Moro, no Paraná.

A delação de Machado veio a público após a "Folha de S. Paulo" revelar na última segunda-feira que ele gravou conversas com peemedebistas para negociar a colaboração. Os áudios divulgados pela reportagem provocaram a primeira crise do governo Temer, levando a saída do senador Romero Jucá (PMDB-RR) do Ministério do Planejamento. Jucá apareceu defendendo um pacto para deter a Lava Jato.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), padrinho de Machado, também foi gravado.

Machado vinha conversando há alguns meses com os investigadores para tentar costurar a delação, revelando detalhes do esquema de corrupção em troca de benefícios, mas, inicialmente, chegou a enfrentar resistências pelo material oferecido. Apontado como afilhado do presidente do Senado, Machado ocupou o comando da subsidiária por dez anos e só saiu após os desdobramentos das investigações do esquema.

CORRUPÇÃO

Machado e Renan são alvos de apurações no Supremo por suspeita de envolvimento com o esquema de corrupção da Petrobras. O ex-presidente da Transpetro também faz parte de um pedido da Procuradoria para que seja incluído como investigado no principal inquérito da Lava Jato, que apura se uma organização criminosa atuou nos desvios da estatal.

Delatores como Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef, Fernando Baiano, Ricardo Pessoa apontaram Renan como destinatário de propina

desviada da Transpetro. Há ainda citações sobre o envolvimento de Machado, que teria aceitado a delação com receio de ser preso.

Segundo investigadores, Machado era uma peça importante para avançar sobre um possível envolvimento da cúpula do PMDB no Senado com os desvios na Petrobras.

Em dezembro, Machado chegou a ser alvo de busca e apreensão da Polícia Federal e do Ministério Público Federal em um dos desdobramentos das investigações.

A "Folha de S. Paulo" mostrou em novembro, que em depoimento à Polícia Federal, Machado disse ainda que sua indicação para o cargo foi patrocinada pelo PMDB nacional. "Tal indicação foi resultado de uma avaliação do próprio partido, por seus líderes, membros e dirigentes, não se podendo atribuí-la a uma pessoa ou outra".

CONTINUA

26 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Ele chegou a admitir que teve encontros com Fernando Soares, o Baiano, apontado como operador do PMDB no esquema de corrupção da Petrobras. Fernando Baiano e Paulo Roberto Costa, dois delatores, afirmaram em seus acordos de colaboração premiada que Renan era beneficiário dos desvios da subsidiária. Costa, ex-diretor de Abastecimento, disse ainda que Machado lhe entregou ainda R\$ 500 mil em espécie.

Investigadores encontraram anotações de Costa com FB e Navios, que segundo a PF são referências a Fernando Baiano e Transpetro.

Questionado pela PF sobre reuniões com Fernando Baiano, Sérgio Machado reconheceu que conhece o lobista e que estiveram juntos na Transpetro “em algumas oportunidades, com o propósito de tratar de empresas que ele [Baiano] representava.”

O presidente do Senado tem negado que tenha relação com o esquema de corrupção na estatal e sempre disse que suas relações com dirigentes de empresas públicas “nunca ultrapassaram os limites institucionais”.

Procurado, Machado não foi localizado.

26 MAI 2016

FOLHA DE LONDRINA

Casamento

Londrina - Interessados em participar do casamento civil coletivo podem se inscrever para a triagem até o dia 3 de junho, no Sesc Londrina Centro (Rua Fernando de Noronha, 264). O evento acontecerá no dia 9 de julho, na Unopar - campus Catuaí, e faz parte da programação do Justiça no Bairro Sesc Cidadão. O evento é voltado à população economicamente vulnerável, e proporcionará a conciliação por meio de audiências prévias em inúmeras áreas do direito. Realização do Poder Judiciário, Sistema Fecomércio, Sesc, Senac e Cartórios de Registro Civil. Informações no www.sescpr.com.br.

Petroleiras recorrem ao STF contra revisão do cálculo dos royalties

A Abep (Associação Brasileira de Exploração e Produção), entidade que reúne as petroleiras que operam no País, ingressou com recurso no STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar barrar o processo de revisão do cálculo dos royalties do petróleo. A ação pede o restabelecimento de decisão do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) que cancelou o processo iniciado em janeiro pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). A resolução do CNPE foi suspensa por liminar obtida pelo governo do Rio. De acordo com cálculos da Abep, a disputa envolve R\$ 2,1 bilhões por ano em royalties e participações especiais, considerando a produção de 2015. O Rio quer os recursos para ajudar a fechar suas contas. (Folhapress)

26 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Em áudio, Sarney promete ajudar aliado na Lava Jato

Ex-presidente mostra preocupação com eventual delação de Sérgio Machado

Sarney diz que a oposição resistia à ideia de apoiar Temer, mas que aceitou após 'certas condições'

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

O ex-presidente José Sarney (PMDB) prometeu ao ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, investigado pela Operação Lava Jato, que poderia ajudá-lo a evitar que seu caso fosse transferido para a vara do juiz federal Sérgio Moro, em Curitiba (PR), mas "sem meter advogado no meio".

As conversas obtidas pela **Folha** foram gravadas pelo próprio Machado, que nesta terça-feira (24) teve homologado um acordo de delação premiada. A revelação feita de outros diálogos entre ele e Romero Jucá levou à queda do peemedebista do Ministério do Planejamento na segunda (23).

Em um dos diálogos com Sarney, gravados em março, o ex-presidente manifestou preocupação sobre uma eventual delação de Machado. "Nós temos é que fazer o nosso negócio e ver como é que está o teu advogado, até onde eles falando com ele em delação premiada".

Machado respondeu que havia insinuações sobre uma delação. Sarney explicou a estratégia: "Mas nós temos é que conseguir isso [o pleito de Machado]. Sem meter advogado no meio". O ex-presidente da Transpetro concordou de imediato que "advogado não pode participar disso", e que "advogado é perigoso". Sarney repetiu três vezes: "Sem meter advogado".

A estratégia estabelecida por Sarney não fica clara ao longo dos áudios, mas envolvia conversas com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e com o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Machado disse que a ação não poderia se resumir a uma iniciativa apenas jurídica, teria que ser política. Ao final de uma das conversas, ele pediu que Sarney entrasse em contato assim que estabelecesse horário e local para reunião entre eles e Renan.

Nas conversas, Sarney concordou com a iniciativa de impedir que o caso de Machado fosse enviado do Supremo Tribunal Federal para a vara de Moro em Curitiba. "Aquele negócio que você disse ontem é muito procedente. Não deixar você voltar para lá [Curitiba]", disse Sarney.

Em outra conversa, Sarney afirmou que uma delação que a empreiteira Odebrecht estaria prestes a fazer na Lava Jato "é uma metralhadora de [calibre] ponto 100".

Sarney também relacionou a Odebrecht a uma ação que a presidente afastada Dilma Rousseff teria feito "diretamente" durante campanha eleitoral cujo ano não determinou — a petista só disputou eleições em 2010 e 2014.

"Nesse caso, ao que eu sei, o único em que ela [Dilma] está envolvida diretamente é que falou com o pessoal da Odebrecht para dar para campanha do... E responsabilizar aquele [inaudível]".

Mais adiante, na conversa com Machado, Sarney disse que "tudo isso", em referência aos escândalos revelados pela Lava Jato, era de responsabilidade do governo. "Esse negócio da Petrobras, só os empresários que vão pagar, os políticos? E o governo que fez isso tudo, hein?", indagou.

Sarney também confidenciou que a oposição no Congresso resistia à ideia de apoiar uma transição com Michel Temer (PMDB) na Presidência e que um apoio só foi aceito após "certas condições", não detalhadas por ele.

CONTINUA

26 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A resistência dos opositores, segundo Sarney, foi vencida após uma intervenção de Renan. “Nem Michel eles queriam, eles querem, a oposição. Eles aceitam o parlamentarismo. Nem Michel eles queriam. Depois de uma conversa do Renan muito longa com eles, eles admitiram, diante de certas condições”.

O ex-presidente fez os comentários após Machado dizer que “para o PSDB a água bateu aqui também. Eles sabem que são a próxima bola da vez”, em referência à Lava Jato. Sarney respondeu: “Eles sabem que não vão se safar”.

RAIO-X JOSÉ SARNEY

- Foi presidente do Brasil de 1985 a 1990
- Antes, havia sido senador pelo Maranhão e governador do Estado; depois, elegeu-se senador pelo Amapá, em 1990
- Presidiu o Senado de 1995 a 1997 e de 2009 a 2013
- Deixou o Congresso após três mandatos, em 2015

AS CONVERSAS COM SARNEY

Ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado gravou os diálogos e fechou acordo de delação

SARNEY Odebrecht vem com uma metralhadora de ponto 100.

[...]

MACHADO [...] Outra coisa que é importante para a gente, e eu tenho a informação, é que para o PSDB a água bateu aqui também. Eles sabem que são a próxima bola da vez.

SARNEY Eles sabem que eles não vão se safar.

MACHADO E não tinham essa consciência. Eles achavam que iam botar tudo mundo de bandeja...

[...]

MACHADO Vou dizer pro senhor uma coisa. Esse cara, esse Janot que é mau caráter, ele disse, está tentando seduzir meus advogados, de eu falar. Ou se não falar, vai botar para baixo. Essa é a ameaça, presidente. Então tem que encontrar uma... Esse cara é muito mau caráter. E a crise, o tempo é a nosso favor.

[...]

SARNEY [...] Agora, nós temos é que fazer o nosso negócio e ver como é que está o teu advogado, até onde eles falando com ele em delação premiada.

MACHADO Não estão falando.

SARNEY Até falando isso para saber até onde ele vai, onde é mentira e onde é valorização dele.

MACHADO Não é valoriz... Essa história é verdadeira, e

não é o advogado querendo, e não é diretamente. É [a PGR] dizendo como uma oportunidade, porque ‘como não encontrou nada...’ É nessa.

SARNEY Sim, mas nós temos é que conseguir isso. Sem meter advogado no meio.

MACHADO Não, advogado não pode participar disso, eu nem quero conversa com advogado. Eu não quero advogado nesse momento, não quero advogado nessa conversa.

SARNEY Sem meter advogado, sem meter advogado, sem meter advogado.

MACHADO De jeito nenhum. Advogado é perigoso.

[...]

MACHADO Tá. E o Romero também está aguardando, se o senhor achar conveniente.

SARNEY [sussurrando] Não acho conveniente.

MACHADO Não? O senhor que dá o tom.

[...]

SARNEY Nesse caso, ao que eu sei, o único em que ela [Dilma] está envolvida diretamente é que ela falou com o pessoal da Odebrecht para dar para campanha do... E responsabilizar aquele [inaudível]

CONTINUA

26 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Expressei solidariedade, diz ex-presidente

Sarney diz que conhece Machado e tinha uma relação de amizade com ele; PSDB anuncia que processará delator

Em nota, o ex-presidente José Sarney (PMDB-AP) afirmou que as conversas com Sérgio Machado foram marcadas “pelo sentimento de solidariedade”.

Segundo o ex-presidente, “não tendo tempo nem conhecimento do teor das gravações”, não tem “como responder às perguntas pontuais” feitas pela **Folha**.

Sarney disse que conhece o ex-senador Sérgio Machado há muitos anos. “Fomos colegas no Senado Federal e tivemos uma relação de amizade, que continuou depois que deixei o Parlamento”.

“As conversas que tive com ele nos últimos tempos foram sempre marcadas, de minha parte, pelo sentimento de solidariedade, característica de minha personalidade. Nesse sentido, expressei sempre minha solidariedade na esperança de superar as acusações que enfrentava. Lamento que conversas privadas tornem-se públicas, pois podem ferir outras pessoas que nunca desejávamos alcançar”, diz a nota.

O ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo (PT-SP), que atua na defesa da presidente afastada Dilma Rousseff, disse que é “impossível entender exatamente” a totalidade da frase do ex-presidente Sarney no ponto que associa Dilma à empreiteira Odebrecht, pois há trecho inaudível.

Mas reiterou que Dilma “nunca pediu a ninguém contribuições ilegais de campanha”. “A presidente jamais fez pedido ilegal para quem quer que seja”, disse Cardozo. A Odebrecht informou que não se manifestará.

PSDB

O PSDB divulgou nota na qual afirma que irá processar Machado pelo que chama de “tentativas de acusar sem provas para conseguir” fechar uma delação premiada.

O partido foi citado nas conversas de Machado com Sarney e os senadores Romero Jucá e Renan Calheiros.

No texto, a sigla diz que fica a “cada vez mais clara a tentativa deliberada e criminosa do senhor Sérgio Machado de envolver em suspeições o PSDB e o nome do senador Aécio Neves, em especial, sem apontar um único fato que as justifique”.

“As gravações se limitam a reproduzir comentários feitos pelo próprio autor, com o objetivo específico de serem gravados e divulgados”, sustenta o partido.

Num dos grampos, Renan diz que Aécio teria buscado informações sobre a delação de Delcídio do Amaral, ex-líder do governo no Senado.

“O senador Aécio manifestou a ele o que já havia manifestado publicamente inúmeras vezes: a sua indignação com as falsas citações feitas ao seu nome”, afirma o partido. (RV E DL)

FOLHA DE S. PAULO

Delação de Machado é homologada por Teori

26 MAI 2016

Ex-presidente da Transpetro gravou conversas com Jucá, Renan e Sarney

Peemedebistas foram acusados por delatores de envolvimento em esquema de propina na subsidiária da Petrobras

GABRIEL MASCARENHAS
AGUIRRE TALENTO

DE BRASÍLIA

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki homologou a delação premiada do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, que menciona o possível envolvimento da cúpula do PMDB no esquema de corrupção da Petrobras.

Agora, a Procuradoria-Geral da República pode usar a colaboração para pedir a abertura de novos inquéritos e para incluir detalhes em investigações que já estão em andamento no Supremo. A Procuradoria pode pedir ainda que eventuais menções a pessoas sem foro privilegiado sejam analisadas pelo juiz Sérgio Moro, no Paraná.

A delação de Machado veio a público após a **Folha** revelar na segunda (23) que ele gravou conversas com peemedebistas para negociar a

colaboração. Os áudios divulgados pela reportagem provocaram a primeira crise do governo Temer, levando à saída do senador Romero Jucá (PMDB-RR) do Ministério do Planejamento. Jucá foi gravado defendendo um pacto para deter a Lava Jato.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), padrinho político de Machado, também foi gravado.

Machado vinha conversando há alguns meses com os investigadores para tentar costurar a delação, revelando detalhes do esquema de corrupção em troca de benefícios, mas, inicialmente, chegou a enfrentar resistências pelo material oferecido.

Machado e Renan são alvos de apurações no Supremo por suspeita de envolvimento com o esquema de corrupção da Petrobras. O ex-presidente da Transpetro também faz parte de um pedido da Procuradoria para que seja incluído como investigado no principal inquérito da Lava Jato, que apura se uma organização criminosa atuou nos desvios da estatal.

Delatores como Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef, Fernando Baiano e Ricardo Pessoa apontaram Renan como destinatário de propina desviada da Transpetro. Há ainda citações sobre o envolvimento de Machado, que teria aceitado a delação com receio de ser preso.

Em dezembro, ele chegou a ser alvo de busca e apreensão da Polícia Federal e do Ministério Público Federal em um dos desdobramentos das investigações.

A **Folha** mostrou em novembro que, em depoimento à Polícia Federal, Machado disse que sua indicação para o cargo foi patrocinada pelo PMDB nacional.

Questionado sobre reuniões com Fernando Baiano, apontado como operador do PMDB, Sérgio Machado admitiu que conhece o lobista e que estiveram juntos na Transpetro “em algumas oportunidades, com o propósito de tratar de empresas que ele [Baiano] representava”.

Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, disse que Machado lhe entregou R\$ 500 mil em espécie, dinheiro que seria propina da Transpetro. Investigadores encontraram anotações de Costa com FB e Navios, que seriam referências a Fernando Baiano e Transpetro.

OUTRO LADO

Renan tem negado que tenha relação com o esquema de corrupção na estatal e sempre disse que suas relações com dirigentes de empresas públicas “nunca ultrapassaram os limites institucionais”. Procurado, Machado não foi localizado.

26 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

PGR não vê desvios em grampo de Moro a Lula

Para procurador-geral, juiz não feriu Supremo

Em manifestação enviada ao STF (Supremo Tribunal Federal), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, negou que haja irregularidades nas interceptações telefônicas feitas pela força-tarefa da Lava Jato sobre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pessoas próximas.

O procurador diz que, apesar de os grampos terem alcançado a presidente Dilma Rousseff antes de seu afastamento, não houve usurpação de competência pelo juiz Sergio Moro, do Paraná, uma vez que não havia indícios mínimos de crime da petista no momento da gravação.

“É preciso enfatizar à exaustão: só poderia se cogitar da violação da competência [do STF] se, diante da prova produzida, (mesmo que licitamente, como no caso) a reclamação indicasse a partir destes elementos mínimos da prática de fato que pudesse em princípio caracterizar crime por parte da presidente da República”, escreveu Janot.

“Se não aponta esses elementos (como de fato não se diz na reclamação nem na decisão que deferiu a liminar), a reclamação não tem como ser acolhida”, completou.

O parecer de Janot é uma resposta a uma ação protocolada em março por Dilma pedindo a anulação da decisão de Moro que derrubou o sigilo dos grampos e autorizou a divulgação dos diálogos de

Lula. A PGR (Procurador-Geral da República) pede que a ação seja rejeitada pelo Supremo.

Foi a partir desta ação que o ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato, determinou que Moro enviasse ao STF as investigações sobre o ex-presidente Lula ao tribunal e decretou sigilo em interceptações telefônicas envolvendo o petista que atingiram Dilma.

O relator considerou ilegal a divulgação das interceptações e quer avaliar de quem é a competência para continuar as apurações envolvendo Lula: se o caso ficará no Supremo ou se permanecerá na Justiça do Paraná.

Serão analisadas investigações como as ações da 24ª fase da Lava Jato, que tiveram o petista, pessoas próximas, empresas e imóveis como alvo, além de casos conexos.

FORO PRIVILEGIADO

O motivo da decisão do ministro é que pessoas com o chamado foro privilegiado, que só podem ser investigadas com aval do STF, foram alcançadas nas apurações da força-tarefa da Lava Jato, especialmente a presidente.

Para Janot, “mesmo se admitido eventual irregularidade no levantamento do sigilo [dos grampos] e não se faz qualquer juízo de mérito nessa parte, o fato é que esse elemento, por si só, igualmente não caracteriza violação de competência criminal do STF”.

Em julgamento em março no STF, Teori afirmou que não cabia a Moro avaliar se existiam ou não indícios de que pessoas com foro cometeram crimes, sendo atribuição do Supremo fazer essa análise.

O ministro afirmou que, como o telefonema de Dilma dizendo que mandaria o termo de posse para Lula foi gravado após a Justiça mandar parar a interceptação, haverá dificuldades para confirmar esta prova.

A Procuradoria chegou a pedir ao STF abertura de inquérito para investigar Dilma, Lula e o ex-ministro José Eduardo Cardozo por suspeita de obstrução da Lava Jato. O pedido está em sigilo. (MÁRCIO FALCÃO)

26 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

x Mendes pede que Janot reavalie 2º pedido de inquérito contra Aécio

Procuradoria quer apurar suposta maquiagem de dados de banco para esconder mensalão em MG

Ministro tomou a decisão a partir de explicações apresentadas pela defesa do senador

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes mandou para a Procuradoria-Geral da República o segundo pedido de abertura de inquérito feito ao tribunal para investigar o presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG).

Mendes tomou a decisão a partir de explicações apresentadas pela defesa do senador e antes de avaliar se autoriza ou não a apuração requerida pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

A Procuradoria quer investigar a suspeita de maquiagem de dados do Banco Rural para esconder o chamado mensalão mineiro, com foco em gestões do PSDB no Estado, e também tem como alvos o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), e o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP).

Agora, Janot terá que se manifestar se mantém o pedido de abertura de inquérito e as diligências solicitadas.

Segundo os advogados de Aécio, não há elementos que justifiquem a abertura de uma apuração.

Mendes já pediu que Janot reavalie um outro pedido de investigação sobre o tucano. Depois de abrir inquérito para apurar o suposto pagamento de propina da estatal Furnas para Aécio, Mendes suspendeu as diligências e requereu que a PGR confirmasse a necessidade de investigar o caso. O senador nega envolvimento com as duas irregularidades.

Os pedidos de inquérito surgiram a partir da delação do senador cassado Delcídio do Amaral (ex-PT-MS), mas o ministro Teori Zavascki entendeu que o caso não tem relação direta com o esquema de corrupção da Petrobras e, por isso, repassou as apurações para Mendes.

Em sua delação sobre o mensalão mineiro, Delcídio afirmou que Paes, à época secretário-geral do PSDB, foi um dos emissários de Aécio na maquiagem dos dados do Banco Rural. Os dados do banco seriam enviados à CPI dos Correios, que investigava o mensalão e foi presidida por Delcídio.

OUTRO LADO

A assessoria de Aécio diz que as menções de Delcídio sobre o caso do Banco Rural são "improcedentes, caluniosas e sem qualquer tipo de comprovação na realidade".

Segundo o tucano, certidão fornecida pelo Senado comprovaria que não existiu requerimento que solicitasse ampliação do prazo para apresentação de informações pelo Banco Rural que poderiam abarcar o período de gestões tucanas.

Eduardo Paes também nega ter interferido. Carlos Sampaio disse que sempre agiu de forma isenta.

Ao STF, a defesa do senador disse que o TCU realizou auditoria em contratos de Furnas, "não tendo constatado indícios de desvio" envolvendo Aécio.

26 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

? Ator Alexandre Frota é recebido por ministro da Educação em Brasília

Alexandre Frota participou, nesta quarta (25), de reunião no Ministério da Educação, em Brasília, para discutir “algumas ideias para ajudar o país”, declarou o ator em seu perfil no Instagram.

Frota publicou algumas imagens em que aparece ao lado do ministro da pasta, Mendonça Filho. “Agora no Ministério da Educação, onde o ministro nos recebeu para uma pauta colocada por nós”, escreveu ele, que é membro do Revoltados Online, movimento a favor do impeachment de Dilma Rousseff.

Também esteve na reunião, que não constava na agenda oficial do MEC, Marcello Reis, fundador do coletivo. Horas após a publicação, o encontro foi confirmado pelo ministério.

Segundo eles, a proposta apresentada prevê a retirada da “doutrinação ideológica das escolas”, mas não informaram mais detalhes. Em nota, o MEC informa que o ministro “tem como prática atender às solicitações de audiência, assim como dar retorno aos contatos recebidos”.

O nome do ator se tornou um dos assuntos mais comentados do Twitter.

“tiroteio”

Depois de Alexandre Frota, o próximo passo do governo Temer é ter Bolsonaro como conselheiro de Direitos Humanos.

DE GUILHERME BOULLOS, líder do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), sobre encontro do ministro da Educação, Mendonça Filho, com Frota.

26 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PROCURE SABER

O advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, que representa o senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou petição ao Ministério Público Federal para saber se as gravações feitas por Sergio Machado, ex-presidente da Transpetro, com seu cliente tiveram autorização judicial. “Caso contrário, não podem ser usadas como prova”, diz.

PROCURE SABER 2

Almeida Castro diz duvidar que o ministro Teori Zavascki, do STF (Supremo Tribunal Federal) e relator da Operação Lava Jato, tenha autorizado a iniciativa de Machado. “Eu não acredito que um ministro do STF autorizaria um agente infiltrado a gravar o presidente do Senado”, diz ele, referindo-se a Renan Calheiros (PMDB-AL), também gravado por Machado.

FORA DO EIXO

E ministros do STF também se inquietam com a possibilidade de procuradores combinarem com investigados, de maneira informal, que eles gravem outros potenciais envolvidos em irregularidades.

Acham que isso só poderia ser feito com autorização e controle da Justiça.

26 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Advogado criminalista Arnaldo Malheiros é cremado em SP

DE SÃO PAULO - Ao som de "My Way", de Frank Sinatra, o corpo do advogado Arnaldo Malheiros Filho foi encaminhado para a cremação nesta quarta (25), em Itapeverica da Serra, na Grande São Paulo. Cerca de 250 pessoas acompanharam a cerimônia, entre as quais o ex-ministro da Justiça José Carlos Dias e o ex-ministro do STF Eros Grau.

Considerado um dos maiores criminalistas do país, Malheiros morreu na terça (24), aos 65 anos, em decorrência de problemas com dois transplantes de fígado pelos quais passou nos últimos 30 dias.

Dias, com quem defendeu Malheiros presos políticos na ditadura militar (1964-1985), diz ter ficado impressionado "com o brilho daquele garoto" recém-formado que entrou em seu escritório. "Hoje perdi meu irmão."

No Twitter, o presidente interino Michel Temer expressou seus sentimentos sobre a morte do advogado. "Lamento imensamente o falecimento prematuro do grande advogado Arnaldo Malheiros Filho", disse, na noite de terça-feira. "A advocacia e o Brasil perdem uma figura extraordinária do mundo jurídico", completou.

30 MAI 2016

CURTO-CIRCUITO

A missa de 7^o dia em memória do advogado Arnaldo Malheiros Filho será amanhã, às 19h, na igreja de São Domingos, em Perolizes.

26 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Decisão da Justiça a respeito de dados cadastrais de telefonia só afeta Claro

Uma decisão da Justiça Federal de São Paulo que determina que as teles precisam fornecer dados cadastrais de clientes a investigações policiais sem ordem judicial deve mudar a política da Claro sobre esse assunto.

A tele se envolveu em um caso judicial sobre o tema recentemente. As outras três grandes empresas do setor já tinham como prática repassar à polícia as informações a respeito da titularidade das linhas de celular.

A questão chegou à Justiça porque a Claro se recusou a passar dados relativos a chips que foram apreendidos pela Polícia Federal em uma busca domiciliar.

A tele alegou que não havia ordem judicial e que fornecer dados cadastrais (titular da conta, CPF, RG e endereço) implicaria quebra da privacidade dos clientes.

A empresa conseguiu um mandado de segurança, mas o tribunal de instância superior mudou a decisão.

O desembargador Johnson di Salvo considerou que dados cadastrais não têm o mesmo sigilo que a comunicação telefônica.

Em sua sentença, di Salvo escreve que informações como nome, número da linha e outras relativas à conta “não têm a ver com o conteúdo da comunicação telefônica, esse sim, inviolável a não ser sob ressalva judicial”.

Ele também citou uma lei que disciplina a investigação de organizações criminosas, que garante à delegados de polícia e ao Ministério Público o acesso às informações.

Em nota, a Claro informou que “atende às solicitações de autoridades, seguindo a legislação em vigor”.

As outras três disseram que essa já era a política que adotavam. A Oi afirmou que passa os dados “para a maioria das autoridades”.

A TIM considera que a decisão “reforça o entendimento do Poder Judiciário” sobre esse assunto.

A Vivo “fornece dados de clientes mediante requisição expressa das autoridades competentes — e não apenas por meio de ordem judicial”.

27 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Polícia do Rio pede prisão de 4 suspeitos após estupro coletivo

Crime contra garota de 16 anos em favela da zona oeste pode ter sido cometido por 33 homens

Em vídeo, vítima é alvo de deboche; ela disse à polícia que foi dopada e acordou nua diante de rapazes com fuzis

MARCO ANTÔNIO MARTINS
DO RIO

A Polícia Civil do Rio pediu a prisão de quatro pessoas após a abertura de inquérito para identificar 33 homens suspeitos de estuprar uma adolescente de 16 anos em uma favela na zona oeste.

A investigação teve início após um vídeo da jovem, nua e desacordada, ser postado em redes sociais na terça (24).

Na gravação, um grupo de homens, em meio a risadas, toca nas partes íntimas da garota e diz que ela foi violentada por "mais de 30". Em 2009, a lei 12.015 foi alterada e passou a considerar, além da conjunção carnal, atos libidinosos como crime de estupro.

A vítima depôs à polícia na madrugada desta quinta (26) e contou que saiu de casa no sábado (21), por volta da 1h, para ir à comunidade da Barão, em Jacarepaguá. Lá, ela encontraria um garoto de 19 anos com quem estava "ficando" e a quem identificou somente como "Petão".

Os dois se conheceram no colégio há três anos. A jovem contou que, ao chegar na Barão, foi para a casa do rapaz, onde ficaram sozinhos. A partir daí, afirmou só se lembrar de ter acordado no dia seguinte, domingo, em outra casa.

Segundo seu relato, estava dopada, nua e sendo observada por 33 homens armados de fuzis e pistolas. A polícia suspeita que eles integrem a quadrilha de traficantes de drogas que atua na região.

Entre os quatro homens que tiveram a prisão pedida pela polícia, dois estariam ligados à divulgação do vídeo em rede social. O rapaz que teria "ficado" com a garota também é suspeito.

DEBOCHE

"Essa daqui é a famosa 'come rato' da Barão", diz um homem no vídeo de 40 segundos, enquanto grava a menina inconsciente. "Mais de 30 engravidou [sic]", diz outro, rindo. Ao menos três vezes masculinas podem ser ouvidas debochando na gravação.

"Olha onde o trem bala passou. Do Marreta. É nós, trem bala Marreta", diz um deles, referindo-se ao grupo de traficantes do Comando Vermelho que controla a venda de drogas na comunidade

e que é chefiado por Luiz Cláudio Machado, o Marreta, preso em 2014, no Paraguai.

Após os homens deixarem a casa, a adolescente vestiu uma roupa masculina e pegou um táxi para casa. Como não tinha dinheiro, a corrida foi paga por sua mãe.

Na terça (24), após saber que o vídeo estava nas redes sociais, a adolescente voltou para a comunidade e procurou pelo chefe do tráfico local. Segundo afirmou, queria recuperar seu celular, que havia sido roubado no morro. Seu depoimento sugere que ela também falou com o traficante sobre o estupro.

O criminoso, cujo nome não foi revelado, prometeu pagar o valor do aparelho em dinheiro e, segundo a jovem, afirmou que "procuraria saber sobre o estupro, porque ainda não tinha tomado conhecimento" do assunto.

À polícia, a vítima afirmou ser usuária de ecstasy e lança perfume, mas disse que não consumia drogas há um mês e que não o fez no dia em que foi atacada. Relatou ainda que estava "profundamente abalada" e que vinha sentindo "fortes dores internas, como se fosse no útero".

CONTINUA

27 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

FAMÍLIA EM CHOQUE

Após o depoimento, a garota foi encaminhada a um hospital público no qual recebeu um coquetel de medicamentos para evitar doenças sexualmente transmissíveis. Também foi examinada no Instituto Médico Legal.

A família da adolescente, que é mãe de um garoto de três anos, soube do crime por meio de um vizinho, que telefonou após ver o vídeo na internet, na quarta (25).

“Chorei quando vi o vídeo. Choramos todos. Me arrependi de ter visto. Quando ouvimos a história, não acreditávamos no que estava acontecendo. É uma situação deprimente”, disse a avó materna.

“Ela não está bem. Está muito confusa. A coisa foi muito séria”, afirmou. “Estamos muito fragilizados. O pai dela sofreu dois AVCs [Acidente Vascular Cerebral] no último ano”, disse a avó.

Piauí apura novo caso de abuso no interior do Estado

YALA SENA

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM TERESINA (PI)

ESTÊVÃO BERTONI
DE SÃO PAULO

A Polícia Civil do Piauí investiga se uma jovem de 17 anos foi vítima de um estupro coletivo em Bom Jesus (a 732 km de Teresina).

Para o delegado que apura o caso, não há dúvidas de que quatro menores de idade e um rapaz de 18 anos violentaram a menina. Ele aguarda os resultados de exames de DNA para comprovar o crime.

Se confirmado, será o segundo estupro coletivo registrado no Piauí em um ano. Em 27 de maio de 2015, quatro garotas foram estupradas por cinco homens em Castelo do Piauí (a 172 km de Teresina). Uma das vítimas morreu.

A jovem de Bom Jesus foi encontrada seminua e amordaçada com a própria roupa na última sexta-feira (20), numa construção no centro da cidade, de cerca de 22 mil habitantes. Segundo a polícia, ela foi achada em coma alcoólico, com sinais de violência.

A polícia os jovens — com idades entre 15 e 17 anos — negaram o crime, mas admitiram que viram o rapaz de 18 anos fazendo sexo com ela. “Acharam normal assistirem ao maior de idade tendo relações com a garota desacordada”, disse à **Folha** o delegado Aldely Fonteneli de Sousa.

O policial desconfia que os adolescentes combinaram a versão para tentarem se inocentar e incriminar o rapaz que foi preso.

O delegado disse que o laudo pericial confirmou o estupro, mas falta a comprovação do envolvimento dos menores de idade. O exame de DNA deve levar um mês para ficar pronto.

A Promotoria pediu a transferência dos quatro garotos para Teresina.

O delegado disse que o rapaz de 18 anos confessou que teve relações sexuais, mas negou o uso de violência. Também se disse arrependido. E, segundo ele, os outros quatro também fizeram sexo oral com a jovem.

De alta médica desde o último domingo (22), a garota está tendo acompanhamento psicológico.

“Ontem ela acordou gritando e dizendo que os criminosos estavam no quarto dela”, disse à **Folha** uma tia da jovem que pediu para não se identificar.

CONTINUA

27 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

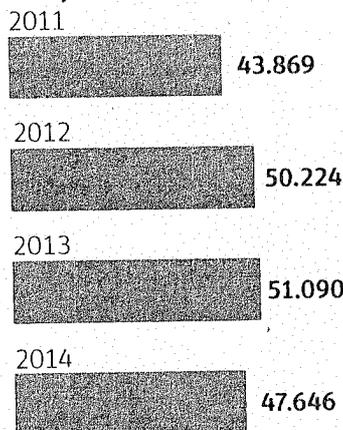
ONDE FOI O CRIME

Caso é investigado pela Polícia Civil e Ministério Público do Rio



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Estupros no Brasil



O que diz a lei

- Em 2009, a lei 12.015 foi alterada
- Além da conjunção carnal, são considerados como estupro "atos libidinosos"
- Pena de 6 a 10 anos de reclusão
- Se a vítima é menor de 18 anos e maior de 14, reclusão de 8 a 12 anos
- Se a vítima é menor de 14 anos, reclusão de 8 a 15 anos

35%

dos casos, apenas, são notificados, segundo pesquisas internacionais

ANÁLISE

Casos revelam o quanto impera no país a cultura do estupro

CLÁUDIA COLLUCCI
DE SÃO PAULO

“Amassaram a mina, fizeram um túnel na mina, mais de 30”. Foi assim que a mais nova barbárie que agora choca o país primeiro chegou às redes sociais, por meio do perfil de um usuário do Twitter chamado Michel. A “mina” a que ele se refere, uma garota de 16 anos, havia sido estuprada na última sexta (20), por 30 homens. Naquela mesma noite, a 2.124 km dali, em Bom Jesus (PI), uma adolescente de 17 anos era violentada por cinco homens, sendo quatro menores de idade.

Há exatamente um ano, no dia 27 de maio de 2015, quatro meninas foram vítimas de estupro coletivo em Castelo do Piauí (PI) e atiradas de um penhasco de mais de dez metros. Uma delas morreu logo depois. Não há coincidências nessas datas. Elas apenas revelam o quanto impera no país a cultura do estupro, o quanto a violência sexual tor-

nou-se algo usual dentro da nossa sociedade.

Por aqui, a cada 11 minutos, uma mulher é estuprada, segundo o último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, com dados de 2014. Naquele ano, quase 48 mil pessoas foram vítimas do crime no Brasil. É bem provável que esses números só representem a ponta do iceberg. Feridas, humilhadas, ameaçadas e amedrontadas, muitas mulheres nem chegam a denunciar seus algozes. Algumas, só o fazem quando engravidam e buscam o aborto legal.

A barbárie no Rio veio à tona quase uma semana depois, ainda assim porque o tal Michel, agora procurado pela polícia, resolveu revelar o feito na internet. Não é só Michel que merece punição. Quem filma e compartilha esse tipo de crime ou quem acha graça dessa covardia abominável é tão culpado quanto.

Não dá mais para a sociedade brasileira dar os ombros para essa questão. Essas meninas não foram estupradas porque estavam bêbadas, drogadas, com vestidos curtos, com os seios à mostra ou com as pessoas erradas.

Foram estupradas porque são mulheres, vistas como objetos sexuais, como propriedades dos homens, e não como seres dotados de direitos e de vontade própria.

Há uma farta literatura sobre o tema, como a obra norte-americana “Rape Culture” (Cultura do Estupro) e a brasileira “Violência Sexual no Brasil: perspectivas e desafios”. E mais recentemente, a pesquisa do Ipea (2014) não deixou dúvidas sobre isso: 26% dos entrevistados consideram que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”.

CONTINUA

27 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O enfrentamento a todo tipo de violência contra a mulher deveria ser uma pauta permanente de toda a sociedade. É uma lição que toda mãe, que toda avó, que toda irmã, que toda professora deveria ensinar aos seus meninos desde sempre. A tolerância e "normalização" dessas questões acabam por incentivar e perpetuar esses crimes.

27 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

DÉCADAS SEM JUSTIÇA



Acusado de **matar** dois homens em discussão banal, **herdeiro** de usinas ainda não foi a **juízo** por um crime que chocou o interior de São Paulo

ROGÉRIO PAGNAN
DE SÃO PAULO
MARCELO TOLEDO
DE RIBEIRÃO PRETO

Ali mesmo, do banco de couro de sua Pajero 4x4, Marcelo Afif Cury, então com 22 anos, herdeiro de usinas de açúcar e álcool no interior paulista, acabou com a discussão. Pegou a pistola no console do freio de mão, onde também descansava seu Ray-Ban aviador, e atirou contra seus três novos desafetos.

Estacionado em cima da calçada da avenida Presidente Vargas, corredor nobre de Ribeirão Preto, conseguiu acertar a cabeça de um deles —ao lado de sua janela— e as costas de outro, que fugia.

Desceu do veículo e descarregou mais cinco tiros na última vítima. Dos três, apenas um sobreviveu. Cury deixou os corpos no chão e saiu em alta velocidade. Conseguiu escapar da prisão.

Até hoje, quase duas décadas depois, não sentiu a temperatura das algemas nos pulsos nem precisou sentar diante de jurados para convencê-los de que matou por necessidade (em legítima defesa) —sua alegação.

O usineiro não está foragido. E nunca foi julgado. Conseguiu encontrar brechas na lei tendo como defensores alguns dos advogados mais famosos (e caros) do país, como

o ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos (1935-2014). Hoje, é cliente de Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, recentemente cotado para o ministério de Michel Temer.

Em um caso raro do sistema penal brasileiro, a defesa dele obteve a anulação de duas sentenças de pronúncia no Tribunal de Justiça. Nelas, o juiz Luís Augusto Freire Teotônio dizia haver elementos suficientes para mandar Cury a júri popular. O TJ aceitou a alegação de que houve “excesso de linguagem” por parte do magistrado —pelos termos utilizados contra o réu.

Apenas na terceira vez que o documento foi elaborado, assinado por outro magistrado, os desembargadores concordaram que o processo poderia continuar.

Neste ano, Teotônio decidiu se afastar do caso. Em sua última manifestação no processo, disse que essas foram as únicas sentenças anuladas pelo tribunal em sua carreira.

Esse afastamento, segundo o magistrado, busca evitar novos atrasos. Escreveu: “Penso, dessa forma, evitando-se possíveis alegações de nulidades outras, com postergação maior do feito, que se arrasta por quase 20 anos, sem decisão final, não ser aconselhável minha permanência na condução do feito”.

O SOBREVIVENTE

Na semana passada, após ser procurada pela **Folha**, a Justiça de Ribeirão Preto informou que pretende realizar o julgamento em agosto próximo. Não é a primeira vez que o júri é anunciado.

Foram tantas que o motorista Sérgio Nadruz Coelho, 54, único sobrevivente dos ataques de Cury em 5 de abril

de 1997, não acredita mais em condenação ou até que haverá o julgamento. “Não acredito mais na Justiça.”

Para ele, os advogados certamente conseguirão mais uma vez adiar o processo.

Coelho, que voltou para o Rio depois do ataque, tinha se mudado para Ribeirão havia poucos meses antes do crime. Foi atraído por uma reportagem de TV que alardeava as maravilhas da “Califórnia Brasileira”, forma como a cidade ficou conhecida nos anos 1980 em razão de suas boas condições econômicas.

“Triste ilusão a minha. Arrumei pra minha cabeça”, diz ele. “O Marcelo não falava nada. Só atirava. Não morri porque Deus não quis. Uma bala explodiu meu baço, perdi 70% de sangue na rua e fiquei 39 dias internado.”

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

27 MAI 2016

O motorista retuta a alegação de legítima defesa apresentada pelo filho do usineiro. Diz que não havia motivos, porque a discussão já tinha acabado e, além disso, Cury estava dentro do carro com mais seis colegas.

A fatídica discussão começou porque uma das vítimas, o representante comercial Marco Antonio de Paula, 29, não gostou de ver o usineiro e seus colegas sentados sobre o capô de seu Vectra.

Em desvantagem, pediu a ajuda de dois amigos: Coelho e o comerciante João Falco Neto, 34, este baleado na cabeça ao lado do carro.

“Não tenho raiva, tenho pena dele”, diz Coelho. “Queria encontrá-lo um dia para saber qual foi o motivo que o levou a fazer aquilo. Ainda bem que não vou morrer com a porcaria dessa raiva.”

O paradeiro de Cury desde então sempre foi incerto. Miami teria sido o destino pós-crime, segundo investigação da Polícia Civil à época. Defensores dele já afirmaram que mora na região de Ribeirão, onde a família tem negócios.

O advogado Fábio Tofic, defensor de Cury indicado para falar sobre o caso, não respondeu aos recados deixados em seu escritório.

Mesmo com tamanha demora, o TJ de São Paulo informou que não há indícios de irregularidade no trâmite deste processo e que ele nunca esteve tecnicamente parado.

O número elevado de testemunhas e os recursos da defesa colaboraram para essa demora. A **Folha** tentou ouvir o juiz Teotônio, mas o TJ informou que os magistrados não podem se manifestar sobre processos em andamento.

“ ... Por se tratar de acusado provindo de família com grande poder econômico à época, defendido por advogados de renome, tive duas decisões de pronúncia anuladas

LUÍS AUGUSTO FREIRE TEOTÔNIO
juiz que, após quase 20 anos à frente do processo, decidiu se afastar do caso

“ O Marcelo não falava nada. Só atirava. Não morri porque Deus não quis. Uma bala explodiu meu baço, perdi 70% de sangue na rua e fiquei 39 dias internado

SÉRGIO NADRUZ COELHO, 54
único sobrevivente dos ataques que ocorreram em região nobre de Ribeirão Preto, no dia 5 de abril de 1997

27 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Em áudios, Renan e Sarney tentam influenciar Lava Jato

Gravações foram feitas por Sérgio Machado,
ex-presidente da Transpetro

Peemedebistas sugerem que ministro do STF Teori Zavascki seja procurado; para Sarney, Odebrecht vai pegar Dilma Rousseff

Novos diálogos do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado com o ex-presidente José Sarney e o presidente do Senado, Renan Calheiros, sugerem articulações para influenciar o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato.

Os áudios foram divulgados pelo "Jornal da Globo", da Rede Globo, que obteve gravações feitas por Machado nos dias 10 e 11 de março.

Em um dos trechos, Sarney cita o ministro aposentado do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Cesar Asfor Rocha como alguém que teria proximidade com Zavascki.

"Tem total acesso ao Teori [...] Eu preciso falar com Cesar [...] Com o Teori é com o Cesar", afirma Sarney.

O material faz parte de uma série de conversas gravadas por Machado, investigado na Lava Jato, com peemedebistas para negociar um acordo de delação premiada. A colaboração foi homologada pelo Supremo na quarta (25).

Não é o primeiro diálogo que indica tentativa de acesso a Zavascki e outros ministros da corte. Como a **Folha** revelou na última segunda (23), o senador Romero Jucá (PMDB-RR) falou a Machado que chegou a conversar com ministros do Supremo sobre os rumos da operação e que Zavascki era um "cara fechado" e "burocrata".

A gravação, em que Jucá também afirma que uma mudança no governo possibilitaria um pacto para "estancar a sangria" da Lava Jato e "delimitar" a investigação "onde está", levou à primeira crise da gestão do presidente interino, Michel Temer.

Nomeado ministro do Planejamento, Jucá pediu afastamento do cargo depois da publicação da reportagem — menos de duas semanas após tomar posse no governo.

AMIGO

Em outro trecho, de uma discussão da qual participou o presidente do Senado, Sarney sugere contato com outro nome próximo a Zavascki — o do advogado Eduardo Ferrão, amigo do ministro.

"O Renan me fez uma lembrança que pode substituir o Cesar. O Ferrão é muito amigo do Teori", diz Sarney. Renan acrescenta: "Tem que ser uma coisa confidencial".

A assessoria de Ferrão declarou que nunca foi procurado para tratar do assunto. Zavascki não quis comentar as menções ao seu nome.

DILMA E ODEBRECHT

Em outro diálogo com Machado, Sarney afirma que um eventual acordo da empreiteira Odebrecht poderia implicar a presidente afastada, Dilma Rousseff, por causa de pagamentos ao marqueteiro do PT, João Santana.

"A Odebrecht [...] Vão abrir, vão contar tudo. Vão livrar a cara do Lula. E vão pegar a Dilma. Porque quem tratou diretamente sobre o pagamento do João Santana foi ela", afirma Sarney.

Réus na Lava Jato, Santana e sua mulher, Mônica Moura, são acusados de receber de maneira ilegal dinheiro desviado da Petrobras por meio de pagamentos da Odebrecht. Eles estão presos desde fevereiro.

O dono da empreiteira, Marcelo Odebrecht, negocia há quase dois meses um acordo de colaboração com o Ministério Público. Ele foi preso em junho de 2015.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO 27 MAI 2016

CONTINUAÇÃO

Outra conversa gravada por Machado trata da situação de Delcídio do Amaral, senador cassado por, entre outras acusações, tentar atrapalhar as investigações da Lava Jato. No momento do diálogo, o processo contra Delcídio tramitava do Senado.

Na gravação, obtida pelo "Jornal Hoje", da Globo, Renan fala a Vandenberg Machado, seu ex-assessor e atualmente lobista da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), que Delcídio deveria fazer "uma coisa humilde" para evitar a perda do mandato.

"Fazer uma carta, submeter a várias pessoas, fazer uma coisa humilde... Que já pagou um preço pelo que fez, foi preso tantos dias... Família pagou... A mulher pagou...", sugere.

Renan defende que o presidente do Conselho de Ética, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA), simule a tramitação normal do caso.

"Tem que requerer diligências, [fazer] requisição de peças e, enquanto isso não chegar, fica lá parado", disse o presidente do Senado.

CONTINUA

NOVAS GRAVAÇÕES

Conversas registradas pelo ex-presidente da Transpetro e delator da Lava Jato, Sérgio Machado

COM JOSÉ SARNEY

Sobre tentativa de contato com o ministro Teori Zavascki, do Supremo; Renan Calheiros participa de um dos diálogos

MACHADO Porque realmente se me jogarem para baixo [primeira instância, em Curitiba], ai... Teori [Zavascki, relator da Lava Jato no STF], ninguém consegue conversar.

SARNEY Você se dá com o Cesar. Cesar Rocha [ministro aposentado do STJ].

MACHADO Hum.

SARNEY Cesar Rocha.

MACHADO Dou, mas o Cesar não tem acesso ao Teori, não. Tem?

SARNEY Tem total acesso ao Teori. Muito, muito, muito, muito acesso, muito acesso. Eu preciso falar com Cesar. A única coisa com o Cesar, com o Teori é com o Cesar.

[...]

SARNEY O Renan me fez uma lembrança que pode substituir o Cesar. O [advogado Eduardo] Ferrão é muito amigo do Teori.

COM RENAN CALHEIROS

Diálogo com Vandenberg Machado, suposto representante do senador cassado Delcídio do Amaral

RENAN O que que ele [Delcídio] tem que fazer... Fazer uma carta, submeter a várias pessoas, fazer uma coisa humilde... Que já pagou um preço pelo que fez, foi preso tantos dias... Família pagou... A mulher pagou...

VANDEMBERG Ele [Delcídio] só vai entregar à comissão, fazer essa carta e vai embora.

RENAN Conselho de ética. Falei agora com o João [João Alberto Souza (PMDB-MA), presidente do Conselho

RENAN Tem que ser uma coisa confidencial.

MACHADO Só entre nós e o Ferrão.

Sobre possibilidade de delação da Odebrecht e seu impacto sobre Dilma

SARNEY A Odebrecht [...] vão abrir, vão contar tudo. Vão livrar a cara do Lula. E vão pegar a Dilma. Porque foi com ele quem tratou diretamente sobre o pagamento do João Santana foi ela. Então eles vão fazer. Porque isso tudo foi muito ruim pra eles. Com isso não tem jeito. Agora precisa se armar. Como vamos fazer com essa situação. A oposição não vai aceitar. Vamos ter que fazer um acordo geral [...]

MACHADO Inclusive com o Supremo. E disse com o Supremo, com os jornais, com todo mundo.

SARNEY Supremo... Não pode abandonar.

de Ética]. O João, ele fica lá ouvindo os caras... O Conselho de Ética não tem elementos para levar processo adiante. Também é ruim dizer que não vai levar o processo adiante. Então, o Conselho de Ética tem que requerer diligências requisição de peças e enquanto isso não chegar fica lá parado...

VANDEMBERG [João Alberto] Vai colocar em votação e vai ter uma derrota antecipada...

27 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

>OUTRO LADO<

Ex-presidente não comenta; senador nega obstrução

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), voltou a se manifestar nesta quinta (26) sobre gravações feitas pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado de conversas entre os dois.

Na quarta (25), a **Folha** revelou trecho em que o peemedebista defende uma revisão da lei de delação, de forma a impedir que presos façam acordos e virem delatores.

Os novos trechos, revelados pelo "Jornal da Globo" e pelo "Jornal Hoje", da Rede Globo, mostram Renan dando orientações sobre a defesa do ex-senador Delcídio do Amaral (ex-PT-MS) e também sugerindo a Machado contato com o advogado Eduardo Ferrão para tentar uma aproximação com o ministro do STF Teori Zavascki.

Na nota, o senador afirma não ter tomado "nenhuma iniciativa" ou ter feito "gestões para dificultar ou obstruir as investigações da operação Lava Jato".

"Até porque elas [investigações] são intocáveis e, por essa razão, não adianta o desespero de nenhum delator."

O peemedebista lembra ter acelerado a votação da cassação do mandato de Delcídio no Senado. Reiterou que o caso foi noticiado, dizendo ainda ter opinado com um amigo do ex-senador "que o processo não podia ficar parado, como não ficou".

"O senador não pode se responsabilizar por considerações de terceiros sobre pessoas, autoridades ou o quadro político nacional", continua a nota.

Renan voltou a afirmar que "suas opiniões sobre aprimoramentos de legislação foram e continuarão públicas", em referência à defesa que ele fez de mudanças na delação premiada.

"Não apenas ao tema mencionado nos diálogos, mas também na defesa de que a pena para delações não confirmadas sejam agravadas", conclui a nota.

O ex-presidente José Sarney afirmou que, "não tendo tempo nem conhecimento do teor das gravações", não teria como responder às perguntas pontuais".

Zavascki não quis comentar as citações. Ferrão afirmou, via assessoria, que nunca foi procurado para tratar do assunto. A **Folha** não localizou Asfor Rocha.

27 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Mulher de Cunha pede restituição de tributo

Cláudia Cruz pediu reembolso de gastos no cartão de crédito abastecido por conta secreta

AGUIRRE TALENTO
DE BRASÍLIA

Apesar de não ter declarado seus gastos com cartão de crédito abastecido com uma conta secreta no exterior, a mulher do presidente afastado da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Cláudia Cruz, pediu a autoridades estrangeiras o reembolso dos impostos dos bens adquiridos com esse cartão — o chamado “tax free”.

Os pedidos constam nos extratos do cartão de crédito de Cruz obtidos pela PGR (Procuradoria Geral da República) após a descoberta das contas secretas no exterior.

Só depois que o Ministério Público da Suíça enviou à PGR os detalhes sobre as quatro contas — três que tinham Cunha como beneficiário final e uma cuja titularidade era de Cruz — é que ela declarou às autoridades brasileiras seus gastos com o cartão.

Cruz é alvo de uma investigação no Banco Central sob suspeita da omissão dessas despesas, o que é passível de pagamento de multa.

Turistas têm direito ao “tax free” na aquisição de mercadorias em determinadas lojas no exterior, obtendo estorno de parcela do preço pago, a título da restituição de imposto.

Os extratos obtidos pela **Folha** mostram diversos pedidos de “tax free” de pequenos valores, com a referência de que teriam sido feitos na Suécia, mas sem a discriminação dos produtos. São valores, por exemplo, de € 59, € 35, € 71 e € 53.

Há ainda lançamentos com a informação “restituição de imposto rejeitada” e a referência à Irlanda, em valores de,

por exemplo, € 104 e € 202.

Na denúncia contra Cunha sobre as contas na Suíça, sob acusação de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, a PGR aponta despesas da família Cunha no exterior. Há, por exemplo, gastos de US\$ 5.000 na Chanel e de US\$ 8.000 na loja de sapatos Pravda Abbigliamento.

A PGR aponta que as despesas foram custeadas com propina desviada da Petrobras. Os cartões de crédito eram abastecidos com recursos dos “trusts” de Cunha.

A investigação contra Cruz foi enviada à 13ª Vara Federal de Curitiba.

OUTRO LADO

A defesa de Cruz afirma que a conta no exterior já foi declarada às autoridades brasileiras e que contesta, junto ao Banco Central, a obrigatoriedade dessa declaração. Segundo a defesa, ela mantinha menos de US\$ 100 mil na conta, o que a eximiria da obrigação.

Cunha nega ligação com as contas no exterior. Afirma que transferiu o patrimônio a “trusts” e que, por isso, não era mais o dono dos recursos e não precisava declará-los. Também nega o recebimento de propina.

27 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

tiroteio

Do jeito que anda a crise, a próxima sucessão presidencial será tranquila: De Lewandowski para Carmen Lúcia, futura presidente do STF.

DO DEPUTADO RUBENS PEREIRA JR (PC do B-MA), em referência ao fato de que, se Temer e Renan caírem, quem assume a presidência é o chefe do Supremo.

PAINEL DO LEITOR

X

Gilmar e Aécio

Se ninguém está acima das leis, por que o ministro do Supremo Gilmar Mendes quer que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, engavete inquérito contra o senador Aécio Neves"? ("Mendes pede que Janot reavalie 2º pedido de inquérito contra Aécio", "Poder", 26/5) Quem não deve não teme.

BEATRIZ MELLO (Brasília, DF)

28 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

STF acaba com processos ocultos na corte

Resolução pôs fim a grau de sigilo válido para tramitação de procedimentos abertos para investigar autoridades

Com decisão, será possível consultar nomes de envolvidos ou suas iniciais, mas conteúdo segue sigiloso

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

O STF (Supremo Tribunal Federal) acabou com o mais alto grau de sigilo que o tribunal adotava para a tramitação de inquéritos ou outros procedimentos abertos para investigar autoridades por suspeita de crimes.

Uma resolução editada na quarta-feira (25) pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski, extinguiu a classificação "processo oculto", casos que não apareciam sequer no sistema do tribunal e só podiam ser consultados pelo ministro-relator e pela Procuradoria-Geral da República, impossibilitando até confirmar a sua existência.

Com a decisão, esses processos passam a ser classificados como de segredo de justiça. Assim, será permitido ao público saber que há essas apurações em andamento no STF, podendo ser consultados os nomes dos envolvidos, ou suas iniciais, e qual é o tipo de crime em investigação. O conteúdo dos inquéritos vai permanecer em sigilo.

O modelo oculto foi adotado principalmente em casos envolvendo a Lava Jato, como o pedido de abertura de

inquérito da Procuradoria para investigar a presidente afastada Dilma Rousseff, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-ministro José Eduardo Cardozo, por obstrução da Justiça.

O sistema também passou a encobrir o andamento das delações premiadas.

O STF, antes da mudança, justificava que a manutenção de processos ocultos visa proteger as investigações.

Segundo o texto de Lewandowski, fica "vedada a classificação de quaisquer pedidos e feitos novos ou já em tramitação no Tribunal como 'ocultos'".

Para o presidente do STF, a medida atende aos princípios constitucionais da publicidade, do direito à informação, da transparência e aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Pelo texto, nas investigações criminais, será adotada uma proteção especial às medidas cautelares que devem ser mantidas em sigilo até a sua execução, para não prejudicar a coleta da prova.

Os requerimentos de prisão, busca e apreensão, quebra de sigilo telefônico, fiscal e telemático, interceptação telefônica, dentre outras medidas necessárias no inquérito, serão processados e apreciados, em autos separados e sob sigilo.

CONVERSAS

A **Folha** apurou que Lewandowski comunicou ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a alteração e assegurou que o tribunal tomará os cuidados necessários para proteger as investigações em curso.

Ele também avisou aos ministros sobre a medida. Relator da Lava Jato, Teori Zavascki, também demonstrou apoio à mudança.

Nos bastidores, ministros da corte avaliaram que o fim do procedimento oculto era uma medida esperada diante da falta de padrão para o uso do sistema.

O presidente do Supremo disse que era preciso melhor disciplinar a classificação e tramitação do crescente número de documentos e feitos de natureza sigilosa na corte.

Segundo cálculos de técnicos, o Supremo mantém ocultos mais de 700 processos que foram arquivados. Não há estimativas sobre o número de ocultos em tramitação.

28 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

STJ homologa delação de empresário Bené

Considerado operador do governador de MG, ele afirma que Fernando Pimentel recebeu mais de R\$ 10 mi em propina

Afirmações devem ser incluídas em denúncia já apresentada pela PGR contra o petista, que nega acusações

O ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Herman Benjamin homologou a delação premiada do empresário Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, o Bené, considerado operador do governador de Minas Fernando Pimentel (PT), segundo as investigações da Operação Acrônimo.

Agora, a Procuradoria-Geral da República pode pedir abertura de novos inquéritos a partir dos relatos de Bené ou incluir trechos em procedimentos já abertos.

A vice-procuradora-geral da República, Ela Wiecko, deve, inclusive, ampliar a denúncia que oferecida ao STJ contra Pimentel para incluir os detalhes revelados. A confirmação da homologação da delação de Bené pelo STJ foi informada pela "Veja".

Segundo informações de pessoas próximas às investigações, Bené afirmou que a propina recebida pelo governador seria superior a R\$ 10 milhões. O empresário teria apontado repasses para a campanha de Pimentel em 2014 e afirmado ainda que o governador transformou o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio em um "balcão de negócios" em sua gestão.

Inicialmente, a denúncia oferecida por Wiecko apontava vantagens indevidas de R\$ 2 milhões ao petista.

Se a denúncia for acolhida pela Corte Especial do STJ, Pimentel se tornará réu, respondendo por crime de corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade de documento particular.

Para a PGR, o governador solicitou e recebeu vantagens indevidas para gerar benefício tributário à Caoa Montadora de Veículos quando era ministro do Desenvolvimento de Dilma. De acordo com a denúncia, Pimentel, na condição de governador, já em 2015, continuou atuando e se comprometeu a beneficiar a Caoa.

Também foram denunciados o dono da Caoa, Carlos Alberto de Oliveira Andrade, o presidente e sócio da Caoa, Antônio dos Santos Maciel Neto, Mauro Borges Lemos, ex-ministro de Desenvolvimento Indústria e Comércio, Otilio Prado, ex-sócio da Pimentel, Fábio Mello, funcionário de Bené, e o próprio Bené, que está preso em Brasília.

OUTRO LADO

Em nota, a defesa de Pimentel tem reiterado que ele jamais cometeu qualquer irregularidade à frente do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

Segundo os advogados, "a própria Procuradoria-Geral da República atesta a idoneidade do governador no comando da pasta ao salientar na própria denúncia encaminhada ao STJ que a 'investigação não conseguiu alcançar elementos sobre a impropriedade' dos atos deferidos pelo MDIC em sua gestão".

A defesa da Caoa afirmou que a montadora não pagou propina e que os contratos fechados com as empresas de consultoria são reais. Segundo os advogados, um relatório encontrado pela PF comprovava os serviços prestados.

PAINEL

Já foi! Rodrigo Janot, procurador-geral da República, já apresentou ao STF parecer favorável para que o inquérito envolvendo Lula siga para as mãos do juiz Sergio Moro. Falta a corte decidir.

Lembra? O inquérito é motivado pela gravação feita por Bernardo, filho de Nestor Cerveró. Nela, Delcídio do Amaral menciona a participação de Lula no plano para salvar o ex-diretor da Petrobras, que está preso.

28 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Tragédia humilhante

Silêncio sobre violência sexual contra mulheres é quebrado apenas nos episódios mais chocantes, como o caso recente no Rio

No último sábado (21), no Rio de Janeiro, uma jovem de 16 anos deixou sua casa para encontrar um garoto com quem se relacionava. Foram à casa dele, em Jacarepaguá. Depois disso, a adolescente só se recorda de ter acordado, no dia seguinte, em outro local. Nua e violentada, estava circundada por cerca de 30 homens armados.

Ampliando os níveis de covardia e abjeção, o estupro foi revelado por um vídeo postado na internet, no qual a jovem aparece inconsciente, exposta e sangrando. Os homens ao redor se vangloriam do crime e debocham da vítima.

A selvageria suscitou campanhas nas redes sociais e repercutiu em publicações de diversos países — e, para tristeza dos brasileiros, não se tratava de caso único.

Um dia antes, com semelhança de barbaridade, cinco homens — quatro deles menores — violentaram uma adolescente de 17 anos em Bom Jesus, no Piauí.

Episódios como esses, infelizmente, constituem intolerável rotina no Brasil. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foram registrados em 2014 (último dado disponível) quase 48 mil estupros, 1 a cada 11 minutos.

Pior, esse dado est arrecedor representa apenas uma parcela das ocorrências desse crime. Estima-se que o real número de vítimas da violência sexual no país esteja entre

150 mil e 500 mil pessoas por ano.

A subnotificação, uma regra no mundo inteiro, explica-se sobretudo por uma visão machista difusa que, em muitos casos, não só relativiza ou mesmo tolera o estupro como também transforma a mulher em culpada pelo ataque que sofreu.

Pesquisa do Ipea divulgada em 2014 mostrou que 58,5% dos entrevistados — de ambos os gêneros — concordavam com esta abominável afirmação: “Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”.

Se ainda restarem dúvidas quanto à necessidade de o país adotar ações urgentes em relação a isso, acrescente-se outra informação ultrajante: nada menos que 90% das mulheres das grandes cidades temem ser vítimas de agressão sexual, segundo levantamento do Datafolha encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Não venham as autoridades, porém, com propostas de endurecimento penal, como se essa fosse a solução. A lei já trata o estupro como crime hediondo, agravando a pena conforme a idade da vítima. O problema não está na prescrição legal, mas na impunidade.

É preciso garantir às mulheres agredidas canais seguros para a denúncia de um crime que lhes impõe medo e vergonha. É preciso que os estupradores sejam identificados e punidos. É preciso oferecer às vítimas acompanhamento psicológico especializado.

Mas é preciso, acima de tudo, que a sociedade derrube o véu de silêncio conivente que, a não ser nas situações mais aberrantes, encobre essa tragédia humilhante.

28 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Juiz manda soltar 4 suspeitos de estupro coletivo no interior do PI

Vítima recebeu alta e agora está sob acompanhamento psicológico

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM TERESINA

A Justiça do Piauí determinou a soltura de quatro adolescentes suspeitos de participação num estupro coletivo de uma jovem de 17 anos, em Bom Jesus (a 732 km de Teresina). Os jovens, que têm entre 15 e 17 anos, foram liberados na quinta-feira (26). Outro rapaz, de 18 anos, foi encaminhado a um presídio.

O crime ocorreu no dia 20, no mesmo dia em que outro estupro coletivo foi registrado no Rio e quase um ano após outro caso do gênero ter ocorrido no Piauí.

Segundo a polícia, a vítima foi encontrada seminua, em coma alcoólico e amordaçada com a própria roupa, numa construção no centro da cidade, com sinais de violência. Sua boca tinha isopor e havia sido amarrada para evitar que a jovem gritasse.

A decisão de colocar em liberdade os quatro menores é do juiz Heliomar Rios Ferreira. Na sentença, o magistrado afirma que os adolescentes têm bons antecedentes e que a soltura não irá prejudicar o processo. Ele afirma ainda que a perícia comprovou a conjunção carnal, mas não se houve violência sexual.

De alta médica desde o último domingo (22), a garota está recebendo acompanhamento psicológico. A tia da vítima contou à **Folha** que a adolescente está com crise nervosa e com dificuldade de dormir. (YALA SENA)

28 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Governo deve legalizar jogos de azar no Brasil?

NÃO

Cartas marcadas

JOSÉ AUGUSTO SIMÕES VAGOS

Não é correta a afirmação de que o Brasil está entre as poucas nações do mundo que não regulamentaram a exploração privada dos jogos de azar. Entre 1993 e 2002, as chamadas leis Zico e Pelé autorizaram a instalação de milhares de bingos e máquinas caça-níqueis pelo país, a pretexto de fomentar a arrecadação tributária para os desportos.

Pelas brechas dessa legislação, a experiência foi um fracasso. Grupos criminosos que dominavam há décadas o jogo clandestino passaram a explorar, inclusive por laranjas, essas novas modalidades, agora sob o manto da legalidade.

Os territórios continuaram demarcados, com corrupção e sangue, além de julgamentos produzidos por tribunais paralelos, no clássico estilo mafioso. As receitas sobre as quais deveriam incidir repasses para os desportos eram subfaturadas, e ainda criaram-se entidades esportivas de fachada.

Os tributos devidos eram sonogados. O Estado fiscalizador ou era corrompido ou substituído por liminares judiciais compradas, tudo em nome da maior lucratividade.

As coisas mudaram nos últimos 14 anos. A atividade clandestina foi asfixiada por operações policiais em quase todos os Estados da Federação.

Como as apreensões dão prejuízo —é caro investir em caça-níqueis—, o melhor negócio para o contraventor passou a ser brigar pela legalidade. O lobby do grupo é pesado.

É até compreensível que, num momento de aguda crise financeira como o que vivemos, o país busque receitas tributárias alternativas, atrair investidores estrangeiros e gerar empregos.

Não se deve usar a recessão, todavia, como desculpa para aprovar qualquer arremedo de lei que nos faça reviver o passado recente. Já aportaram no Congresso Nacional nos últimos 50 anos cerca de 70 projetos de lei para, em maior ou menor extensão, autorizar a exploração privada dos jogos de azar. Nenhum tem aptidão para tirar do baralho as “cartas marcadas”.

Ou seja, uma vez liberada a jogatina, certamente os grupos criminosos de sempre irão mais uma vez afastar empreendedores sérios e imprimir suas práticas ilícitas em busca de lucro a qualquer preço. Afinal, quem mais jogaria esse jogo? Em troca de receitas duvidosas, país teria um custo social altíssimo.

Para a discussão desse tema deveriam ser agregados os mais expressivos atores sociais, tendo por

pressuposto uma proposta minimamente séria, que adotasse exemplos de países que conseguiram impor o seu papel de regulador e fiscalizador do jogo responsável, com medidas eficazes para afastar da exploração elementos indesejáveis, além de prevenir fraudes e lavagem de dinheiro.

Em 2010, o atual presidente interino, Michel Temer, então presidente da Câmara dos Deputados, convocou uma comissão geral para analisar projetos que pretendiam liberar o jogo —as propostas estipulavam controles tecnológicos muito mais rígidos do que os previstos atualmente.

Após ouvir representantes do Ministério Público, dos ministérios da Fazenda e da Justiça e da Receita Federal, Temer afirmou que o assunto era muito polêmico e precisaria ser mais discutido.

Agora como presidente da República, não se espera dele outra postura a não ser impedir iniciativas que possam legitimar jogos de cartas marcadas.

JOSÉ AUGUSTO SIMÕES VAGOS, 45, é procurador-chefe da Procuradoria Regional da República - 2ª Região

CONTINUA

28 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

SIM

? Uma aposta no Brasil

CIRO NOGUEIRA

O projeto de legalização de jogos de azar, em discussão no Congresso Nacional, é uma aposta que vale a pena para o país. Essa questão precisa ser debatida sem preconceitos, de maneira profunda e pensando exclusivo no interesse nacional.

Devemos evitar que o atual momento de eletrificação no ambiente político contamine uma discussão que o Brasil, mais cedo ou mais tarde, precisará enfrentar.

Antes de tudo, temos de encarar o tema com uma atitude pragmática. Afinal, quem ganha e quem perde com a legalização do jogo? Depois de estudar a fundo o tema, não tenho receio de dizer que o ganhador dessa aposta será a sociedade brasileira.

O objetivo maior do projeto é criar um marco regulatório para a exploração dos jogos de azar no Brasil. Dessa forma, o jogo do bicho, o bingo e os jogos que existem nos cassinos seriam legalizados, na mesma linha da loteria.

Diversos benefícios serão gerados para o país quando essas práticas forem legais. Na prática, o jogo já existe, só que na clandestinidade, sem pagar impostos, sem trazer ganhos para a coletividade. A legalização permitirá justamente trazer essa realidade para o controle dos cidadãos.

Outra vantagem importante é manter a riqueza gerada por esse segmento dentro de nossas fronteiras. Quantos brasileiros não levam nossas divisas para apostar no exterior? Pois bem, a legalização vai fortalecer o turismo, a economia e a política de desenvolvimento do Brasil, incrementando a atividade das localidades nas quais esses estabelecimentos forem instalados. Sem contar a cultura.

Uma cidade como Las Vegas, por exemplo, atrai todos os anos mais de 40 milhões de turistas. No Brasil como um todo, o turismo está em torno de 6 milhões anuais.

Com certeza, a legalização do jogo vai nos colocar no mapa do turismo mundial, gerando riqueza e trabalho aqui, por meio dos empregos diretos e indiretos dessa atividade. Entre os 156 países que compõem a Organização Mundial do Turismo, mais de 70% já legalizaram o jogo.

Anualmente, as apostas ilegais movimentam mais de R\$ 18 bilhões. A legalização, defendida em projeto de minha autoria, poderia fazer o Brasil arrecadar pelo menos R\$ 15 bilhões por ano.

Em meu projeto, sugiro também a criação de uma contribuição social sobre essa atividade, destinando esses novos recursos para áreas como saúde, previdência e assistên-

cia social.

De acordo com a proposta, a exploração dos jogos só seria regulamentada e concedida pelos Estados e pelo Distrito Federal aos estabelecimentos que comprovem capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade fiscal. Assim, aqueles que explorarem jogos de azar sem a devida autorização e sem preencher esses requisitos estarão sujeitos à penas de detenção de três meses a um ano, além de multa.

Em países avançados, como os Estados Unidos, os jogos são administrados por empresas privadas, com capital aberto na Bolsa de Valores. Isso significa que a possibilidade de fiscalização sobre esse segmento é total.

O crime se alimenta de dinheiro frio, gerado nas sombras. Nada melhor para combatê-lo do que trazer todas as atividades, inclusive os jogos, para o controle da lei.

Hoje temos tecnologia para monitorar cada passo dessa indústria. Quem ganha com a informalidade dos jogos no Brasil são os sonegadores, o crime organizado e a corrupção. Legalizar significa fazer uma nova aposta, na qual o Brasil será o grande vencedor.

CIRO NOGUEIRA, 47, é senador (PP/Piauí). É autor de projeto de lei, que tramita no Senado, sobre a exploração de jogos de azar no país

28 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Tradutor pede para Justiça recolher DVDs de Falabella

O tradutor Alípio Franca entrou com uma ação no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pedindo o recolhimento de um box de DVDs que contém a peça "A Escola do Escândalo", de Richard Brinsley Sheridan (1751-1816), dirigida por Miguel Falabella em 2011.

Franca acusa o diretor de plagiar sua tradução da mesma peça. No pedido de intervenção judicial, o advogado André Bonan cita um artigo da pesquisadora da USP Vera Lúcia Ramos. No texto, ela compara o texto dos dois e aponta que Falabella usou a versão do tradutor para nomes próprios dos personagens, como Lady Benferina, além de semelhanças vocabulares.

Vera não fala em plágio, mas estranha Franca não levar crédito na peça. Se o processo for adiante, a Justiça deve pedir uma perícia. Nesses casos, mais do que o vocabulário, a busca costuma ser por estruturas sintáticas semelhantes, sobre as quais o artigo não fala.

"Não conheço a tradução desse senhor, fiz uma adaptação impregnada da minha verve, cortei muita coisa inclusive", afirma Falabella.

29 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Joaquim Barbosa

abre escritório de

advocacia em SP

Ex-presidente do STF mudou-se para a capital paulista e agora trabalha nas áreas penal, tributária e empresarial

Barbosa divide espaço em prédio discreto com banca de dois jovens advogados que o auxiliaram na corte

WÁLTER NUNES
DE SÃO PAULO

Um discreto sobrado marrom geminado de dois andares em formato de caixa de sapato é o novo endereço de trabalho do ex-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) Joaquim Barbosa.

Aposentado desde 2014, depois de ganhar popularidade como relator do processo do mensalão e figurar como possível presidenciável, o ex-ministro voltou sem alarde ao mundo jurídico, mas agora do outro lado do balcão, como advogado.

Mudou-se para São Paulo e, no dia 16 de fevereiro, foi inscrito na seção paulista da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Juntou-se a Cesar Janoti e Thiago Sorrentino, dois de seus ex-auxiliares da época de Supremo, para advogar nas áreas penal, tributária, empresarial, constitucional, administrativa e de mediação e arbitragem.

Quem chega ao endereço da Joaquim Barbosa Advocacia lê na fachada do prédio o letreiro Balducci & Hofling Sociedade de Advogados. Ali funciona a banca de Clarissa Hofling e Theodoro Balducci, que tem apenas três anos.

Eles alugam um espaço para o ex-ministro. Hofling não conhecia pessoalmente Barbosa antes de ele virar seu inquilino. “Tínhamos amigos em comum e o Janoti estava fazendo tempo procurando um lugar”, diz. “Ele [Barbosa] acabou se estabelecendo e agora a gente está dividindo espaço.”

Hofling atua na área criminal e não tem trabalho em parceria com Barbosa, mas faz planos. “Talvez a gente passe a atuar juntos na área de compliance [prevenção de corrupção nas empresas].”

O ex-ministro não quis falar com a **Folha** sobre a nova carreira. Sua assessoria informou que o escritório não fornece informações sobre clientes por razões ético-profissionais.

Também afirmou que, embora Barbosa esteja impedido de atuar em matéria contenciosa unicamente perante o STF até agosto de 2017, “o escritório não tem aceitado até o momento patrocinar causas perante juízos e tribunais, limitando-se a emitir pareceres e opiniões jurídicas sobre casos específicos”.

Segundo um advogado com clientes no mensalão e na Lava Jato, que pediu para não ser identificado, um parecer redigido por um ex-ministro do STF custa em torno de R\$ 300 mil a R\$ 400 mil.

Nos próximos meses, segundo sua assessoria, Barbosa divulgará uma seleção de

pareceres já emitidos, desde que autorizado pelos clientes.

Durante sua gestão como presidente do STF, entre 2012 e 2014, Barbosa por diversas vezes entrou em atrito com advogados e com a OAB.

Em junho de 2014, durante o julgamento de um recurso do mensalão, o advogado Luiz Fernando Pacheco, que defendia José Genoíno, foi expulso do plenário do STF após um bate-boca com o presidente do STF. A OAB classificou a atitude do então ministro como “truculenta”.

Pacheco diz que Barbosa como advogado deve mudar o temperamento. “Ele é um homem reconhecidamente inteligente e capaz e agora vai ver como é difícil estar do outro lado do balcão. No STF ele se valia da toga para esconder o seu caráter bruto e autoritário. Como advogado ele vai ter que se apaziguar e aprender a ser mais cortês com as pessoas” diz.

29 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Moro é alvo de protestos durante conferência na Paraíba

Manifestação do Levante Popular da Juventude acusaram juiz da Operação Lava Jato de ser 'seletivo', 'golpista' e 'contra a democracia'

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM JOÃO PESSOA (PB)

Manifestantes do Levante Popular da Juventude organizaram ato contra o juiz Sergio Moro em frente ao Tribunal de Contas da Paraíba, em João Pessoa, onde o magistrado participou de conferência neste sábado (28).

Cartazes e cantos traziam mensagens como "a verdade é dura, o Sergio Moro é a justiça da ditadura". O Levante é um grupo de esquerda que se notabilizou por atos contra o presidente interino Michel Temer e o deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Responsável pela Lava Jato na primeira instância, Moro foi chamado pelos manifestantes de "seletivo", "golpista" e "contra a democracia". Um cordão de policiais foi formado e não houve confrontos.

O juiz participou de uma conferência organizada em parceria com instituições suíças. Defendeu acordos internacionais para combater evasão de divisas. O magistrado também destacou mecanismos como sequestro e extradição de bens para coibir crimes. (ALINE MARTINS)

29 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Os grampos dos oligarcas e a Lava Jato

ELIO GASPARI

Quem se lembrar do que estava fazendo na manhã de 11 de março poderá entender melhor as conversas do doutor Sérgio Machado com os magnatas de Brasília. Era uma sexta-feira. No domingo, 3,6 milhões de brasileiros iriam às ruas pedindo a saída de Dilma e festejando o juiz Sergio Moro.

Enquanto acontecia a maior manifestação popular da história do país, algumas dúzias de maganos, quatro deles grampeados, armavam esquemas para "delimitar" a Lava Jato. Nas longas conversas com Sérgio Machado, Dilma deveria ir embora para que se pudesse construir um "acordão". Segundo Romero Jucá, "tem que mudar o governo para estancar essa sangria". Costuravam fantasias de palhaço para quem fosse para a rua com bonecos ou cartazes saudando o juiz Sergio Moro.

Os hierarcas de Brasília costuravam as fantasias de palhaço para quem fosse às ruas festejar o juiz Moro

Nenhum dos notáveis grampeados foi capaz de dizer que as ladroei-ras deveriam ser investigadas. Pelo contrário. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, foi chamado de "mau caráter" por Renan. Deixando-se de lado as referências de Machado à mãe do procurador-geral, Jucá chamou o juiz Moro de "torre de Londres", para onde se "mandava o coitado para confessar". Segundo Sarney, ele persegue "por besteira".

Na véspera do primeiro grampo, num jantar em Brasília, Renan expusera as vantagens do "semipresidencialismo", uma arapuca tucana

onde prenderam o pé do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Para a turma do grampo, o desastroso governo petista deveria ir embora, levando consigo o alcance da Lava Jato.

Naqueles dias eram dois os países. No das conversas de Brasília, armava-se o "acordão". No das ruas, selou-se o destino de Dilma Rousseff. Falta apenas que o Senado baixe a lâmina.

Quem foi para a rua tem todos os motivos para se sentir atendido. Os grampos de Sérgio Machado mostram que, por motivos opostos, Renan, Sarney e Jucá também foram atendidos. Jucá tornou-se ministro.

Como a Lava Jato não foi estancada, Machado tornou-se um grampo ambulante, agravando o pesadelo da oligarquia ferida pela mesma Lava Jato.

Homem não pode ignorar violência contra a mulher

REPRESENTANTE DA ONU MULHERES NO BRASIL

DIZ QUE HÁ NO PAÍS UMA 'CULTURA DO ESTUPRO'

JAIRO MARQUES
DE SÃO PAULO

Para a médica Nadine Gasman, 58, representante no Brasil da ONU Mulheres —entidade das Nações Unidas para igualdade de gênero—, não há exagero em afirmar que há no país uma “cultura do estupro” e que é preciso combater atitudes como cantadas que as mulheres ouvem nas ruas.

Mestre pela Universidade Harvard e doutora pela Johns Hopkins, ambas nos EUA, Gasman está na ONU desde 2005. Dirigiu campanhas pelo fim da violência contra as mulheres para a América Latina e o Caribe.

Ela questiona a necessidade de uma nova estrutura, na Polícia Federal, como anunciou o presidente interino Michel Temer, para investigar casos de estupro.

“O Brasil já tem mecanismos efetivos para dar uma resposta às mulheres. A rede de atendimento pode ser aprimorada, mas é necessário analisar se é preciso adicionar um novo serviço”, diz.

Folha - O conceito da “cultura do estupro” é adequado para o Brasil?

Nadine Gasman - Diante do que temos visto atualmente, sim. Ter a notificação de 50 mil estupros por ano no país também leva a esta conclusão. Parte da sociedade está

reagindo, está empenhada em defender os direitos das mulheres. Mas existe outra parte, machista e sexista, que continua achando que os corpos das mulheres estão aí para serem tomados, dando força à cultura do estupro.

A Presidência manifestou repúdio ao crime do Rio e anunciou nova estrutura de segurança. A questão é investigação, proteção?

O que precisamos são ações em todos os âmbitos: na cultura, na educação, na escola, na família. Temos é que reforçar o programa brasileiro Mulher, Viver sem Violência, que visa a construção de uma sociedade que tenha zero tolerância à violência contra a mulher.

É importante ter leis, políticas e uma rede de atendimento que dê uma resposta humanizada e efetiva às vítimas. O Brasil já tem os mecanismos efetivos para dar uma resposta às mulheres. A rede de atendimento pode ser aprimorada, mas é necessário analisar bem se é preciso adicionar um novo serviço.

Que fatores motivariam casos perversos como o do Rio?

Uma cultura machista, somada a uma gangue que achava que a violência contra uma menina era parte da festa, dão a ideia do desprezo profundo de 33 homens à vida e ao corpo de uma garota.

Ainda há a mentalidade de que o homem é mais importante, tem mais direitos.

Dessa forma, as campanhas de conscientização estão fazendo o chamado voltado ao homem. Primeiro para que eles não se caíem diante de um ato de violência contra a mulher, que usem os espaços sociais que têm para mudar o pensamento dos outros. Temos de engajar o homem para trabalhar pela igualdade.

A vulnerabilidade à violência é maior em algum perfil de mulher?

É generalizada. Pesquisa recente da Actionaid [ONG global pelos direitos humanos] revelou que 86% das mulheres já foram assediadas na rua.

Novas tecnologias contribuem com o aumento da violência contra a mulher?

A ciberviolência, difundida pela internet e mídias sociais, é uma questão gravíssima e é crime. Pensar que esse caso ocorrido no Rio foi divulgado nas redes é um absurdo sem tamanho, mas é relevante lembrar que 800 pessoas denunciaram a postagem e a trataram como inaceitável.

CONTINUA

29 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O medo de denunciar ainda é empecilho para punição?

Isso está mudando bastante. O serviço "Ligue 180" [canal gratuito para denúncias] tem sido um veículo muito importante para as mulheres terem mais informações e fazerem denúncias. São 25 mil chamadas por dia.

Combater os assovios para mulheres na rua é necessário?

Totalmente. Esses comportamentos são formas de violência e fazem parte de uma cultura machista que acha que se pode mexer de maneira psicológica, física e sexual com uma mulher em local público. Temos de falar contra todos os tipos de violência contra a mulher, desde o assédio na rua, no trabalho, em casa e até na política.

30 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Seguir a cartilha

Para afastar desconfianças e teorias conspiratórias, ministros do STF deveriam evitar atitudes que destoem das práticas do Judiciário

Há pouco mais de duas semanas, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, tomou uma decisão atípica. Solicitou que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, reavaliasse a necessidade de investigar o senador Aécio Neves (PSDB-MG), supostamente envolvido num esquema de corrupção em Furnas.

Na semana passada, Gilmar repetiu a atitude incomum. Devolveu a Janot um novo pedido de abertura de inquérito sobre o tucano. Dessa vez o procurador-geral pretendia apurar eventual participação do presidente do PSDB em alegada maquiagem de dados do Banco Rural, que teria o intuito de ocultar o chamado mensalão mineiro.

Levantadas a partir da delação premiada do senador cassado Delcídio do Amaral (ex-PT-MS), as duas suspeitas sobre Aécio — que nega envolvimento nos casos — dependem de maior averiguação para serem confirmadas ou descartadas. Apenas depois disso, havendo indícios suficientes, uma ação penal poderá vir a ser instaurada.

É por isso mesmo difícil entender as duas decisões de Gilmar Mendes. Ao criar obstáculos para o Ministério Público Federal, o ministro do STF não permite nem que se inicie uma tentativa de esclarecer

os episódios narrados por Delcídio.

Como regra, os juízes rejeitam a abertura de inquérito apenas em situações excepcionais — por exemplo, quando o promotor ou procurador da República pede para apurar uma conduta que, mesmo se comprovada, não constitui crime. Não é essa a situação de Aécio.

Ainda que não fosse pelo clima de exaltação na política, magistrados em geral deveriam evitar medidas que subvertam a prática forense. Especialmente em tempos de Lava Jato, comportamentos inusuais sempre darão ensejo à formulação de teorias conspiratórias.

Por esse motivo o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, viu-se obrigado a frisar, por meio de nota, que eventuais conversas de ministros com políticos não trazem prejuízo à imparcialidade dos julgamentos. Moveu-se porque alguns, ele inclusive, foram citados nos diálogos gravados por Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro.

Dias antes, Gilmar Mendes dissera algo com o mesmo espírito — e, por enquanto, não há sinais de que estejam errados nesse aspecto.

Mas, até para afastar desconfianças em relação ao único Poder que ainda conta com algum prestígio popular, os ministros deveriam observar com a máxima atenção a cartilha do Judiciário.

Isso vale especialmente para o ministro Gilmar, que agora acumula a presidência do Tribunal Superior Eleitoral com a da segunda turma do Supremo, responsável por julgar os processos da Lava Jato.

30 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

Audiência 'sem dano' para crianças vítimas de abuso se espalha pelo país

Modelo implantado em 2003 por juiz de Porto Alegre
funciona em ao menos 11 Estados

JULIANA COISSI
DE CURITIBA

Quando viu uma menina de 12 anos, aos prantos, vítima de abuso sexual, ser questionada pelo advogado do réu se ela havia sentido prazer e chegado ao clímax durante o ato, o juiz José Antonio Daltoé Cezar, de São Leopoldo (RS), concluiu que algo estava errado na Justiça.

Em 2003, então em Porto Alegre, Daltoé Cezar decidiu copiar um modelo adotado em outros países para reduzir os danos em crianças e adolescentes submetidos a audiências para narrar a violência sexual sofrida.

Desde então, o chamado depoimento especial ganhou espaço no país. Ao menos 11 Estados já haviam adotado essa prática em 2011 — não há dados atualizados.

Neste tipo de audiência, um técnico treinado — psicólogo, assistente social ou pedagogo — assume o lugar do magistrado para conduzir a entrevista com a vítima — criança ou adolescente.

Em geral, a conversa se dá numa sala separada, própria para receber as vítimas. A fala dela é transmitida ao vivo por vídeo para o espaço de audiências onde estão juiz, promotor e advogado do réu.

O depoimento especial é recomendado para os tribunais dos Estados desde 2010 pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Um projeto de lei,

ainda em tramitação na Câmara, quer tornar essa medida obrigatória no país.

O CNJ não tem uma estimativa de quantas comarcas no Brasil adotaram o modelo. Em 2011, havia 45 salas para depoimento especial, número que atualmente chega a pelo menos 118 em quase todo o país, segundo a Childhood Brasil, ONG fundada pela rainha Silvia, da Suécia, focada no abuso sexual na infância e que acompanha o tema.

Mas há capitais importantes que ainda não têm sala de depoimento especial — caso de Belo Horizonte, que deve, porém, implantar o modelo em breve. No RN, por sua vez, não há nenhuma em todo o Estado, segundo Itamar Gonçalves, da Childhood.

'REVITIMIZAÇÃO'

O ideal é que os cuidados sejam tomados ainda na fase de investigação. Assim que o abuso é descoberto, a criança deve falar apenas uma vez, com um profissional treinado, antes do julgamento.

"Hoje ela conta a história na escola, depois repete no Conselho Tutelar, no hospital, na polícia. É uma revitimização, o trauma de novo a cada vez", diz o conselheiro do CNJ Lelio Bentez Corrêa.

Em São Paulo, com 333 comarcas, há oito salas especiais em fóruns na capital e 20 na Grande SP e interior.

As primeiras foram criadas em 2011, uma delas em São Caetano do Sul, na região do Grande ABC. Nesse período, entre 55 e 60 crianças e adolescentes foram ouvidos por este método pela Justiça.

Cada juiz estabelece as regras. Em São Caetano, a psicóloga judiciária Patrícia Vendramim faz encontros prévios com as vítimas e a famílias delas. O suposto abuso não é o tema. O objetivo é ganhar a confiança da vítima, para que esteja aberta a falar do caso no dia da audiência.

No local não há brinquedos à vista, ficam numa sala ao lado, mas Vendramim deixa um ursinho próximo para o caso de a vítima querer abraçá-lo enquanto fala.

Não se pede para desenhar, algo comum em uma consulta psicológica. Pede-se que a criança narre de forma aberta o que aconteceu, sem questionário padrão de perguntas.

"Já ocorreu de a adolescente ter ficado muito constrangida, mesmo sozinha comigo, e eu sugeri que escrevesse sobre o ocorrido", disse.

Outro ponto importante é o de respeitar o tempo da criança de narrar a história — elas costumam dar longas pausas ou pedem para ir ao banheiro várias vezes.

Ao fim, o juiz pode encaminhar perguntas adicionais para a psicóloga.

CONTINUA

30 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“Importante é que o juiz filtre questões inadequadas, que antes eram feitas na frente da criança. Já vetei perguntas de advogado, por exemplo, se a criança gostou [do ato sexual], frases que insinuam corresponsabilidade”, disse o juiz Eduardo Rezende Melo, de São Caetano.



O juiz Eduardo Rezende Melo na sala de depoimento especial em São Caetano do Sul, uma das primeiras do Estado de SP

30 MAI 2016

FOLHA DE S. PAULO
PAINEL DO LEITOR

Joaquim Barbosa

Acerca da reportagem "Joaquim Barbosa abre escritório de advocacia em SP" ("Poder", 29/5), pergunto se a emissão de pareceres por ex-ministros, desembargadores e juízes aposentados (possivelmente para utilização em processos contenciosos) não está abarcada pela vedação da advocacia por três anos prevista na Constituição Federal.

JOSÉ FELIPE LEDUR, desembargador do Trabalho
(Porto Alegre, RS)

30 MAI 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ não pode retomar julgamento de PAD para atingir quórum

Julgamentos sobre a abertura de processo administrativo contra magistrados não podem ser complementados em outra sessão para que se atinja o quórum constitucional necessário. Esse foi o entendimento do plenário do Conselho Nacional de Justiça ao anular decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco sobre um juiz afastado da função.

Em 2014, a Corte Especial

do TJ-PE decidiu instaurar o processo por 7 votos a 6, mas o relator, desembargador Eduardo Paurá, questionou se não deveria ter sido observado o quórum de maioria absoluta, previsto na Resolução 135/2011 do CNJ. Nesse caso, seria necessário que 8 dos 15 desembargadores votassem a favor da instauração.

Para resolver o impasse, o tribunal pernambucano optou por desconstituir o acórdão e colocar o

caso de volta à pauta, com a intenção de colher votos de outros dois desembargadores. O juiz reclamou da estratégia ao CNJ.

Segundo o conselheiro Arnaldo Hossepian, relator do caso, análises sobre PADs devem seguir o mesmo entendimento firmado pelo CNJ sobre julgamentos de aplicação de penalidades a magistrados, que não podem ser complementado em outra sessão.

Magistrado pode ser sócio de curso que prepara para Exame da Ordem

Magistrado pode participar, como sócio cotista, de sociedade que prepara para concursos públicos, desde que não tenha o poder de gerência ou ocupe cargos de direção. O entendimento foi aprovado, de forma unânime, pelos conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, no Plenário Virtual.

Na consulta, um magistrado da Justiça estadual indagou o CNJ sobre a possibilidade de participar como sócio cotista, sem poder de gerência, de uma instituição de ensino com foco na preparação para o Exame da Ordem.

De acordo com o voto do relator da consulta, conselheiro Lelio Bentes, a partir da leitura

combinada da Lei Orgânica da Magistratura (Loman), da Orientação 2/2007 (Corregedoria Nacional de Justiça), bem como dos precedentes do CNJ, entende-se que não é vedado aos magistrados participar de sociedades comerciais, em especial de instituições de ensino, na condição de acionistas ou cotistas, desde que não exerçam poder de gerência ou ocupem cargos de direção.

O artigo 36 da Loman proíbe o juiz de exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, inclusive de economia mista, exceto como acionista ou cotista.

Já a Resolução CNJ 75/2009, que dispõe sobre os concursos

públicos para a magistratura, cita como impedimento para o juiz ingressar na carreira o exercício de magistério em cursos formais ou informais de preparação a concurso público para ingresso na magistratura até três anos após o fim da referida atividade.

A norma do CNJ também determina o impedimento na participação societária, como administrador ou não, em cursos formais ou informais de preparação para ingresso na magistratura até três anos após cessar a referida atividade, ou contar com parentes nessas condições, até terceiro grau, em linha reta ou colateral.

30 MAI 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Quem é delatado tem direito de acessar delação premiada

A Súmula Vinculante 14, que garante ao investigado acesso às provas do inquérito, também permite que delatados tenham acesso aos depoimentos de uma delação premiada. Por isso, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, garantiu ao deputado estadual Fernando Capez (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, acesso aos depoimentos de um delator de investigação que corre no estado. A decisão, monocrática, é da segunda-feira (23/5).

De acordo com o ministro,

embora o artigo 7º da Lei das Organizações Criminosas garanta o sigilo das delações, o parágrafo 2º permite que os citados tenham acesso. Gilmar afirma existirem dois critérios para conceder o acesso: quem pede acesso deve ser acusado de crime na delação; e “o ato de colaboração não deve ser referente a diligência em andamento”.

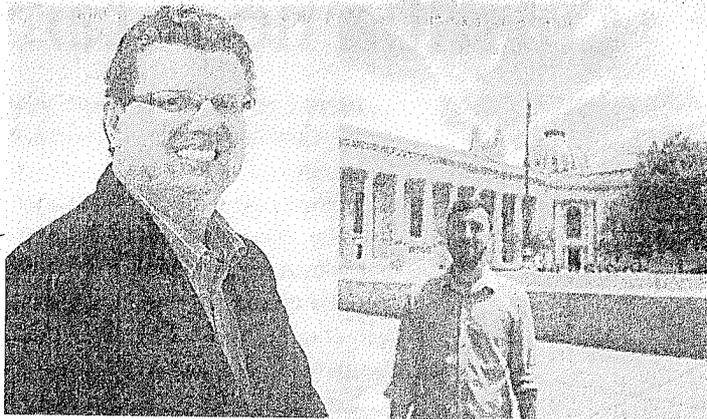
“O sigilo dos atos de colaboração não é oponível ao delatado”, explica o ministro, citando o parágrafo 2º do artigo 7º da lei. “Trata-se de disposição convergente com a interpretação do STF sobre o

acesso da defesa às investigações em andamento, que inclusive adota termos semelhantes aos da Súmula Vinculante 14.”

Capez é representado pelo advogado Alberto Zacharias Toron. O deputado é um dos investigados na chamada operação alba branca, da Polícia Civil de São Paulo. A investigação apura denúncias de que funcionários públicos do estado montaram um esquema com a Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (Coaf) para fraudar licitações de merenda escolar. O caso ficou conhecido como “máfia da merenda”.

Aroldo Murá

GOVERNO DEMOCRÁTICO É ASSUNTO DE CLÈVE



Clèmerson Clève e Bruno Meneses Lorenzetto

Presidente do Complexo de Ensino Superior do Brasil (UniBrasil), professor Clèmerson Merlin Clève em parceria com o professor Bruno Meneses Lorenzetto, lançou recentemente sua nova obra: “Governo Democrático e Jurisdição Constitucional”, pela Editora Fórum. O livro aborda em face os desafios que o

Brasil precisa enfrentar no processo de construção de uma sociedade livre, justa e solidária. A obra é apresentada como mais uma ferramenta de aprimoramento das instituições nacionais. Na inevitável presença de dúvidas e sonhos, a publicação procura ofertar alternativas para que esse projeto possa ter continuidade. A publicação

é voltada para professores, advogados, estudantes, juizes e pessoas interessadas em demais atividades jurídicas.

GOVERNO DEMOCRÁTICO (2)

Clèmerson Merlin Clève é professor titular de Direito Constitucional da Universidade Federal do Paraná (UFPR), professor titular de Direito Constitucional do UniBrasil Centro Universitário e pós-graduado em Direito Público pela Université Catholique de Louvain na Bélgica. Doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é também líder do Núcleo de Investigações Constitucionais em Teorias da Justiça, Democracia e Intervenção (NINC) da UFPR.

Bruno Meneses Lorenzetto é professor de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), professor de Direito do Programa de Mestrado em Direito e de Graduação do UniBrasil. Lorenzetto também é professor visitante na Columbia Law School, Columbia University New York, e Doutor em Direito pela UFPR na área de Direitos Humanos e Democracia.

26 MAI 2016

GAZETA DO POVO

Líder quer rever corte proposto por Richa

Líder de Richa quer rever cortes a outros poderes

Deputado governista assina emenda que devolve FPE ao cálculo do repasse aos poderes

Euclides Lucas Garcia

● Depois de o governo do estado elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com menos recursos para os outros poderes em 2017, a Assembleia Legislativa pode reverter a medida. O texto original retira o Fundo de Participação dos Estados (FPE) da base de cálculo do percentual constitucional obrigatório a ser repassado aos poderes.

Com isso, pelo menos R\$ 459 milhões permaneceriam nos cofres do Executivo em 2017. Mas uma emenda apresentada na Comissão de Orçamento do Legislativo devolve o FPE ao cálculo. Assinam a proposta os deputados Nereu Moura (PMDB) e, curiosamente, o líder do governo na Casa, Luiz Claudio Romanelli (PSB).

Segundo a LDO proposta pelo governador Beto Richa (PSDB), a Assembleia, que tem direito a 3,1% do orçamento estadual, deixaria de receber R\$ 76,5 milhões; o Tribunal de Contas (1,9%) ficaria sem R\$ 46,9 milhões; e o Ministério Público (4,1%) perderia R\$ 101,2 milhões. A maior perda, de R\$ 234,4 milhões, seria do Tribunal de Justiça, a quem é reservado 9,5% do orçamento — as projeções levam em conta dados de 2016.

Queda de braço

O imbróglio vem cinco meses depois de o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, dizer que os outros órgãos esta-

duais são “ilhas de prosperidade” e “privilegiados”. Em dezembro, ele declarou que os poderes “esbanjam recursos públicos” e mantém aplicações financeiras desproporcionais à situação econômica do Paraná. Como exemplo, afirmou que o TJ teria R\$ 947 milhões em aplicações financeiras, em detrimento da população e de obras importantes ao estado.

Em resposta à época, o presidente do TJ, Paulo Roberto Vasconcelos, desafiou Costa a provar a existência do dinheiro nos cofres da entidade.

Decisão impede que estado saque R\$ 500 milhões

| *Rosana Felix*

● O governo do Paraná, que no início de abril havia obtido uma vitória judicial para ter acesso a R\$ 500 milhões em depósitos judiciais, ainda não conseguiu liberação do dinheiro. Um recurso apresentado pela Caixa, banco responsável pelos depósitos no estado, impediu o saque.

No começo de abril, a 3.^a Turma do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF4) havia liberado o acesso ao dinheiro.

A Caixa recorreu, e argumentou que haveria risco em transferir R\$ 500 milhões ao governo “sem o necessá-

“O GOVERNO TEM A POSIÇÃO DELE”

Romanelli (PSB) detende a manutenção dos critérios atuais para divisão do orçamento entre os poderes. Segundo ele, o TJ e o MP aumentaram investimentos na instalação de novas varas e promotorias nos últimos anos conforme expectativa de receita. “Não dá para querer dar uma freada desse tamanho. É preciso ter um processo de construção em busca de uma solução. A emenda é a forma jurídica de garantir que a Assembleia possa avaliar essa questão.” Questionado se informou Richa que apresentaria emenda, ele disse que o fez uma vez que o Executivo não enviou um substitutivo-geral. “Assino como deputado. O governo tem a posição dele.”

rio esclarecimento” de questões relativas ao pagamento dos precatórios (títulos de dívidas do estado reconhecidas pela Justiça). A Caixa se valeu de um artigo do Novo Código de Processo Civil, em vigor desde março de 2016, para apresentar esses embargos, que foram aceitos temporariamente pela desembargadora Marga Inge Barth Tessler, até a decisão final da 3.^a Turma do TRF4, que não há previsão de ocorrer.

Os argumentos da Caixa são os mesmos que já haviam sido apresentados no início da disputa pelos valores, em dezembro de 2015.

Já o secretário estadual da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, diz que o Paraná fará o pagamento de precatórios, mas que pela lei federal tem direito ao acesso direto aos recursos.

26 MAI 2016

GAZETA DO POVO

Teori homologa delação premiada que implica Jucá, Renan e Sarney

O ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki homologou a delação premiada do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, que reforça um possível envolvimento da cúpula do PMDB no esquema de corrupção da Petrobras. Agora, a Procuradoria-Geral da República pode pedir a abertura de novos inquéritos e ainda solicitar que eventuais menções a pessoas sem foro privilegiado sejam analisadas pelo juiz Sérgio Moro, em Curitiba.

"Primeiro, não pode fazer delação premiada preso."

Renan Calheiros (PMDB), presidente do Senado.

"Acaba com esse negócio da segunda instância."

Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro.

26 MAI 2016

GAZETA DO POVO

STF homologa delação que implica caciques do PMDB na Lava Jato

Ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, gravou conversas com os senadores Romero Jucá e Renan Calheiros, além do ex-presidente José Sarney

BRASÍLIA
Folhapress

● O ministro Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), homologou ontem a delação premiada do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, que menciona o possível envolvimento da cúpula do PMDB no esquema de corrupção da Petrobras.

Agora, a Procuradoria-Geral da República (PGR) pode usar a colaboração para pedir a abertura de novos inquéritos e para incluir detalhes em investigações que já estão em andamento no Supremo. A Procuradoria pode pedir ainda que eventuais menções a

pessoas sem foro privilegiado sejam analisadas pelo juiz Sergio Moro, em Curitiba.

A delação de Machado veio a público após o jornal *Folha de S. Paulo* revelar uma série de conversas gravadas com peemedebistas para negociar a colaboração. Os áudios divulgados provocaram a primeira crise do governo Michel Temer, levando à saída do senador Romero Jucá (PMDB-RR) do Ministério do Planejamento. Jucá foi gravado defendendo um pacto para deter a Lava Jato.

"Metralhadora"

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), padrinho político de Machado, e o ex-presidente José Sarney (PMDB-AP) também foram gravados. No áudio, Renan defende uma mudança na lei para dificultar os acordos de delação premiada, instrumento bastante utilizada pela força-tarefa da Lava Jato.

Já Sarney comenta que uma possível delação do empreiteiro Marcelo Odebrecht seria uma "metralhadora ponto 100", numa analogia

ao potencial destrutivo para as carreiras de políticos financiados pela construtora.

Machado vinha conversando há alguns meses com os investigadores para tentar costurar a delação, revelando detalhes do esquema de corrupção em troca de benefícios, mas, inicialmente, chegou a enfrentar resistências pelo material oferecido.

Machado e Renan são alvos de apurações no Supremo por suspeita de envolvimento com o esquema de corrupção da Petrobras. O ex-presidente da Transpetro também faz parte de um pedido da Procuradoria para que seja incluído como investigado no principal inquérito da Lava Jato, que apura se uma organização criminosa atuou nos desvios da estatal.

Delatores como Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef, Fernando Baiano e Ricardo Pessoa apontaram Renan como destinatário de propina desviada da Transpetro. Há ainda citações sobre o envolvimento de Machado, que teria aceitado a delação com receio de ser preso.

"CRETINICE PRÓPRIA DOS BANDIDOS", DIZ PSDB

No PSDB, há uma avaliação de que há um direcionamento nas conversas gravadas por Sérgio Machado para atingir o partido. No entanto, tucanos afirmam que a relação com o ex-presidente da Transpetro foi interrompida há mais de uma década e que, portanto, não há motivos para maiores inquietações.

Apesar disso, o tom contra Machado subiu ontem. O partido informou, em nota, que entrará na Justiça contra ele. "Cretinice própria dos bandidos. Não apresenta um fato sequer, faz apenas referências vagas para tentar levar todos para o lugar onde ele está: a lama", criticou o líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima.

CONTINUA

GRAVAÇÃO DORENAN

Presidente do Senado diz apoiar mudança na lei que trata da delação premiada para impedir que um preso se torne delator:

DELAÇÃO PREMIADA

RENAN - Antes de passar a borraça, precisa fazer três coisas, que alguns do Supremo [inaudível] fazer. Primeiro, não pode fazer delação premiada preso. Primeira coisa. Porque aí você regulamentam a delação e estabelece isso.

MACHADO - Acaba com esse negócio da segunda instância, que está apavorando todo mundo.

RENAN - A lei diz que não pode prender depois da segunda instância, e ele aí dá uma decisão, interpreta isso e acaba isso.

DILMA E SUPREMO

RENAN - E, em segundo lugar, negocia a transição com eles [ministros do STF].

MACHADO - Com eles, eles têm que estar juntos. E eles não negociam com ela [Dilma].

RENAN - Não negociam porque todos estão putos com ela (...).

MACHADO - Eu nunca vi um Supremo tão merda, e o novo Supremo, com essa mulher, vai ser pior ainda. [...]

AÉCIO NEVES

MACHADO - E tá todo mundo sentindo um aperto nos ombros. Está todo mundo sentindo um aperto nos ombros.

RENAN - E tudo com medo.

MACHADO - Renan, não sobra ninguém, Renan!

RENAN - Aécio está com medo. [me procurou] 'Renan, queria que você visse para mim esse negócio do Delcídio, se tem mais alguma coisa.'

MACHADO - Renan, eu fui do PSDB dez anos, Renan. Não sobra ninguém, Renan.

GRAVAÇÃO DOSARNEY

O ex-presidente José Sarney (PMDB-AP) dá a entender que uma delação da empreiteira Odebrecht causará um estrago enorme:

DILMA E ODEBRECHT

MACHADO - Presidente, então tem três saídas para a presidente Dilma, a mais inteligente...

SARNEY - Não tem nenhuma saída para ela.

MACHADO - ...ela pedir licença.

SARNEY - Nenhuma saída para ela. Eles não aceitam nem parlamentarismo com ela.

MACHADO - Tem que ser muito rápido.

SARNEY - E vai, está marchando para ser muito rápido.

MACHADO - Que as delações são as que vem, vem às pencas, não é?

SARNEY - Odebrecht vem com uma metralhadora de ponto 100.

DELÍCIDIO E SENADO

MACHADO - Presidente, o cara [Sérgio Moro] agora seguiu aquela estratégia, de 'deslegitimar' as coisas, agora não tem ninguém mais legítimo para falar mais nada. Pegou Renan, pegou o Eduardo, desmoralizou o Lula. Agora a Dilma. E o Supremo fez essa suprema... rasgou a Constituição.

SARNEY - Foi. Fez aquele negócio com o Delcídio. E pior foi o Senado se acovardar de uma maneira... [autorizou prisão do então senador].

LULA E PETROBRAS

SARNEY - Tudo isso é o governo, meu Deus. Esse negócio da Petrobras só os empresários que vão pagar, os políticos? E o governo que fez isso tudo, hein?

MACHADO - Acabou o Lula, presidente.

SARNEY - O Lula acabou.

26 MAI 2016

GAZETA DO POVO

x Mendes pede que Janot reavalie 2º pedido de inquérito contra Aécio

• O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes mandou para a Procuradoria-Geral da República o segundo pedido de abertura de inquérito feito ao tribunal para investigar o presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG). Mendes tomou a decisão a partir de explicações apresentadas pela defesa do senador e antes de avaliar se autoriza ou não a apuração requerida pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

A Procuradoria quer investigar a suspeita de maquiagem de dados do Banco Rural para esconder o chamado mensalão mineiro, com foco em gestões do PSDB no estado, e também tem como alvos o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), e o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), que negam irregularidades.

Agora, Janot terá que se manifestar se mantém o pedido de abertura de inquérito e as diligências solicitadas. Segundo a defesa de Aécio, não há elementos que justifiquem a abertura da apuração.

Mendes já pediu que Janot reavalie um outro pedido de investigação sobre o tucano. Depois de abrir inquérito para apurar o suposto pagamento de propina da estatal Furnas para Aécio, Mendes suspendeu as diligências e requereu que a PGR confirmasse a necessidade de investigar o caso. O senador nega envolvimento com as duas irregularidades.

Janot: STF deve rejeitar pedido de Dilma contra Sergio Moro

• Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, se manifesta contrário ao pedido feito pela presidente afastada Dilma Rousseff de anular a decisão do juiz Sergio Moro, que autorizou a divulgação de conversas telefônicas entre ela e o ex-presidente Lula.

Na reclamação, protocolada no STF em março, a Advocacia-Geral da União argumentava que Moro havia usurpado a competência do Supremo, pois, ao constatar a presença de conversas de autoridade com prerrogativa de foro, ele deveria ter encaminhado os telefonemas interceptados para avaliação da Corte.

Esse, no entanto, não é o entendimento de Janot, que recomenda ao STF “a negativa de seguimento à reclamação, e caso assim não entendida, pela total improcedência do pedido nela veiculado”.

Caberá ao Supremo decidir o que fazer diante do pleito de Dilma. O relator da ação é ministro Teori Zavascki, responsável pela Lava Jato na Corte.

O teor da gravação fez com que a posse de Lula na Casa Civil fosse questionada no STF, o que resultou na proibição do ex-presidente em assumir o cargo.

27 MAI 2016

GAZETA DO POVO

Gravações levam aliados de Temer a acelerar impeachment

Planalto avalia que áudios que compõem a delação de Sérgio Machado podem “derreter” a base do novo governo no Congresso e dar chance de Dilma voltar à Presidência

| Da Redação, com agências

● As gravações de políticos da alta cúpula do PMDB feitas pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado acenderam o sinal vermelho no Planalto e na nova base aliada. O presidente interino Michel Temer teme que novos áudios, que fazem parte da delação premiada de Machado, venham à tona e comprometam sua sustentação no Congresso. Além de peemedebistas, as conversas sugerem a implicação de líderes do PSDB e do DEM no escândalo da Lava Jato. Diante do risco de o novo governo “derreter”, a palavra de ordem é: antecipar o impeachment definitivo da presidente Dilma Rousseff.

O afastamento tem de ser

votado pelo Senado até novembro. A base quer encerrar o assunto em agosto.

O temor no Planalto é que a crise política atinja de forma irreversível o governo Temer e que o PT consiga reverter no Senado alguns votos, assegurando o retorno de Dilma à Presidência. OPV, um dos partidos que fazia parte da base de Temer, por exemplo, já anunciou que terá posição de independência em relação ao Planalto.

Duas medidas

À medida que os áudios de Machado se tornam públicos, mais políticos são citados. Do DEM, por exemplo, apareceram os nomes do novo ministro da Educação, Mendonça Filho, e do deputado Pauderney Avelino (AM) — um dos maiores defensores do impeachment. No PSDB, o principal envolvido até agora é o senador e presidente nacional da sigla, Aécio Neves.

Agora na base aliada, representantes dos dois partidos que faziam parte da oposição ao PT correram para desqualificar a delação de Machado — algo que não faziam quando o delator implicava aliados do governo petista.

“O Sérgio Machado é um

ser desprezível. Não sou da turma dele e essas declarações são fruto de um total desespero. Vou interpelá-lo judicialmente”, disse Pauderney — chamado de “corrupto” pelo ex-presidente da Transpetro.

Em nota, o PSDB informou que vai processar Machado, que já foi filiado ao partido. “Fica cada vez mais clara a tentativa deliberada e criminoso do senhor Sérgio Machado de envolver em suspeições o PSDB e o nome do senador Aécio Neves, em especial, sem apontar um único fato que as justifique”, diz a nota.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), voltou a criticar na quinta-feira (26) o ex-presidente da Transpetro, dizendo que ele está “desesperado”. Renan também afirmou que a Lava Jato é “intocável”.

CONTINUA

“Renan Calheiros reitera que não (...) fez gestões para dificultar ou obstruir as investigações da operação Lava Jato, até porque elas são intocáveis.”

27 MAI 2016

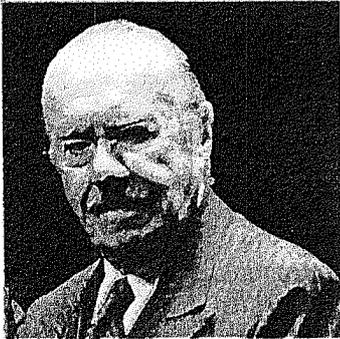
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

MAIS POLÊMICA

Veja algumas revelações de áudios gravados por Sérgio Machado que foram divulgados na quinta-feira:

Fabio Rodrigues Pozzebom / ABr



Ditadura da Justiça

O ex-presidente e ex-senador **José Sarney** e Machado criticam as nomeações feitas pelo governo de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o juiz Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato. Sarney diz que Moro instituiu uma "ditadura da Justiça", pois ninguém questiona suas decisões.

Aécio vulnerável

"Aécio[Neves] é o cara mais vulnerável do mundo", afirma Machado em conversa com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Antonio Cruz / Agência Bras



Mau caráter

Renan e Machado chamam o procurador-geral da República, **Rodrigo Janot**, de "mau caráter".

Beto Barata/Agência Senado



Dicas a Delcídio

As gravações mostram que Renan orientou um suposto representante do senador cassado **Delcídio do Amaral**, identificado como Wanderberg, sobre como o ex-líder do governo deveria fazer sua defesa na época em que enfrentava um processo no Conselho de Ética.

Estratégia do PT é dizer que Dilma vai defender nova eleição se voltar à Presidência

● Para reverter o impeachment, o PT aposta que a crise política comprometerá o governo Temer e que a população também vai querer vê-lo fora da Presidência – como ocorreu com Dilma Rousseff. A estratégia petista é retomar o discurso de que, se ela voltar ao Planalto, vai propor a convocação novas eleições presidenciais. Assim, petistas dizem que será mais fácil fazer com que alguns senadores que votaram pela abertura do processo de impeachment mudem de voto na fase final do julgamento. Para que a presidente seja definitivamente afastada, são necessários 54 votos. Na sessão de admissibilidade do processo, 55 senadores votaram pela abertura do processo. O PT calcula entre dez e 13 senadores considerados "potenciais" para mudar de voto. Os nomes favoritos dos petistas para reverter a votação são os senadores do Distrito Federal: Cristovam Buarque (PPS-DF), Antônio Reguffe (sem partido) e Hélio José (PMDB-DF). O entendimento é que várias medidas de Temer – cortes no serviço público, concursos e reforma da Previdência – são impopulares entre os eleitores brasileiros de classe média e que eles irão pressionar os senadores.

O CORO DA MULTIDÃO

RHODRIGODEDA

O medo da Lava Jato

A classe política está atemorizada com a Operação Lava Jato. Isso é fato. E está gravado. Os diálogos entre o ex-presidente da Transpetro Sergio Machado e o ex-presidente da República José Sarney são elucidativos. Machado fala que Renan Calheiros estava com medo de ser preso, que o PSDB sente que chegou a sua vez de ser o antagonista apanhado na Lava Jato. Reconhecem que Lula está acabado politicamente, que o PT está na pior e Dilma Rousseff pode se complicar com delações da Odebrecht. Tem Lava Jato para todo o mundo.

O mais interessante das conversas é o temor que se tem do juiz federal Ser-

gio Moro. Acham mais fácil lidar com os processos no Supremo Tribunal Federal que ter de se defender em Curitiba. Sergio Machado não é o primeiro a ter medo de Moro. Quando o ex-deputado André Vargas foi preso, dizia-se nos bastidores que ele preferia ser julgado no STF a ser julgado por Moro.

É compreensível. Diferente do que ocorreu com outras operações que tiveram as provas anuladas nos tribunais superiores, como na Satiagraha, as decisões do juiz federal tem quase em sua totalidade permanecido irretocáveis. Com poucas exceções, as prisões preventivas não foram revogadas. Até pouco tempo, o país não estava acostumado a ver empreiteiros milionários na cadeia. O trabalho dos procuradores federais e da Polícia Federal é exemplar; as investigações, minuciosas; as peças acusatórias, contundentes. E isso assusta o mundo político.

A preferência por ser julgado pelo STF parte da ilusão de que o tribunal seria mais suave na análise dos processos. De que conversas com ministros poderiam facilitar a vida dos acusados. Na cabeça de parte da classe política, o prestígio do cargo que ocupam seria suficiente para alterar o julgamento dos magistrados. Uma bobagem. Ministros, assim como outros magistrados, estão, ou deveriam estar, com as portas de seus gabinetes sempre abertas para receber advogados, sem fazer quaisquer distinções. Isso deve ser o normal, o que não quer dizer que essas conversas possam mudar indevidamente o curso das decisões judiciais.

A única vantagem de um julgamento no STF, reconheça-se, é a lentidão com que tramitam lá os processos, especialmente quando se compara com a agilidade da Justiça Federal de primeira instância de Curitiba. É uma grande vantagem para quem tem foro no Supremo e a classe política sabe disso. Justiça que tarda, aceitando os riscos de prescrição, é justiça falha.

O medo da Lava Jato tende a ter como consequência a reação da classe política. Na natureza, os animais quando acusados apresentam dois comportamentos: ou fogem ou atacam. A natureza dos animais políticos os faz reagir na forma do ataque. Essa reação, entretanto, não é tão direta ou nem tão evidente como se observa no mundo animal. Geralmente ela vem envolta em boas intenções, travestida de defesa de direitos individuais, ou de melhorias legislativas. Mas certamente, e as

gravações que foram publicadas pela *Folha de S. Paulo* nesta semana deixam isso claro: o medo da Lava Jato resultará em reações das mais diversas da classe política não só para sabotar a operação, mas para tornar mais difícil o controle e a investigação de crimes de corrupção. Contra isso é preciso vigilância.

O trabalho dos procuradores federais e da Polícia Federal é exemplar; as investigações, minuciosas; as peças acusatórias, contundentes. E isso assusta o mundo político.

27 MAI 2016

GAZETA DO POVO

● VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Estupro coletivo expõe drama nacional: 120 casos por dia

“As mulheres ainda são vistas como aquelas do mundo privado, que devem ser belas e recatadas, enquanto os homens devem ser fortes e garanhões.”

Télia Negrão, coordenadora do Consórcio Nacional de Redes do Movimento de Mulheres.

Sandro Moser

● O caso da adolescente de 16 anos do Rio de Janeiro estuprada por pelo menos 30 homens causou comoção nacional, mas é só mais um exemplo da “cultura do estupro” existente no Brasil. Segundo dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o país registra um estupro a cada 12 minutos (ou 120 por dia).

Télia Negrão, coordenadora do Consórcio Nacional de Redes e Organizações do Movimento de Mulheres, diz que o Brasil continuará a ter esse tipo de violência enquanto persistirem os papéis de gênero fixos na sociedade. “As mulheres ainda são vistas como aquelas do mundo privado, que devem ser belas e recatadas, enquanto os homens devem ser fortes e garanhões.” Ao “manter esses padrões socialmente obsoletos”, parte da sociedade impõe às vítimas a responsabilidade pela violência, diz Télia.

Para ela, a Justiça brasileira ainda é muito conservadora em suas decisões, embora sofra pressão de movimentos de defesa dos direitos das mulheres e, por isso, tenha mudado algumas posturas. Ela lembra que tese da legítima defesa da honra, usada por

homens justificar assassinatos de mulheres que supostamente os traíram, só caiu há uma década. E a lei que isentava de culpa o estuprador que se casava com a vítima foi derrubada por compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na ONU.

“É absolutamente inaceitável responsabilizar vítimas”, diz Vanessa Prateano consultora da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero da OAB-PR. “Só existe estupro porque existem estupradores, e não porque a mulher fez isso ou aquilo.” Para ela, os estupradores se beneficiam da cultura de culpabilização da mulher. “Eles sabem que é comum que as pessoas se voltem para as vítimas, analisando sua roupa, seu comportamento, seu histórico de parceiros sexuais, seu estilo de vida, e se esqueçam de que o crime foi cometido porque alguém tomou a iniciativa de atacar a mulher.” A solução, diz ela, seria acabar com a impunidade, fortalecendo os núcleos de apuração desse tipo de crime. Paralelamente, também deveria haver investimentos na estrutura de atendimento médico, psicológico, e jurídico das vítimas.

27 MAI 2016

GAZETA DO POVO

MARINGÁ

Após decisão judicial, alunos pedem prazo para desocupar escola

● Após a Justiça determinar a reintegração de posse do Colégio Estadual José Gerardo Braga, em Maringá, estudantes e governo abriram um canal de diálogo para que isso ocorra sem confronto. Mas o encontro de quinta (26) terminou em um impasse. Enquanto o governo, por meio do deputado **Hussein Bakri (PSD)**, exigiu que a escola voltasse às atividades na segunda (30), os alunos pediram para deliberar sobre a saída apenas na terça.

Pela decisão, os manifestantes têm 24 horas para deixar o colégio de forma voluntária. Depois disso, está autorizado o uso de "força policial moderada" para retirá-los de forma "coercitiva". Os estudantes ainda não foram notificados.

28 MAI 2016

GAZETA DO POVO 29 MAI 2016

ELOGIOS

STF acaba com os processos ocultos contra autoridades

Procedimento evitava que ações aparecessem no sistema do Supremo. Medida foi adotada principalmente em casos da Lava Jato

Uma resolução editada na sexta-feira (27) pelo Supremo Tribunal Federal (STF) acaba com os chamados processos ocultos na Corte. As ações ocultas são o mais alto grau de segredo utilizado pelo STF para a tramitação de inquéritos ou outros procedimentos abertos para investigar autoridades por suspeita de crimes. Vários outros tribunais do país usam esse tipo de procedimento.

Ação oculta, ao contrário dos casos que tramitam sob segredo de Justiça, não aparece nem sequer no sistema do tribunal e só pode ser consultados pelo ministro-relator e pela Procuradoria-Geral da República (PGR), impossibilitando até mesmo confirmar a sua existência.

O modelo foi adotado principalmente em casos envolvendo a Lava Jato, como pedido de abertura de inquérito da PGR para investigar a presidente afastada Dilma Rousseff, o ex-presidente Lula e o ex-ministro José Eduardo Cardozo, por obstrução da

Justiça. O sistema também encobre o andamento das delações premiadas. A justificativa era que a manutenção de processos ocultos visava a proteger as investigações.

Segundo a resolução assinada pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski, fica "vedada a classificação de quaisquer pedidos e feitos novos ou já em tramitação no Tribunal como 'ocultos'." Segundo o presidente do Supremo, a medida atende aos princípios constitucionais da publicidade, do direito à informação, da transparência e aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Pelo texto, nas investigações criminais, será adotada uma proteção especial às medidas cautelares que devem ser mantidas em sigilo até a sua execução, a fim de que a coleta da prova não seja prejudicada. Portanto, os requerimentos de busca e apreensão, quebra de sigilo telefônico, fiscal e telemático, interceptação telefônica, dentre outras medidas necessárias no inquérito, serão processados e apreciados, em autos separados e sob sigilo.

700 casos

O STF mantém ocultos mais de 700 processos que foram arquivados.

A OAB elogiou a decisão do STF. "A transparência é um valor salutar para a democracia e para o bom funcionamento do Judiciário", diz a OAB em nota.

DIÁRIOS SECRETOS

No TJ do Paraná, ação contra Justus não está aberta para consulta

Katia Brembatti

● "Processo com acesso limitado." Essa é a expressão que qualquer cidadão encontrará no site do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) se tentar saber como anda o pedido do Ministério Público para abrir ação criminal contra o deputado estadual Nelson Justus no caso dos Diários Secretos. Mais do que sob sigilo – quando o conteúdo não pode ser consultado, mas as etapas da ação são acessíveis –, o pedido de abertura de ação está oculto – não permitindo que os passos do processo, como notificações, possam ser acompanhados. Segundo o TJ, "os autos tramitam em segredo de justiça porque, durante as investigações, foi requerida e decretada a quebra de sigilos bancários e telefônicos de vários envolvidos. O material encontra-se encartado aos autos, o que demanda a tramitação sem a regra geral de publicidade". Mas o motivo para estar oculto nunca foi explicado. Justus é acusado de comandar, quando era presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, um esquema de desvio de dinheiro público por meio de funcionários fantasmas. A ação foi protocolada em fevereiro de 2015, mas ainda não começou a tramitar. A decisão do STF, como se refere apenas ao Supremo, não põe fim às ações ocultas no TJ-PR. Mas pode ser replicada em outros tribunais.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Curitiba pode cobrar na Justiça o que o SUS deve

28 MAI 2016

29 MAI 2016

Em reunião do Fórum Pró SUS, promovida nesta semana pelo Conselho Federal de Medicina, o representante do Ministério Público Estadual, promotor Marco Antonio Teixeira, aconselhou a prefeitura de Curitiba a entrar na Justiça para receber quase R\$ 70 milhões do SUS que o Ministério da Saúde deve ao município desde 2013. A sugestão está sendo analisada pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Procuradoria-Geral do Município.

O presidente do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba, Adilson Tremura, apoia a sugestão do MP, mas há quem defenda que, antes da medida radical, se dê primeiro um voto de confiança ao novo ministro da Saúde, o deputado paranaense Ricardo Barros, que acaba de assumir a pasta.

Os apaziguadores confiam ser possível resolver a pendência politicamente, principalmente em razão do fato de a filha do ministro, a deputada Maria Victoria (PP), ter seu nome citado como candidata a prefeita na eleição deste ano.

A verba se destina a pagar contas penduradas em hospitais conveniados do SUS, dentre os quais a Santa Casa, o Pequeno Príncipe e o Evangélico — que, além de disponibilizar leitos de UTI, respondem por grande número de cirurgias eletivas e atendimentos ambulatoriais. Estão incluídos também entre os credores algumas clínicas particulares e laboratórios de análises.

Só em cirurgias eletivas realizadas no ano passado, os hospitais acumularam créditos de R\$ 8,5 milhões, mas o Ministério da Saúde repassou apenas R\$ 3,9 milhões. O orçamento da administração direta do município teve de complementar o valor, embora a responsabilidade pelo pagamento seja do SUS, administrado pelo governo federal.

Os hospitais são filantrópicos e sobrevivem debaixo de situações críticas. Têm dívidas com seus fornecedores e, para não paralisar o atendimento, obrigam-se a recorrer a grandes e custosos empréstimos bancários. Se não receberem o que têm direito, a tendência é piorar o atendimento à população que enfrenta fila para curar seus males.

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

Manifestação coletiva

A diretoria da OAB Paraná e as comissões da Mulher Advogada; de Direitos Humanos; da Criança e do Adolescente; e de Estudos sobre Violência de Gênero e a Caixa de Assistência dos Advogados divulgaram nesta sexta-feira nota de repúdio ao estupro coletivo de uma jovem de 16 anos no Rio de Janeiro. "[...] Repudiam ainda os advogados e as advogadas paranaenses a cultura do estupro, o machismo e a misoginia, disseminados na sociedade brasileira, que se concretizam em atos cruéis e bárbaros como o que vitimou essa adolescente", diz um trecho da nota.

Manifestação coletiva 2

De acordo com a OAB-PR, os dados do 8º Anuário de Segurança Pública e do Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente demonstram que o crime contra a jovem carioca não se trata de prática isolada. "Está presente por todos os rincões do país, inclusive no Estado do Paraná, como uma cultura naturalizada que banaliza as discriminações e as violências contra as mulheres, por meio de ditos, piadas, propagandas e práticas que objetificam as mulheres. A OAB Paraná, ao tempo que lamenta, lutará em nome da advocacia paranaense pela adoção de providências práticas para a mudança deste quadro dramático", afirma a entidade em outro trecho da nota.

28 MAI 2016

29 MAI 2016

Palavra do presidente

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, é o entrevistado da primeira edição da *Law Magazine*, publicação especializada em assuntos do Judiciário que está prestes a ser lançada em Curitiba. De iniciativa de um grupo de empresários e advogados da cidade, a revista terá tiragem inicial de dez mil exemplares e edição bimestral. Segundo o *publisher* Ivanor Duarte Júnior, a ideia de criá-la surgiu com a repercussão cada vez maior que as ações do Judiciário têm tido no noticiário brasileiro.



Cartaz da OAB Paraná de alerta à cultura do estupro na sociedade brasileira, divulgado na sexta-feira em solidariedade à jovem vítima de estupro coletivo no Rio de Janeiro.

28 MAI 2016

GAZETA DO POVO

29 MAI 2016

• VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

“Eu me sinto um lixo”, diz vítima de estupro coletivo

• Mergulhada em um pesadelo desde o fim de semana passado, quando foi violentada por 33 homens armados, a adolescente de 16 anos vítima de um estupro coletivo na Zona Oeste do Rio de Janeiro desabafou em entrevista ao jornal *O Globo*. “Me sinto um lixo e não queria que outra pessoa se sentisse assim”, disse ela.

“O estigma é o que está me doendo mais. É como se dissessem: ‘A culpa é dela, foi ela que estava usando roupa curta. Foi ela que quis ir para lá’. Eu vi isso no Facebook. Eu queria que as pessoas soubessem que não é culpa da mulher. Não tem como alguém culpar uma vítima de roubo [pelo roubo], por exemplo”, afirmou.

Na entrevista, a adolescente disse ainda que um dos agressores a procurou para pedir desculpas. Ela respondeu que não há perdão: “Queria que eles esperassem a justiça de Deus”.

Solidariedade

Apesar de haver quem questionasse a conduta da adolescente nas redes sociais, a jovem usou o Facebook para agradecer as mensagens de apoio que recebeu. “Realmente pensei (...) que seria julgada mal! Mas não fui”, escreveu a jovem. “Não, não dói o útero e sim a alma por existirem pessoas cruéis sendo impunes!! Obrigada”, afirmou na mensagem em seu perfil no Facebook.

Medidas efetivas

O presidente interino Michel Temer disse na sexta-feira (27) que convocou um reunião para a próxima semana, com os secretários de segurança pública de todo país, para tomar “medidas efetivas para combater a violência contra a mulher”. “Repúdio com a mais absoluta veemência o estupro da adolescente no Rio de Janeiro”, disse Temer em nota. O presidente ainda prometeu criar um departamento na Polícia Federal especificamente para combater a violência contra a mulher.

Contra a corrupção

É muito difícil que a Operação Lava Jato sofra alguma forma de ingerência política que possa conter o seu avanço. É também muito improvável que o Poder Judiciário aceite ser influenciado por políticos no julgamento das ações decorrentes da operação. Em dois anos de Força Tarefa da Lava Jato todas as tentativas de interferência saíram fracassadas e com um alto preço pago por boa parte dos envolvidos.

A avaliação é que a Força Tarefa conta com integral apoio da sociedade. Além disso, os meios de comunicação têm dado ampla cobertura e discutido todos os fatos e decisões sobre o assunto, apresentando os diferentes pontos de vista, contrapondo teses e versões, o que também contribui para garantir a transparência e a lisura dos atos ocorridos no âmbito da operação.

Se algum risco existe, ele está não no âmbito do Poder Executivo, mas no Poder Legislativo. Merece atenção especial o que ocorreu na Itália, ao final da Operação Mãos Limpas. A operação abalou a política, levou cerca de três mil pessoas para a prisão e investigou cerca de 500 políticos e empresários, destruindo partidos e mudando a relação de forças na disputa pelo poder na Itália. No entanto, os parlamentares que escaparam ilesos da faxina ética rapidamente se mobilizaram — com o apoio do então primeiro-ministro Silvio Berlusconi, figura emergente da política italiana após a operação — para aprovar leis que tornaram mais difícil combater a corrupção, impondo obstáculos à atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário. Resultado: após uma operação extraordinária, parlamentares conseguiram minar não só os procedimentos para o combate a crimes do colarinho branco, como a

própria reputação da “Mãos Limpas”, por meio de uma ofensiva midiática.

Não por acaso ameaças semelhantes começam a emergir das sombras do Congresso Nacional. É emblemática a divulgação nesta semana da conversa gravada pelo ex-diretor da Transpetro Sérgio Machado, em que o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirma apoiar uma mudança na lei que trata da delação premiada, com o objetivo de impedir que uma pessoa presa possa se tornar um delator. É exatamente esse o tipo de medida que não vai contribuir para o florescimento de um ambiente menos corrupto no Brasil. E serve de alerta à sociedade sobre o que os nossos parlamentares podem ser capazes de fazer.

O país necessita de reformas estruturais cujo efeito seja saneador dos vícios hoje existentes no sistema político. Um bom começo seria a aprovação de um conjunto de propostas elaborado pelo Ministério Público Federal e que se consubstanciou em projetos de iniciativa popular batizados de “Dez medidas contra a corrupção”.

CONTINUA

28 MAI 2016

29 MAI 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Fruto de reflexão e pesquisa de vários especialistas, elas atacam o problema da corrupção em suas várias faces. Há aspectos penais e processuais, como alterações nos prazos de prescrição e nas circunstâncias em que provas podem ser declaradas nulas, assim como aumento de pena para crimes de corrupção. Mas há também medidas referentes à conscientização de agentes públicos e a formas de facilitar a recuperação de ativos de recursos desviados. São um conjunto que em sua totalidade representam um grande avanço.

É sobre as "Dez medidas contra a corrupção" que os parlamentares brasileiros devem concentrar sua atenção. A Operação Lava Jato e os efeitos dela decorrentes precisam ser encarados pelos parlamentares da mesma forma como o são pela sociedade: um momento de ruptura que abre a oportunidade para a transformação do ambiente político brasileiro. Embora se compreenda que o Congresso estará neste momento voltado a discutir as propostas de recuperação da economia, há espaço para discutir as duas pautas de forma convergente. Essa oportunidade precisa ser aproveitada. E a sociedade pode ser a indutora desse processo de mudança, se, da mesma forma que vem demonstrando seu apoio à Lava Jato, encampar uma mobilização mais ampla para aprovar esses projetos contra a corrupção.

GAZETA DO POVO 30 MAI 2016

O STF e a transparência dos processos

A decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, de assinar uma resolução que proíba a tramitação de processos ocultos na Corte é um passo significativo em favor da transparência pública. A partir de agora, a sociedade poderá saber da existência de algumas investigações até então inacessíveis, o que é inacreditável que ocorresse numa sociedade que tem o princípio da publicidade inscrito em sua Constituição.

A medida representa um avanço sob vários aspectos. O primeiro deles diz respeito à maior abertura que o STF proporciona à sociedade, em cumprimento com o que determina o texto constitucional. Não à toa, Lewandowski menciona que a resolução atende aos princípios da publicidade, do direito à informação, da transparência pública, além de lembrar dos tratados internacionais assinados pelo país.

Em segundo lugar, por que, de certa forma, a medida protege o próprio tribunal. O STF se viu nos últimos meses mencionado em conversas de políticos que certamente causam desconforto e, eventualmente, podem gerar suspeitas, ainda que infundadas, sobre a atuação de membros da Corte. As gravações que vieram a público na semana passada, em que o ex-diretor da Transpetro Sérgio Machado aparece em conversas com eminentes figuras da República, e as interceptações telefônicas envolvendo Delcídio do Amaral divulgadas meses atrás, embora em nada deponham contra a atuação do Supremo, mostram a intenção de políticos em tentar influenciar indevidamente os atos da Corte.

A transparência é desejável sob todos os aspectos. São avanços como esse que vão permitindo o amadurecimento das instituições e o fortalecimento da democracia.

Ao permitir a publicidade de todas as investigações e processos em curso, ainda que o seu conteúdo seja mantido em sigilo, o STF contribui para que a sociedade tenha o mínimo de controle sobre os procedimentos abertos naquela Corte. Além disso, afasta também quaisquer suspeitas, mesmo que infundadas, sobre a atuação do tribunal.

O terceiro aspecto a ser considerado se refere à possibilidade de inspirar outros tribunais do país a fazer o mesmo. Como a resolução assinada por Lewandowski só vale para o STF, não há obrigatoriedade de que outros tribunais, que ainda sejam adeptos da prática do sigilo, decretem o fim das investigações ocultas. Adotar resoluções semelhantes à do Supremo certamente ajudaria a melhorar a imagem da Justiça no que se trata de transparência pública → pesquisa divulgada neste mês pela organização não governamental Artigo 19 apontou o Judiciário como o poder menos transparente do Brasil.

A transparência é desejável sob todos os aspectos. São avanços como esse do Supremo que vão permitindo o amadurecimento das instituições e o fortalecimento da democracia. Colocar luz sobre os atos de autoridades e sobre informações de posse dos órgãos estatais permite que a sociedade, organizada ou não, exerça o controle sobre atividades dos poderes. Afinal, em última instância, o cidadão é quem custeia a máquina e, por essa razão, detém o direito de saber como as autoridades lidam com a coisa pública. Como já dizia o juiz da Suprema Corte Americana Louis Brandeis a respeito da necessidade de transparência, "a luz do sol é o melhor dos detergentes" (para a limpeza das instituições), e não deveria ser diferente, com investigações e processos judiciais.

30 MAI 2016

GAZETA DO POVO

Após acusação de machismo, delegado sai da investigação de estupro coletivo

● A Polícia Civil do Rio de Janeiro anunciou ontem que a delegada Cristiana Bento, titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima, assumirá a investigação do caso do estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos.

A mudança foi feita após pressão da defesa da vítima e do Ministério Público, que pediram o afastamento do delegado Alessandro Thiers, da Delegacia de Repressão a Crimes de Informática, responsável pela apuração do crime.

Advogada da adolescente, Eloísa Samy alegava que Thiers investigava o caso com machismo e misoginia (aversão a mulheres). Em entrevista, o delegado disse que investigava “se houve consentimento dela, se ela estava dopada e se realmente os fatos aconteceram”.

A advogada da adolescente e o delegado já haviam se confrontado em 2014, quando ela defendia manifestantes acusados de atos violentos durante os protestos de rua. Ela chegou a ser presa temporariamente por Thiers.

Após a polêmica, a família da vítima decidiu dispensar a advogada Eloísa Samy. A advogada disse estar “aliviada” porque conduzia o caso sozinha. Segundo ela, a família da adolescente também decidiu aderir ao programa estadual de proteção a crianças e jovens ameaçados de morte.

TUMULTO

Uma manifestação em Brasília pelo fim da violência contra a mulher registrou ontem tumulto e protestos contra o ministro do STF Gilmar Mendes e o presidente interino Michel Temer. O tumulto começou quando manifestantes, que carregavam flores para levar à estátua da Justiça, em frente do STF, foram impedidos por seguranças do Supremo e policiais de se aproximarem. Uma mulher rompeu a cerca que protegia o monumento. Outros manifestantes tentaram passar e foram atingidos por spray de pimenta. A PM disse que não houve feridos, apesar do spray. Mas algumas pessoas relataram ter passado mal.

30 MAI 2016

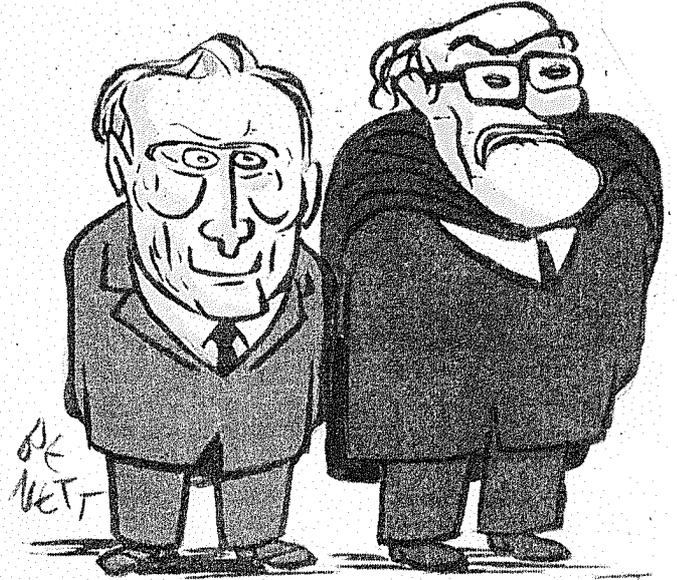
GAZETA DO POVO

SOBRE O QUE GILMAR MENDES E TEMER
CONVERSARAM NA NOITE DE SÁBADO?

QUIZ CHARGE

X Mendes se reúne com Temer para mostrar 'preocupação' com Jucá

O ministro do STF Gilmar Mendes se encontrou no sábado com o presidente Michel Temer. Após a reunião ter se tornado pública, Mendes explicou que procurou Temer para manifestar sua preocupação, como presidente do TSE, com a saída de Romero Jucá do Ministério do Planejamento. O ministro do STF disse que estava tratando com Jucá da liberação de verbas para as eleições deste ano.



TRIBUNA DO PARANÁ

X **PREOCUPAÇÃO**
O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, se encontrou ontem com o presidente em exercício, Michel Temer, para manifestar sua preocupação como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com a saída do senador Romero Jucá do Ministério do Planejamento. Mendes havia pedido R\$ 250 milhões para complementar o orçamento do TSE para as eleições. O ministro não conversou com Temer a respeito dos processos em andamento no TSE que podem levar à cassação da chapa eleita em 2014, na qual Temer era o vice da presidente afastada Dilma Rousseff.

OPERAÇÃO
LAVA JATO

OPERAÇÃO
LAVA JATO

OPERAÇÃO
LAVA JATO

A ÚLTIMA
TEMPORADA DE
GAME OF THRONES

CNJ

3 MAI 2016

CNJ apresenta nova versão do PJe mais leve e fácil de usar

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) começa a testar nesta sexta-feira (27/5) a versão 2.0 do Processo Judicial Eletrônico (PJe), sistema de tramitação eletrônica de processos judiciais, com novidades que prometem facilitar o uso da ferramenta. Mudanças de forma, conteúdo e de ordem tecnológica foram realizadas para tornar o PJe mais simples de operar, permitindo acesso mais rápido aos processos eletrônicos. Inicialmente, a nova versão estará disponível apenas a usuários de processos que tramitam no CNJ. No final de junho, a ferramenta deverá estar disponível para testes nos tribunais de todo o país.

Ao acessar o novo PJe, a primeira mudança que o usuário vai notar é que realizará muito menos cliques em relação à versão do PJe utilizada atualmente. Segundo o gestor de projetos de informática do CNJ, juiz Bráulio Gusmão, a nova visualização dos documentos digitais do processo no PJe 2.0 diminuirá o tempo necessário à movimentação e gestão dos processos.

“Antes, o *software* exigia do usuário uma série de cliques e acessos para se chegar ao documento que lhe interessava. O PJe 2.0 oferece a nova visualização, que permitirá acessar os autos de um processo com muito mais rapidez. Não haverá mais aquelas janelas (*pop-ups*) de antigamente. Além disso, o sistema tornou-se mais intuitivo”, afirmou o magistrado, que também é juiz auxiliar da Presidência do CNJ.

Outra alteração que agilizará o uso da ferramenta diz respeito à forma do sistema, que se tornou mais “agradável” aos olhos de quem o acessa. “Com uma interface mais limpa graficamente, o sistema ficou mais leve e ‘amigável’ ao usuário. A nova versão guarda semelhança com as tecnologias atuais; muitas delas serviram de inspiração para as mudanças que realizamos”, afirmou o juiz.

Plug-in próprio – A terceira grande mudança é tecnológica. Como o *plug-in* Java está deixando de ser compatível com os navegadores – o Google Chrome parou de executá-lo desde o ano passado –, o CNJ desenvolveu uma solução própria para permitir o acesso ao PJe via certificação digital, uma exigência do campo da segurança da informação.

“Tivemos inúmeros problemas com o *plug-in*, que travava o acesso ao sistema toda vez que sofria alguma atualização, o que acontecia a cada três meses, normalmente. Com essa nova solução que desenvolvemos, o PJe 2.0 será compatível com todos os navegadores”, afirmou Marcelo de Campos, da equipe técnica do PJe.

Cronograma – O novo sistema será disponibilizado primeiramente para acessar processos do CNJ, na sexta-feira (27). Na semana seguinte, nos dias 2 e 3 de junho, será realizado treinamento para capacitar usuários do Conselho, conselheiros e equipes dos gabinetes. A ideia é que esteja acessível para advogados que atuam no CNJ a partir de 6 de junho. No fim de junho, o sistema será submetido a teste nos tribunais. “Ao longo do mês, os tribunais farão uma varredura no PJe 2.0, apontando os ajustes necessários e naturais a qualquer sistema”, disse o juiz Bráulio Gusmão.

Virtualização – Segundo as estatísticas mais recentes, o total de demandas judiciais em tramitação se aproximava da casa dos 100 milhões em 2014. Naquele ano, praticamente uma em cada duas ações judiciais (45%) foi apresentada à Justiça em algum tipo de formato eletrônico. Em termos absolutos, 11,8 milhões de processos começaram a tramitar eletronicamente, o que dispensou o uso de papel, além das despesas com transporte e armazenamento de processos físicos.

26 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO x Gilmar devolve a Janot pedido contra Aécio

Para ministro do Supremo, procurador-geral deve analisar defesa de senador tucano em segunda solicitação de abertura de inquérito

Isadora Peron | BRASÍLIA

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, enviou o pedido de abertura de um novo inquérito contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG) de volta à Procuradoria-Geral da República. O pedido está relacionado a uma investigação sobre a suspeita de manipulação de dados do Banco Rural, prática que teria sido adotada para esconder o mensalão mineiro durante a CPI dos Correios.

Para o ministro, após a manifestação da defesa do senador tucano e de outras partes envolvidas, é preciso que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, analise os novos elementos e diga quais procedimentos devem ser adotados em relação à investigação sobre a suposta manipulação de dados do Banco Rural.

Em entrevista à *Rádio Estação*, o ministro Gilmar Mendes afirmou que a sua decisão é um despacho ordinário e que, caso o procurador-geral entenda que a investigação contra o tucano deva continuar, “o caso terá o seu curso normal”. No início do mês, após autorizar a abertura de um outro inquérito contra Aécio – para apurar a suposta participação do tucano no esquema de corrupção de Furnas –, o ministro do Supremo suspendeu as diligências e pediu que a Procuradoria-Ge-

ral da República reavaliasse a necessidade da investigação.

Gilmar justificou a decisão dizendo que o caso precisava ser reavaliado por Janot por causa da manifestação apresentada pela defesa de Aécio, que alegou não haver elementos novos para abertura do inquérito.

Os dois pedidos de abertura de inquérito foram feitos pela Procuradoria com base no acordo de delação premiada do ex-senador Delcídio Amaral (sem partido-MS) firmado com a força-tarefa da Operação Lava Jato. A solicitação de inquérito sobre a CPI dos Correios também envolve o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) e o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB).

Delação premiada. Delcídio afirmou em delação que Aécio foi beneficiário de um “grande esquema de corrupção” na estatal Furnas, subsidiária da Eletrobrás. Ainda em depoimentos do acordo de colaboração, o senador cassado afirmou que os dados fornecidos pelo extinto Banco Rural à CPI dos Correios atingiriam o senador Aécio Neves “em cheio” se não ti-

vessem sido “maquiados” pela instituição financeira. Delcídio relatou também que Aécio enviou emissários à CPI para que o prazo de entrega das quebras de sigilo fosse “delongado”, sob a justificativa de que não haveria tempo hábil para preparar as respostas à comissão.

Defesas. Quando o pedido de abertura do segundo inquérito foi noticiado, Aécio afirmou que as informações da delação premiada de Delcídio sobre sua atuação na CPI dos Correios são “improcedentes, caluniosas e sem qualquer tipo de comprovação na realidade”.

O senador tucano apontou incongruências nas informações contidas no acordo de colaboração, como a data em que Aécio e Delcídio tiveram uma reunião supostamente para falar sobre a CPI dos Correios, da qual o senador cassado era presidente. “Informamos que a reunião mencionada por Delcídio, em Belo Horizonte, em que o assunto teria sido tratado, ocorreu em 7 de junho de 2006. Ou seja, dois meses depois de encerrados os trabalhos da CPI mista dos Correios.”

O deputado Carlos Sampaio diz que procurou a Procuradoria-Geral da República para apresentar esclarecimentos e documentações sobre o assunto. O deputado afirma que não há motivos para ele ser investigado. Em nota, Eduardo Paes afirmou estar “à disposição da Justiça para prestar esclarecimentos”.

26 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Abertura de áudio de Lula e Dilma é legal, diz procurador

Janot diz em parecer ao STF que não vê motivos para anular a decisão de Sérgio Moro de divulgar diálogo entre Lula e Dilma

Em parecer ao Supremo Tribunal Federal, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, se manifesta contrário ao pedido feito pela presidente afastada Dilma Rousseff de anular a decisão do juiz Sérgio Moro, que autorizou a divulgação de conversas telefônicas entre ela e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na reclamação, protocolada no Supremo em março, após as gravações serem divulgadas, a Advocacia-Geral da União argumenta que Moro havia usurpado a competência do Supremo, pois, ao constatar conversas de autoridade com foro (*Dilma*), ele deveria ter encaminhado as interceptações para a avaliação da Corte.

“Mesmo admitindo eventual irregularidade no levantamento do sigilo (e não se faz qualquer juízo de mérito nessa parte), o fato é que esse elemento, por si só, igualmente não caracteriza violação de competência criminal do Supremo

Tribunal Federal”, afirma o parecer assinado por Janot.

Caberá ao Supremo decidir sobre o pedido feito por Dilma. O relator da ação é o ministro Teori Zavascki, responsável pela Operação Lava Jato na Corte.

O teor da gravação fez com que a posse de Lula na Casa Civil fosse questionada no Supremo, o que resultou na proibição do ex-presidente em assumir o cargo. Foi com base nesta reclamação que Teori determinou que Sérgio Moro enviasse ao Supremo as investigações que envolvem Lula.

Na reclamação, a AGU afirmava que a decisão de divulgar as conversas entre Dilma e Lula não poderia ter sido tomada por um juiz de primeira instância e argumentava que a decisão havia colocado em risco a “soberania nacional”. /I.P.

SÔNIA RACY

Restam quatro

Das 14 representações contra Sergio Moro movidas no CNJ desde o episódio da condução coercitiva de Lula, em março, apenas quatro tramitam ainda na corregedoria.

Restam 2

É tudo indica que a ministra Nancy Andrichi só se manifestará sobre elas após STF e TRF-4 decidirem sobre duas reclamações contra o juiz.

Ganha-pão

Decisão unânime do STJ, tomada anteontem, vai mexer com o bolso... dos advogados. Ela determina que honorários elevados podem ser penhorados para pagamento de dívidas com a União. Turma anterior tinha considerado que eles eram “impenhoráveis”.

PRONTO, FALÊ!



Angela Portela
Senadora (PT-RR)

No Twitter: “O STF foi citado em todas as gravações. Não é hora de o Supremo dar uma satisfação à sociedade e mostrar que não admite a impunidade?”

26 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Teori homologa delação premiada de ex-presidente da Transpetro

STF autoriza colaboração de Sérgio Machado, que gravou conversas com políticos da cúpula peemedebista

Fausto Macedo
Mateus Coutinho

O ministro Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, homologou anteontem a delação premiada do ex-presidente da Transpetro, subsidiária de transporte e logística da Petrobrás que também está na mira da operação. Machado foi o pivô da queda do ministro do Planejamento Romero Jucá nos primeiros 12 dias do governo interino de Michel Temer.

Ex-líder do PSDB no Senado e depois filiado ao PMDB, Machado pode entregar membros da cúpula do partido que assumiu o poder com o afastamento temporário de Dilma Rousseff e acentuar a crise política. Com a homologação, a delação passa a ter valor jurídico e novos inquéritos poderão ser abertos para investigar políticos e pessoas sem foro privilegiado.

A homologação ocorre um dia após a reportagem da *Folha de S. Paulo* revelar gravações de conversas de Machado com Jucá em março, antes de ser votado pelo Congresso a abertura do impeachment de Dilma, nas quais eles falam em um "pacto nacional" para "estancar a sangria" da operação com a chegada de Michel Temer ao poder.

O episódio abalou o governo do peemedebista e levou à queda de Jucá, alvo de inquéritos da Lava Jato no Supremo sob a relatoria de Teori. Com a homologação, além das conversas comprometedoras, Machado também entregou às autoridades novos detalhes e novos nomes de políticos implicados na investigação que avança sobre o PT e representantes de partidos da base de Temer.

Também investigado, Machado vinha negociando o acordo de colaboração e gravou ainda conversas que manteve com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e com o ex-presidente José Sarney (PMDB). A divulgação das gravações causou apreensão no governo interino e preocupação com o envolvimento de outras pessoas da cúpula do PMDB.

A preocupação no PMDB é grande. O entendimento é de que Machado, para se livrar das acusações das quais é alvo na Lava Jato, entregou caciques do partido como o ex-presidente José Sarney e os senadores Renan Calheiros, Romero Jucá, Edison Lobão (PMDB-MA) e Jader Barbalho (PMDB-PA).

O ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa afirmou à Justiça Federal no Paraná que recebeu R\$ 500 mil de Machado – o dinheiro é suspeito de ser proveniente do esquema de corrupção. Nos diálogos com Jucá, Machado fala sobre sua preocupação em ser investigado pelo juiz Moro, na 1.ª instância.

Ontem, a *Folha* revelou também que Renan defendeu, em conversa gravada por Machado, uma mudança na lei de delação premiada. Segundo o peemedebista, em diálogo divulgado, é preciso impedir que alguém preso se torne delator. "Não pode fazer delação premiada preso. Porque aí você regulamenta a delação e estabelece isso", disse.

Aécio. No diálogo, Renan afirma que foi procurado pelo senador Aécio Neves (PSDB), que estava com medo para saber detalhes da delação do senador casado Delcídio Amaral. O PSDB divulgou nota afirmando que Machado tenta acusar sem provas Aécio e que, por isso, "será acionado na Justiça". "Fica cada vez mais clara a tentativa deliberada e criminoso de Sérgio Machado de envolver em suspeições o PSDB e o nome do se-

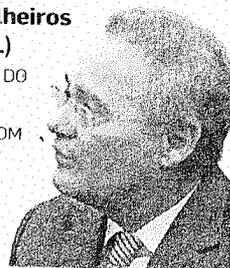
nador Aécio Neves, sem apontar um único fato que as justifique", diz a nota. / COLABORARAM DAIENE CARDOSO, RACHEL GAMARSKI e VALMAR HUPSEL FILHO

● Conversa

"Primeiro, não pode fazer delação premiada preso. Primeira coisa. Porque aí você regulamenta a delação e estabelece isso"

Renan Calheiros
(PMDB-AL)

PRESIDENTE DO
SENADO, EM
CONVERSA COM
SÉRGIO
MACHADO



27 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Educação. Juíza exigiu esclarecimentos sobre suposta 'reorganização gradual' da rede, com fechamento de séries iniciais – 1º e 6º anos do fundamental e 1º ano do médio; governo alega falta de demanda, ampliação do ensino médio diurno e municipalização

Estado admite à Justiça ter deixado de abrir séries iniciais em 158 escolas

Luiz Fernando Toledo

ESTADÃO
•edu

A rede estadual de ensino paulista deixou de abrir classes de 1.º e 6.º anos do ensino fundamental e 1.º ano do ensino médio, as chamadas "séries de entrada", em 158 escolas neste ano. Em resposta ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), obtida com exclusividade pelo Estado, as explicações vão de falta de demanda à ampliação do ensino médio diurno e municipalização, entre outros motivos.

O levantamento da Secretaria Estadual da Educação foi feito após a juíza Carmen Oliveira, da 5.ª Vara da Fazenda Pública, exigir esclarecimentos sobre uma suposta "reorganização gradual". No ano passado, a pasta anunciou o fechamento de 93 colégios para criar unidades de ciclo único, mas o governador Geraldo Alckmin (PSDB) adiou o projeto para 2017. Em novembro, o Estado já havia mostrado que seis escolas na capital, que não estavam na lista da reorganização, vetavam matrículas nas séries iniciais.

Em 45 páginas, a procuradora do Estado Mirna Cianci defende que a análise do governo estadual "vai ao contrário" da ideia das denúncias. A pasta nega a existência do procedimento e afirma que todos os casos são excepcionais. "Vários podem ser os motivos pelos quais em um determinado ano letivo uma unidade escolar forme ou não turmas de ingresso", justificou a procuradora.

A falta de demanda é apontada como razão para a não abertura de turmas em 73 unidades. "No processo dinâmico de composição das turmas, o número de classes – em continuidade ou novos ingressos – de um ano para outro, em uma mesma unidade escolar, pode ou não se manter o mesmo", diz o documento. Em 24 escolas, o motivo é a "excepcionalidade". "São escolas que apresentam um histórico de demanda instável ou situação específica que fez com que não houvesse, exclusivamente, neste ano letivo, os anos em questão", afirma.

A pasta defende que, mesmo sem essas classes, não houve aumento da média de alunos por sala, que permanece desde 2012 com 28 estudantes para os

anos iniciais do ensino fundamental, 32 para os anos finais e 35 para o ensino médio. Aparentou ainda uma redução de 1,41% no total de estudantes da rede.

Queixas. As alterações nas unidades, porém, já trazem efeito negativo aos alunos. Na Escola Estadual Orígenes Lessa, em Diadema, no ABC paulista, não houve abertura de classes para o 6.º ano do ensino fundamental. Os pais reclamam que as unidades para as quais os alunos foram transferidos – Padre José Anchieta e Jornalista Rodrigo Soares Junior – são distantes.

"A sorte é que minha filha já passou desse ano e continua matriculada, mas quem repetiu ou quem foi para o 6.º ano precisou sair. É difícil para a gente, que é trabalhador e não tem tempo de levar o filho", conta a dona de casa Djenane Prado, de 38 anos. "Não é tão longe, mas a pé não dá para ir nem deixar a criança ir sozinha", afirma. A justificativa do governo, conforme informado ao TJ-SP, é de que a escola passa por "reforma".

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

27 MAI 2016

No interior, além das escolas que compõem a lista, pais relatam novas ameaças de fechamento de salas. A vendedora autônoma Eliane Gonçalves Felipe, moradora do Portal do Éden, em Itu, ainda não sabe se a filha Stefany Ingrid, de 15 anos, vai permanecer na Escola Estadual Professora Mércia Maria Cazarini. “Estão querendo fechar a sala dela, que é do 6.º ano, e falam em agrupar com outra classe ou mudar de escola. Se tiver de mudar, vai ficar muito ruim”, diz.

Segundo Eliane, as mudanças foram anunciadas na reunião de pais, há cerca de um mês. “Foi colocado em pauta que ia fechar porque uma das classes tem pouco aluno. Se juntar as duas, aí fica aluno demais, então a opção seria transferir.”

A direção da escola não se manifestou. A Diretoria Regional de Ensino de Itu informou que não haverá extinção de classes. No dia 29 de abril, alunos de cinco escolas protestaram na frente da diretoria contra a proposta de reduzir as salas.

Questionamento. Apesar das negativas do Estado, o processo de fechamento de salas tem sido questionado pelo Ministério Público de Contas, que já sinalizou que entrará com uma representação pedindo mais esclarecimentos sobre a medida.

“É necessário verificar se o fechamento de salas, de fato, corresponde a uma queda de demanda ou se o Estado está sendo omissivo na busca ativa. Há jovens que deveriam estar na escola, seja nas séries finais, seja no ensino médio, e não estão. A única forma de comprovar que a diminuição é lícita é o Estado provar que esgotou todas as estratégias disponíveis de trazer de volta esses mais de 240 mil alunos”, diz a procuradora do MPC, Elida Graziane Pinto. / COLABOROU JOSÉ MARIA

TOMAZELA

● Reintegração no STF

O PSOL na Assembleia Legislativa ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) ação para impedir o Estado de fazer reintegração de posse sem mandado. O tribunal ainda vai analisar o pedido.

Secretaria nega 'reorganização velada' nos colégios

● A Secretaria Estadual da Educação nega, em nota, que tenha realizado na rede estadual paulista qualquer “reorganização velada”. “Todos os anos são abertas classes conforme a demanda de cada região. Nos últimos 20 anos, conforme dados da Fundação Seade, o Estado deixou de receber 2 milhões de estudantes”, informa a pasta.

De acordo com o órgão, “todo pedido de matrícula é atendido na rede estadual”. “Hoje, são mais de 613 mil cadeiras vazias aptas a serem ocupadas por alunos a qualquer momento, em classes já existentes com professores já contratados.”

A reorganização da rede está atualmente em discussão entre pais e a secretaria / L.F.T.

27 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

'Quando acordei, tinha 33 caras em cima de mim'

Jovem de 16 anos que sofreu estupro coletivo prestou depoimento; 4 foram identificados. Vídeo do crime causou revolta entre internautas

Luciana Nunes Leal / RIO

A adolescente de 16 anos que teve imagens publicadas nas redes sociais depois de ser vítima de estupro coletivo disse ontem, em depoimento a policiais da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), da Polícia Civil do Rio, que foi atacada por 33 homens armados de fuzis e pistolas. Ela contou que, no último sábado, fora visitar o namorado no morro do Barão, na Praça Seca, zona oeste carioca, e só lembra de ter acordado, no dia seguinte, "dopada e nua", em uma casa desconhecida, cercada pelos agressores.

De acordo com o *Jornal Nacional*, da TV Globo, quatro homens já foram identificados e tiveram a prisão preventiva pedida: Marcelo Miranda, Michel Brasil, Lucas Santos e Raphael Belo. Dois deles publicaram as imagens na internet e outro aparece no vídeo divulgado nas redes sociais.

No depoimento à Polícia Civil, reproduzido no site da revista *Veja*, a vítima contou que, depois de acordar, vestiu roupas masculinas e pegou um táxi para casa, no bairro da Taquara, também na zona oeste. A jovem é mãe de um menino de 3 anos.

Ainda de acordo com o depoimento, ela soube, na terça-feira, que um vídeo com imagens suas depois do estupro havia sido divulgado nas redes sociais e em sites de relacionamento.

Nesse mesmo dia, segundo as informações prestadas à polícia, ela voltou à favela e cobrou do chefe da quadrilha dos traficantes de drogas, não identificado, que devolvesse seu celular, possivelmente furtado no dia do estupro coletivo.

Segundo a jovem, o traficante disse não ter encontrado o celular, mas prometeu ressarcir-lhe o prejuízo. Disse também que se informaria sobre o estupro. A jovem identificou o namorado apenas como Petão, de 19 anos, que conheceu no colégio onde ambos estudam. A vítima disse que se relaciona com Petão há três anos. Ela afirmou que costumava usar ecstasy, lança-perfume e cheirinho da loló, mas que há um mês não se drogava.

No depoimento, a adolescente disse que está "profundamente abalada" e que, desde que foi estuprada, tem sentido muitas dores internas. Na manhã de ontem, ela foi submetida a exames no setor de ginecologia de uma maternidade da rede municipal de saúde. "Quando acordei, tinha 33 caras em cima de mim. Só quero ir para casa", disse ela ao sair do hospital, em declara-

ção reproduzida no site do jornal *O Globo*.

Antes do exame médico, ela prestou depoimento e foi periciada no Instituto Médico-Legal (IML). O pai, que a acompanhou na perícia, disse que, ao chegar em casa no domingo, encontrou a filha "gemendo de dor".

Em entrevista à rádio CBN, a avó afirmou ter ficado chocada com o vídeo, em que um dos homens faz menção a mais de 30 estupradores e afirma: "Essa aqui, mais de 30, engravidou". "O vídeo é chocante, eu assisti, ela está completamente desligada", disse a avó.

Segundo ela, a neta tem o hábito de passar alguns dias sem dar notícias, mas que a família nunca soube que tenha sofrido abusos sexuais. A avó levantou a suspeita de que o estupro coletivo tenha sido "vingança" do namorado, que teria suscitado de uma traição da garota. Os nomes da jovem e de seus parentes são mantidos em sigilo pela polícia.

CONTÍNUA

● Tolerância zero

A ONU Mulheres divulgou nota ontem em solidariedade à vítima e pediu à sociedade brasileira "a tolerância zero a todas as formas de violência contra as mulheres e sua banalização".

27 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Investigação. A publicação e o compartilhamento do vídeo da vítima depois do estupro causaram indignação entre internautas, que pediram que ninguém mais divulgasse o vídeo. As imagens mostram o órgão genital da jovem e a narração do responsável pela publicação: “Olha comotá (*sic*). Sangrando. Olha onde o trem passou. Onde o trem bala passou a marreta”.

Um dos responsáveis pela publicação no Twitter, identificado como Michel, escreveu: “Amassaram a mina, entendeu (*sic*) ou não entendeu (*sic*) kkkkk”. Foi publicada também uma fotografia de um dos homens diante do corpo da jovem deitado em uma cama.

O caso também é investigado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), que recebeu uma denúncia anônima do estupro coletivo e da divulgação das imagens nas redes sociais. Segundo o MP-RJ, cerca de 800 comunicações do caso foram feitas à Ouvidoria. A promotoria pediu que agora sejam encaminhadas apenas denúncias que tenham informações novas sobre o caso.

Barbárie. A Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB-RJ) classificou o caso como “barbárie”. “Os atos repulsivos demonstram, lamentavelmente, a cultura machista que ainda existe, em pleno século 21”, diz a entidade em nota. “Um estupro coletivo, com requintes de crueldade, no qual vários indivíduos perpetuaram a humilhação expondo, nas redes sociais, a dor da vítima”, afirma a entidade.

A OAB-RJ atenta ainda para o fato de que, para cada caso público de estupro, tantos outros permanecem ocultos, sem repercussão. “Precisamos lutar contra a violência em cada lar, em cada comunidade, em cada

bairro. A revolta e a mobilização são claros indícios de que a indignação social se faz fortemente presente”, diz a nota.

Diante do ocorrido, a OAB-RJ afirma que frases machistas, piadas sexistas e propagandas que tornam a mulher um objeto sexual devem ser combatidas, “sob o risco de se tornarem potenciais incentivadoras de comportamentos perversos”. A entidade está oferecendo assistência jurídica à família e afirma esperar que a lei prevaleça na punição aos responsáveis. /

COLABOROU IDIANA SILVEIRA
TOMAZELLI

No Piauí, 4 foram estupradas

No dia 27 de maio de 2015, quatro adolescentes sofreram um estupro coletivo em Castelo do Piauí, 194 quilômetros ao norte de Teresina. As vítimas, que tinham entre 15 e 17 anos, foram espancadas, apedrejadas, estupradas, amarradas e jogadas de um penhasco de oito metros de altura. Uma delas, Danielly Rodrigues Feitosa, de 17 anos, morreu.

Em julho, os acusados pelo crime – quatro menores, com idades entre 15 e 17 anos – foram condenados a 24 anos de internação, mas ficarão apenas 3. Um deles foi morto. Adão José Silva Sousa, de 42 anos, acusado de ser o mentor do crime, está preso.

27 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Uma mulher é violentada a cada 11 minutos no País

Foram 47,6 mil casos em 2014, mas nº pode ser maior; para cientista social, episódio do Rio é o 'mais grave do Brasil'

Fernanda Nunes / RIO

O estupro coletivo é “o caso mais grave já ocorrido no Brasil”, afirmou Samira Bueno, cientista social e diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), organização não governamental (ONG) que formula análises e pesquisa as estatísticas sobre a violência no País.

A especialista lembra que, até então, o episódio mais chocante havia sido o das quatro meninas do Piauí (*veja mais acima*). No caso carioca, disse Samira, além da quantidade de agressores, choca o fato de nenhum dos envolvidos ter tentado impedir a violência e “ainda terem postado o vídeo nas redes, se orgulhando do que fizeram”.

“O que chama a atenção é a brutalidade em pensar que mais de 30 homens estupraram a adolescente e nenhum deles, em momento algum, tentou impedir”, disse ela, que ressalta ainda o aspecto cultural da violência. “O estupro está vinculado à cultura machista e misógina, que entende que os homens têm direito de ferir a mulher.”

As estatísticas das Secretarias de Segurança Pública de todo País, reunidas pelo FBSP, mostram que mulheres de diferentes classes e raças são violentadas, “embora as negras sejam as principais vítimas letais”, segundo a cientista social. A vítima do estupro coletivo não é negra.

Uma mulher é estuprada no Brasil a cada 11 minutos, segundo estatística recolhida pela FBSP. Como apenas de 30% a 35% dos casos são registrados, é

possível que a relação seja “de um estupro a cada minuto”, de acordo com Samira. Ao todo, no Brasil, 47,6 mil mulheres foram estupradas em 2014, última estatística divulgada. No Estado do Rio, foram 5,7 mil casos.

Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), órgão vinculado à Secretaria de Segurança do Estado, revelam 507 queixas de estupro na cidade do Rio, neste ano. O número é 24% inferior ao de igual período (janeiro a maio) de 2015, quando houve 670 registros. Na região da 28.ª Delegacia de Polícia, que inclui a Praça Seca, onde aconteceu o estupro coletivo, foram registrados 20 casos em 2016.

Redes. Ontem, as redes sociais foram inundadas de campanhas contra a violência sexual contra mulheres. Fotos de perfis foram cobertas com as frases “Precisamos falar sobre a cultura do estupro” e “Eu luto pelo fim da cultura do estupro”. Em outra campanha, a imagem de uma mulher sangrando, pendurada como Jesus à cruz, era disseminada nas redes. Usuários ainda compartilharam mensagens como “Não foram 30 contra 1, foram 30 contra todas. Exigimos justiça!”.

27 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Janot é 'mau caráter', diz presidente do Senado

Renan Calheiros xinga procurador-geral em diálogo gravado por Machado; políticos do PSDB, DEM e PSB são citados na conversa sobre a Lava Jato

Em uma das conversas gravadas pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), chama o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de "mau caráter". Machado também xinga o procurador e se queixa da Operação Lava Jato. Ele é alvo das investigações e teve a delação homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

No diálogo, ocorrido em 11 de março e revelado ontem pelo *Jornal Hoje*, da TV Globo, Machado diz a Renan que Janot "é o maior mau-caráter da face da terra". O presidente do Senado concorda: "Mau caráter! Mau-caráter! E faz tudo que essa força-tarefa (*Lava Jato*) quer".

Para o ex-presidente da Transpetro, o procurador-geral "quer sair como herói". Machado diz a Renan que é preciso "encontrar uma fórmula de dar um chega pra lá nessa negociação ampla pra poder segurar esse pessoal (*Lava Jato*)". "Eles estão se achando o dono do mundo", afirmou. Em resposta, Renan repetiu: "Dono do mundo".

Renan é alvo de ao menos nove inquéritos no Supremo Tribunal Federal. Machado também é investigado. Por temer que seu processo fosse remetido ao juiz Sérgio Moro, o ex-presidente da Transpetro aceitou fazer delação em investigações envolvendo autoridades. Machado é próximo da cúpula do PMDB e tinha em Renan o principal fiador político para comandar a subsidiária da Petrobrás.

Procurado, Janot não quis comentar o teor das gravações. Nas redes sociais, integrantes do Ministério Público Federal ironizaram o diálogo. A procuradora Monique Cheker postou

um gif do ator Leonardo Di Caprio batendo palmas para parabenizar Janot por incomodar políticos sob investigação.

Mais queixas. Na conversa, Machado e Renan mencionam outros políticos de forma depreciativa. O presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG), é citado pelo ex-presidente da Transpetro como "o cara mais vulnerável do mundo", frase com a qual Renan concorda.

Machado ainda se refere ao líder do DEM na Câmara, deputado Pauderney Avelino (AM), e ao ministro da Educação, Mendonça Filho, do mesmo partido. O ex-presidente da Transpetro diz não existir "cara mais corrupto" que Avelino e levanta suspeitas sobre Mendonça, após Renan mencionar o nome do hoje titular da Educação.

O presidente do Senado ainda afirma ter dito a Aécio e ao hoje ministro de Relações Exteriores, José Serra (PSDB), que botaria "na roda" o presidente do DEM, senador José Agripino (RN), e o também senador Fernando Bezerra (PSB-PE). Antes, Machado havia citado Agripino como potencial "parceiro".

Pauderney Avelino disse nunca ter conversado com Machado e atribui a ele "desespero". "Minha resposta a este ataque é manter-me firme no projeto de reconstrução do País." Em nota, Mendonça Filho afirma que a gravação "comprova que sua atuação como líder oposicionista ao governo do PT incomodou". Agripino disse que a menção a seu nome não faz sentido e que apoia a Lava Jato.

Em nota, o PSDB afirmou não existir nas gravações qualquer acusação contra o partido ou contra Aécio e que o partido vai processar Machado. Bezerra não quis comentar o caso e a assessoria do Itamaraty informou não ter localizado Serra para comentar o caso.

• Intocáveis

Renan disse que "não pode se responsabilizar por considerações de terceiros sobre pessoas, autoridades ou o quadro político nacional". Ele afirmou que as apurações da Lava Jato "são intocáveis".

28 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Os juízes federais e a Lava Jato

Numa demonstração de maturidade institucional, juízes federais superaram antigas animosidades corporativas e reconheceram publicamente a eficiência

com que os procuradores da República que integram a força-tarefa da Operação Lava Jato, em Curitiba, vêm combatendo a corrupção e defendendo o império da lei. Depois de enumerar de modo pormenorizado as principais contribuições dos integrantes dessa operação, a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) atribuiu nota dez ao seu desempenho, conferindo-lhes o prêmio “Boas Práticas de Gestão” de 2016.

Segundo a Ajufe, os procuradores responsáveis pela Lava Jato teriam mudado os paradigmas de combate aos crimes de improbidade, formação de cartel e lavagem de dinheiro, sempre agindo com transparência e respeito à ordem jurídica. A entidade afirma que eles coordenaram investigações complexas em dezenas de localidades, utilizando de forma inteligente as inovações introduzidas nos últimos anos no direito penal econômico brasileiro, como é o caso do acordo de colaboração.

Graças a esse mecanismo, que permite a recuperação de valores de origem criminosa de forma antecipada e mais rápida do que era possível com os meios normais de investigação, a Operação Lava Jato recuperou mais de R\$ 500 milhões, entre 2014 e 2016. Antes dela, o total repatriado era de apenas R\$ 45 milhões. “Além de tornar mais eficiente a persecução penal em juízo, os 49 acordos de colaboração também viabilizaram 42 denúncias contra 207 pessoas por crimes graves, com 93 condenados a quase mil anos de prisão”, registrou a Ajufe, elogiando a força-tarefa de Curitiba.

A entidade também lembra que os procuradores da República souberam utilizar as redes de cooperação

internacional para investigar sofisticados esquemas de ocultação de propriedade e elisão de identidade. Adaptando-se muito mais à complexidade técnica do crime organizado no mundo globalizado do que os grandes escritórios de advocacia do País, eles encaminharam mais de cem pedidos de cooperação jurídica internacional a 30 países e utilizaram as informações para montar um *big data* capaz de analisar dados relativos a 1.177 procedimentos criminais. Até a Operação Lava Jato, os delitos investigados pelo Ministério Público tinham a ver apenas com acordos e pagamentos diretos ou pessoais e as técnicas de investigação mais usadas limitavam-se a buscar evidências de contato entre suspeitos, transferência de valores, vídeos e indicativos de locais de reuniões com participação de criminosos.

Recorrendo a programas de software e modelos estatísticos, agindo como peritos e promovendo acordos com o Tribunal de Contas da União, a Comissão de Valores Mobiliários, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica e a Corregedoria-Geral da União, os procuradores da República de Curitiba passaram a buscar padrões e discrepâncias na análise de imensas quantidades de papéis, cruzando informações, rastreando inconsistências e desmontando cadeias de documentos falsos e pessoas interpostas – como representantes e mandatários – especialmente criadas para esconder a identidade dos beneficiários de propinas e recursos desviados de forma fraudulenta.

Ao justificar o prêmio concedido aos procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato, a Ajufe fez ainda três afirmações importantes. A entidade lembrou que os procuradores sempre se preocuparam em não desprestigiar regras processuais básicas, para não dar margem a pedidos

de nulidade por parte dos advogados de acusados. Também reconheceu que os procuradores souberam angariar o apoio da sociedade com base em modernas estratégias de comunicação social, incluindo em seu site um sistema de informações sobre as denúncias, acusações e provas que já recebeu mais de 1 milhão de consultas. E, por fim, afirmou que procuradores da República eficientes são essenciais para que os juízes federais de todas as instâncias também sejam eficientes, o que confere legitimidade e autoridade ao sistema de Justiça. Esse respeito que uma categoria profissional demonstra ter pela outra é essencial para depuração ética da vida política brasileira.

28 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo proíbe 'processos ocultos' na Corte

Esse tipo de ação nem sequer aparece em sistema, o que dificultava localização de processos envolvendo políticos

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, assinou resolução proíbe os "processos ocultos" na Corte. Esse tipo de ação não aparece nem sequer como referência nos dados digitalizados no sistema do tribunal. Até agora, os chamados processos ocultos só podiam ser consultados pelo ministro-relator ou pela Procuradoria-Geral da República.

Com o fim desse tipo de tramitação será possível verificar, inclusive, a existência de investigações contra políticos que hoje estão ocultas no sistema do STF. Os processos devem continuar tramitando sob sigredo de Justiça, mas a população poderá saber, ao menos, se há ou não uma investigação envolvendo uma autoridade.

Esse modelo passou a ser usado com mais frequência pela Corte por causa da Operação Lava Jato, pois havia o receio por parte de integrantes do Ministério Público Federal que a publicidade dos processos pudesse atrapalhar o avanço das investigações.

A assessoria do STF informou não haver estimativa do número de processos ocultos em tramitação. Esse levantamento será feito a partir de dados dos gabinetes de cada ministro. Pelos cálculos de técnicos do Supremo, porém, havia mais de 700 processos ocultos que já foram arquivados.

Antes da proibição determinada pelo STF, o mais provável era que a eventual abertura de um processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff, por exemplo, tramitasse de maneira oculta. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu a instauração de inquérito contra a petista por suposta tentativa de obstruir a Lava Jato.

A justificativa dada pelo presidente do Supremo para editar a resolução que extingue os processos ocultos é que a medida atende aos princípios constitucionais da publicidade, do direito à informação, da transparência e também aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Lewandowski também afirma que a medida visa "melhor disciplinar a classificação e tramitação do crescente número de documentos e feitos de natureza sigilosa" que ingressam na Corte.

Segundo o **Estado** apurou, Lewandowski conversou com alguns ministros do STF antes de assinar a resolução, que data do dia 25. Interlocutores do presidente do Supremo afirmam que a medida foi vista com bons olhos pelos magistrados, inclusive pelo ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato.

O Supremo destaca que a nova resolução não vai causar prejuízo às investigações criminais, uma vez que as medidas cautelares serão mantidas em sigilo até sua execução, a fim de que a coleta da prova não seja prejudicada. De acordo com o texto, "os requerimentos de busca e apreensão, quebra de sigilo telefônico, fiscal e telemático, interceptação telefônica, dentre outras medidas necessárias no inquérito, serão processados e apreciados, em autos apartados e sob sigilo".

OAB. Em nota, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) elogiou a resolução. "A transparência é um valor salutar para a democracia e para o bom funcionamento do Judiciário", diz o presidente da OAB, Claudio Lamech. **/I.P., C.A. e GUSTAVO AGUIAR**

Ações são as mais 'fechadas'

Os chamados processos ocultos são bem mais fechados do que os que correm em sigredo de Justiça. Nem mesmo o número de registro dessas ações aparece no sistema do Supremo Tribunal Federal. É como se eles simplesmente não existissem para as pessoas comuns.

O selo de oculto costumava ser recomendado pela Procuradoria-Geral da República quando o órgão julgava necessário o mais alto grau de sigilo para a investigação de uma autoridade política. Mas, conforme resoluções internas e o regimento da Corte, cabe ao relator definir se um processo será aberto, sigiloso ou oculto.

Os procedimentos ocultos só podem ser consultados pelo ministro-relator e pela Procuradoria.

Os casos sob sigredo de Justiça têm número e o trâmite pode ser visualizado por qualquer cidadão, mas o conteúdo das decisões não pode ser acessado.

'A sociedade naturaliza a cultura do estupro'

Para estudiosa de gênero, produção cultural torna comum ideia de que 'homem não consegue se conter'

Giovana Girardi

O estupro coletivo sofrido por uma adolescente de 16 anos no Rio levantou uma questão: vivemos uma cultura do estupro? Para responder, o **Estado** falou com a professora de Antropologia da USP Heloisa Buarque de Almeida, que coordenou o programa USP Diversidade quando vieram a público os casos de estupro na Faculdade de Medicina. Hoje ela participa da rede Não Cala.

● **Nós vivemos numa cultura de estupro? O que isso significa?**

Para entender o que isso tem a ver com o Brasil, é preciso pensar no tipo de produção cultural que a gente tem, que por um lado naturaliza a desigualdade entre homens e mulheres e por outro torna as mulheres objetos e traz a ideia de que o homem não consegue se conter. Como se o homem fosse uma espécie de bicho descontrolado. O que não é verdade porque, se fosse assim, todos os homens seriam predadores sexuais. Um caso clássico é o de uma propaganda de cerveja do carnaval do ano passado que dizia "deixei o não em casa", que sugere que a mulher diz 'não', mas no fundo quer dizer 'sim'. As pesquisas com violência contra as mulheres mostram que o estupro é muito mais comum do que a gente imagina, acontece de modo muito mais corriqueiro. Estudo recente do Ipea calculou

que 10% a no máximo 30% dos casos são de fato denunciados. Isso porque vivemos numa sociedade que nutre a ideia que se uma menina denuncia um estupro, a primeira coisa que acontece é cair a culpa sobre ela. Sabem que vão perguntar: mas você estava bêbada ou de minissaia. Isso é naturalizado em várias produções culturais. Temos músicas que descrevem cenas que parecem estupro e tocam como se fosse normal.

● **Muita gente tem dito: em vez de ensinar a menina a não ser estuprada, tem de ensinar os meninos a não estupro. É só uma questão de educação?**

A primeira coisa que tem de acontecer é punir os agressores. Hoje pune-se muito pouco esse tipo de caso. Muitos dos BOs que fizemos de casos na Universidade de São Paulo nem sequer foram investigados. Mas não basta punir. Educação é fundamental. É urgente falar de gênero na escola. Quando um menino pequeno está na escola, chora, e o pai fala: 'homem não chora, bata no menino que bateu em você', ele aprende que não pode expressar seu sentimento a não ser pela agressão. É ainda dominante uma cultura que os meninos têm de saber se defender. A gente ensina a se expressar pela violência. Tem de educar os meninos a ser amigos das meninas.

● **E isso aparece também no discurso de artistas, políticos.**

É assustador que esse caso venha à tona num dia em que vemos o Alexandre Frotã, que contou como piada na TV uma cena de estupro, indo ao Ministério da Educação. O que ele fez na TV foi um exemplo clássico de cultura do estupro. O que ele pode propor sobre educação? Outro exemplo foi quando o deputado Jair Bolsonaro falou para a deputada Maria do Rosário, que ela não merecia ser estuprada. Como se estupro fosse um elogio. Ele naturalizou o estupro como se fosse algo que as mulheres merecessem. Por isso é urgente problematizar a violência contra a mulher.

Jovem de 17 anos é violentada por 5 no Piauí

Juiz determinou a soltura de 4 menores apreendidos; eles negam participação e acusam rapaz maior de idade

Luciano Coelho

ESPECIAL PARA O ESTADO
TERESINA

Uma jovem de 17 anos foi drogada e estuprada por cinco homens no município de Bom Jesus, a 635 km ao sul de Teresina, na sexta-feira da semana passada. A vítima foi encontrada seminua e amordaçada com a própria roupa em uma construção no centro da cidade. O crime foi praticado por um jovem de 18 anos e quatro menores, com idades entre 15 e 17 anos, que foram apreendidos. Ontem, o juiz de Bom Jesus, Heliomar Rios Ferreira, determinou a soltura dos quatro jovens.

A garota foi socorrida e levada para o Hospital Regional de Bom Jesus, onde foi feito exame de corpo de delito. A vítima chegou a ficar em coma induzido durante a recuperação.

Em depoimento à polícia, os adolescentes negam participação no estupro e confirmam que o jovem de 18 anos manteve relações sexuais com a menor. O rapaz de 18 anos confessou que teve relações sexuais, mas negou o uso de violência. Ele continua preso.

De acordo com o delegado Aldely Fonteneli, o laudo pericial confirmou que houve estupro, mas falta a comprovação do envolvimento dos adolescentes. A polícia fez coleta de material genético e o resultado dos exames deve demorar um mês.

A promotora Gabriela Almeida Santana disse que se surpreendeu com a normalidade com que os menores encararam o abuso praticado contra a jovem.

“Como eles estão na mesma cela, a impressão é que eles combinaram depoimentos. Nenhum dos quatro esboçou arrependimento. Eles negam participação e se mostraram muito tranquilos, falam a mesma versão com riqueza de detalhes. Não acredito na versão”, disse.

Ela havia pedido a transferência dos quatro menores para o Centro de Internação Provisória, em Teresina. Eles estariam sofrendo ameaças. O juiz negou e determinou a soltura.

Morte. Há um ano, quatro adolescentes sofreram um estupro coletivo em Castelo do Piauí, 194 km ao norte de Teresina. As vítimas, que tinham entre 15 e 17 anos, foram espancadas, apedrejadas, estupradas, amarradas e jogadas de um penhasco de oito metros de altura. Uma delas, Danielly Rodrigues Feitosa, de 17 anos, morreu.

Pai é preso por abusar de filha de 7 anos no Sul

PORTO ALEGRE

Um homem foi preso antontem suspeito de abusar sexualmente de suas quatro filhas. O crime aconteceu em Gravataí, na Grande Porto Alegre. Segundo a Polícia Civil, as meninas têm entre 2 e 7 anos de idade. O rapaz, de 31 anos, tem antecedentes criminais por lesão.

Uma perícia realizada na menina de 7 anos comprovou que ela foi estuprada. A polícia ainda aguarda o resultado dos exames das irmãs.

Segundo investigações da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Gravataí, o pai das meninas mantinha relações sexuais com a filha.

Um parente das crianças, em depoimento à polícia, disse que já suspeitava dos abusos pelo menos há dois anos e havia alertado a mãe das meninas, que ignorou o fato. A denúncia chegou ao conhecimento da polícia na semana passada, durante evento da Semana de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Diretoras e professoras da escola onde elas estudam confirmaram que já suspeitavam do caso.

As meninas foram retiradas de casa por policiais e promotores da Infância e Juventude. O homem foi levado ao Presídio Central da capital. / **LUCIANO NAGEL, ESPECIAL PARA O ESTADO**

A vitória da toga sobre o colarinho branco

Um dos muitos sentidos do substantivo “constituição” é este: modo peculiar de ser das

coisas. Modo único de ser de tudo o que existe, pois o fato é que nada é igual a nada. Tudo é absolutamente insimilar, aqui, neste planeta, e alhures. Daí que, já em sentido jurídico e grafada com a inicial maiúscula, Constituição signifique o modo juridicamente peculiar de ser de um povo soberano. Modo juridicamente estruturante de ser, entenda-se. Isso por peculiar, ela, a Constituição, as linhas de montagem tanto do Estado quanto da sociedade, no âmbito territorial em que tal povo exerce a sua soberania.

Outro dado a considerar: essa espécie de Constituição (a originária) é habitualmente designada por sinônimos. Ora é chamada de Lei das Leis, ora de *Lex Maxima*, ora de Magna Carta, ora de Código Político. Explico. Lei das Leis, por ser a única lei que o Estado não faz, e no entanto se faz de todas as leis que o Estado faz. *Lex Maxima*, pela sua hierarquia superior às demais leis do Estado, aqui inseridas as próprias emendas a ela, Constituição. Magna Carta ou mesmo Lei Fundamental, por consubstanciar os princípios e regras que fundamentam ou cimentam ou elementarizam a personalidade humana. Finalmente, Código Político, pela referida característica de estruturar com inicialidade o Estado e a própria sociedade. Perceptível que estruturar com inicialidade o Estado é fazê-lo com todos os órgãos elementares dele. Tanto o bloco daqueles órgãos concebidos para governar (Poder Legislativo e Poder Executivo) quanto o bloco daque-

Os passos da Lava Jato não têm no Sistema de Justiça um súbito e intransponível muro

les que não governam, mas impedem o desgoverno (Pólice Judiciária, Ministério Público, Tribunais de Contas e Poder Judiciário, em especial).

Um outro sinônimo, todavia, ousou propor como dotado de préstimo instrumental para o melhor entendimento da Constituição. É a locução “Carta Mãe”. Isso porque toda Constituição originária é matriz de um Estado e de um Ordenamento Jurídico, ambos *novinhos em folha*. Mãe que jamais nasce sozinha, entretanto. O seu partejamento se faz acompanhar do partejamento da Ordem Jurídica em sentido objetivo e do Estado em sentido subjetivo. É como dizer: a Constituição parteja a si mesma e dá à luz, simultaneamente, Ordem Jurídica de um povo soberano. Dois nascimentos a um só tempo. Como sucede com toda mulher que se faz mãe pela primeira vez. Mulher que traz à vida cá de fora o seu bebê e ainda nasce enquanto mãe mesma. E nasce enquanto mãe mesma porque até então o que havia era tão somente a figura da mulher. Não propriamente a figura da mãe. Dando-se que a Ordem Jurídica é o rebento objetivo da Constituição, tanto quanto o Estado é esse mesmo rebento, mas numa acepção subjetiva.

Sucedem, porém, que a Constituição é um tipo de mãe que jamais emancipa de todo o seu rebento. Este lhe deve obediência o tempo todo. Seja enquanto Ordem Jurídica, seja enquanto Estado. Noutros termos, a Constituição é mãe que nasce para conviver por cima,

o tempo inteiro, com o seu filho. Compondo com ele um só Sistema de Direito Positivo ou, simplesmente, Sistema Jurídico. É o que se chama de princípio da supremacia da Constituição, para cuja irrestrita obediência ela concebe e monta um Sistema de Justiça, principalmente. Um Sistema de Justiça que, em dimensão federal, incorpora a Advocacia-Geral da União, os advogados privados, a Defensoria Pública e o Ministério Público da mesma União, tudo afunilando para o Poder Judiciário e, no âmbito deste, para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Lei Suprema a ser definitivamente guardada por um Tribunal Supremo como penhor de segurança jurídica máxima.

E agora que vem o necessário link normativo: o Sistema de Justiça brasileiro não tem “fagocitado” (Wellington Lima e Silva) ou por qualquer forma traído o Sistema Jurídico igualmente brasileiro. Não tem resvalado para esse pantano da mais ignominiosa teratologia funcional e jamais poderia fazê-lo, pois sua legitimidade provém do sistema que o antecede. Uma coisa a se seguir a outra, necessariamente, numa típica relação de causa e efeito. O Sistema Jurídico enquanto causa, o Sistema de Justiça enquanto efeito. Mas um Sistema Jurídico de que faz parte a Constituição mesma, torno a dizer, na singularíssima posição de fonte, ímã e bússola do Direito Positivo que a ela se segue ou que nela se fundamenta.

CONTINUA

29 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Concluo. Tenho o domínio dessas elementares noções como imperioso para o entendimento do juízo de que os passos da chamada Operação Lava Jato não têm no Sistema de Justiça brasileiro um súbito e intransponível muro. Ao contrário, tal Sistema de Justiça operou como sua chave de ignição e, depois, passou a operar como segura ponte para decisões que devem ser tão objetivas quanto não partidárias. Não seletivas em face de ninguém nem de partidos ou blocos políticos, porque assim é que determina o Sistema Jurídico igualmente brasileiro. Sistema tão jurídico quanto serviente do princípio republicano de que “todos são iguais perante a lei”, nos termos da parte inicial da cabeça do art. 5.º da Constituição. Por isso que a regular continuidade dela, Operação Lava Jato, ganhou vida própria. Tornou-se um imperativo natural. Emancipou-se de quem quer que seja e se vacinou contra qualquer tentativa de obstrução ou estrangulamento. Venha de quem vier, individual ou coletivamente. Tudo porque essa regular continuidade ganhou status de depurado senso de justiça material do povo brasileiro. Questão de honra nacional. Símbolo de uma luminosa era que, deitando raízes no julgamento da Ação Penal 470 (prosaicamente conhecida por “mensalão”), acena com a perspectiva do definitivo triunfo da toga sobre o colarinho branco dos mais renitentes e enquadrilhados bandidos. Afinal, como oracularmente sentenciou Einstein, “quando a mente humana se abre para uma nova ideia, impossível retornar ao seu tamanho primitivo”.

EX-PRESIDENTE DO STF

29 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Delação não livra Sérgio Machado dos atos de Moro

Mesmo com acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal, **ex-presidente** da Transpetro segue investigado na 1.^a instância

Ricardo Brandt

As gravações do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado com políticos do PMDB, feitas como parte de sua estratégia para conseguir o acordo de delação premiada homologado pelo Supremo Tribunal Federal, não afastam a possibilidade dele ser julgado na 13.^a Vara Federal, em Curitiba – origem e sede dos processos em primeiro grau da Operação Lava Jato.

Considerado o novo “homem-bomba” do escândalo Petrobrás, o medo de Machado é ser julgado pelo juiz Sérgio Moro – responsável por 158 prisões e 93 condenações no caso.

Até aqui, foram tornadas públicas conversas com o presidente do Senado, Renan Calheiros (AL), o ex-presidente José Sarney (AP) e o senador Romero Jucá (RR) – exonerado do cargo de ministro do Planejamento, um dia após a divulgação dos conteúdos. Nos áudios, os peemedebistas mencionam a preocupação com a prisão de Machado, por Moro, e os avanços da Lava Jato, em Curitiba.

Com um rombo no caixa da Transpetro reconhecido em balanço de R\$ 256,6 milhões por desvios em contratos de R\$ 8 bilhões, um adiantamento de R\$ 511 milhões para estaleiros de empreiteiras do cartel acusado de

Sarney diz que Lula se arrepende por eleição de Dilma

● Em novas gravações feitas pelo ex-diretor da Transpetro Sérgio Machado, o ex-presidente José Sarney diz que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva se arrependeu de escolher Dilma Rousseff para ser sua sucessora. Os áudios foram divulgados ontem pelo *Jornal Hoje*, da TV Globo.

Segundo o telejornal, embora Lula não seja citado nominalmente, os investigadores dizem que o petista é o objeto da conversa. “Ele me disse que o único arrependimento que ele tem é ter eleito a Dilma. O único erro e o mais grave de todos”, diz Sarney a Machado.

Em nota, o Instituto Lula qualificou como “nojenta” a divulgação de “conversas armadas” para comprometer o ex-presidente.

.....
corrupção na Petrobrás e a confissão de três delatores sobre propinas nos negócios da subsidiária, Machado segue investigado em um inquérito aberto em Curitiba.

É nessa apuração que o ex-executivo da Transpetro ainda pode virar réu de Moro pelos crimes praticados por ele de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Investigadores e advogados especialistas em delação, ouvidos em reservado, avaliaram que ao arrastar políticos da cúpula do PMDB com foro privilegiado para o centro do escândalo, a delação premiada de Machado pode ter afastado temporariamente o risco de uma prisão preventiva decretada em Curitiba – tratada nas conversas como a “Torre de Londres”, referência ao castelo inglês que nos séculos 16 e 17 foi prisão e local de torturas. Mas não afasta a possibilidade de denúncia criminal contra ele por crimes na Transpetro – a não ser que o Supremo expressamente proíba esse desmembramento.

Em outros casos da Lava Jato, como o que envolve suposto recebimento de propina pelo presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o ministro Teori Zavaski – relator da Lava Jato no STF – mandou seguir com Moro os processos contra sua mulher, Cláudia Cruz, e contra outros delatores, como o ex-diretor da Petrobrás Nestor Cerveró.

CONTINUA

Temor. Machado expressou, nos diálogos, o medo de ser preso por Moro. “Ele (*Rodrigo Janot, procurador-geral da República*) acha que no Moro, o Moro vai me prender, e aí quebra a resistência e aí... Então, a gente precisa ver. Andei conversando com o presidente Sarney, como a gente encontra uma... porque se me jogar lá embaixo (*Curitiba*) eu tô f...”, afirma Machado, em diálogo com Renan – principal investigado no inquérito que resultou na delação de Machado, em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

Os números de revisão de prisões e sentenças do juiz da Lava Jato mostram que o temor de Machado tem fundamento. Dos 372 habeas corpus e recursos em habeas corpus apresentados pelas defesas contra acusações, desde 2014, apenas 3,5% prosperaram no Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, segundo balanço do início do mês feito pela Procuradoria da República.

Com indícios de existência na Transpetro de um tentáculo do esquema de cartel e corrupção descoberto na Petrobrás, a força-tarefa do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, em Curitiba, considera ter elementos para imputar a Machado crimes. No esquema “sistêmico” de “propina tabelada”, como classificou Moro, políticos do PT, PMDB e PP, em conluio com empresários e agentes públicos, lotearam postos-chave nas estatais e suas subsidiárias para arrecadar de 1% a 3% nos contratos públicos – um desvio de mais de R\$ 20 bilhões, em 10 anos.

Segundo a investigação, Machado seria um braço do PMDB na Transpetro, sustentado no cargo por Renan, que arrecadou valores para membros do partido e para benefício próprio. Ele ocupou a presidência da companhia desde o primeiro ano do governo do PT, com Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, até ser afastado, no início de 2015, com Dilma Rousseff, por ter o nome citado no escândalo da Petrobrás.

A apuração em Curitiba foi aberta após confissão do primeiro delator da Lava Jato, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto Costa. Ele citou ter recebido propina de R\$ 500 mil de Machado, referente a contratos de afretamentos de navios. Desde então, outros dois delatores comprometeram o ex-presidente da Transpetro: o dono da UTC, Ricardo Pessoa, que diz ter pago R\$ 1 milhão em um contrato, e o senador cassado Delcídio Amaral (sem partido-MS), que ligou Machado ao presidente do Senado e ao esquema de propinas.

Defesas. Procurado por meio de sua assessoria de imprensa, Sérgio Machado não foi encontrado para comentar o caso.

A assessoria da Transpetro afirma que a subsidiária “não fez qualquer desses pagamentos indevidos” apontados na Lava Jato. Em balanço contábil, a companhia admitiu perda de R\$ 256 milhões e informou “que está acompanhando e colaborando com as investigações”, além de ter aprofundado em 2015 as medidas de compliance para evitar mais prejuízos. “Não toleramos qualquer prática de corrupção e consideramos inadmissíveis práticas de atos ilegais envolvendo os nossos empregados.”

29 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Crime. Unidades de saúde do País recebem por dia 405 agredidas; maioria tem entre 12 e 17 anos, como as garotas dos casos recentes no Rio e no Piauí. Especialistas apontam para necessidade de romper com 'lógica justificadora' que culpa vítimas pelos crimes

A cada 4 minutos, 1 mulher dá entrada no SUS vítima de violência sexual e física

Marco Antônio Carvalho

Os atendimentos a mulheres vítimas de violência sexual, física ou psicológica em unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) somam, por ano, 147.691 registros – 405 por dia, ou um a cada quatro minutos. A maior procura por serviços de saúde após casos de agressão se dá entre adolescentes de 12 a 17 anos, faixa etária das duas vítimas de estupro que ganharam repercussão na semana passada, no Rio e no Piauí. Especialistas apontam para a necessidade de se encerrar a “lógica justificadora” que tenta lançar para as vítimas a culpa pelos crimes.

Os dados integram o *Mapa da Violência – Homicídio de Mulheres*, um dos mais respeitados anuários de violência do País. As estatísticas foram reunidas com base no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, que registra os atendimentos na rede do SUS. O relatório mostra que Mato Grosso do Sul, Acre, Roraima, Tocantins e Minas lideram a lista de Estados com as maiores taxas de procura por atendimento.

O registro mais recente do Sinan contém dados de 2014 – o estudo foi concluído no fim de

● Educação de gênero

“Há que se fazer um trabalho sério na educação de gênero, sobre uma cultura que respeite os direitos das mulheres. Caso contrário, daqui a alguns anos estaremos aqui novamente falando de casos bárbaros e cruéis como esses do Rio.”

Silvia Chakian

PROMOTORA DE SÃO PAULO

2015. O cônjuge da vítima aparece como o agressor mais frequente, responsável por 22,5% das ocorrências; outras pessoas próximas de adolescentes e mulheres também são apontadas como responsáveis por ataques, como namorado, ex-namorado, irmão, pai e padrasto. Em só 13% dos casos, a agressão é cometida por uma pessoa desconhecida. No caso do Rio, um dos suspeitos é ex-namorado da vítima de 16 anos que diz ter sido atacada por mais de 30 homens no Morro da Barão.

“A normalidade da violência contra a mulher no horizonte cultural do patriarcalismo justifica, e mesmo ‘autoriza’, que o homem pratique essa violência, com a finalidade de punir e corrigir comportamentos femininos que transgridem o papel esperado de mãe, esposa e dona

de casa”, aponta o *Mapa da Violência – Homicídio de Mulheres*.

“Culpa-se a vítima pela agressão, seja por não cumprir o papel doméstico que lhe foi atribuído, seja por ‘provocar’ a agressão dos homens nas ruas ou nos meios de transporte, por exibir seu corpo.”

Ao Estado, Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador da pesquisa e da área de estudos sobre violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), reforça a tese e diz ver uma reação conservadora à tentativa de ampliação de direitos pelas mulheres. “Na medida em que se criam condições sociais de proteção, mais violento se torna o agressor. É uma reação conservadora do patriarcalismo machista que persiste no Brasil”, diz Waiselfisz. “E, hoje, estamos assistindo a uma cultura em que se está permitindo esse tipo de violência.”

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

29 MAI 2016

Reincidência. Os dados do *Mapa da Violência* mostram também que são as mulheres jovens as que mais voltam para novos atendimentos no SUS após outros casos de violência. “A violência contra a mulher é mais sistemática e repetitiva do que a que acontece contra os homens. Esse nível de recorrência da violência deveria ter gerado mecanismos de prevenção, o que não parece ter acontecido”, diz Waiselfisz.

Para a secretária nacional de Direitos Humanos, Flávia Piovesan, “é fundamental trabalhar em educação e capacitação dos operadores da segurança pública e da Justiça para que entendam que a violência contra a mulher é gravíssima violação dos direitos humanos”.

Ao **Estado**, ela afirma também que são necessárias três linhas de enfrentamento do problema. “Precisamos adotar medidas eficazes no que se refere ao dever do Estado de investigar, processar e punir essas violações sob a perspectiva de gênero; adotar todas as medidas para dar total e integral apoio e assistência às vítimas; e adotar medidas preventivas, fomentando educação com parâmetros não sexistas e igualitários. Isso é o mais difícil”, diz Flávia.

Para a promotora paulista especialista em combate à violência doméstica Silvia Chakian, a solução passa pelo combate à impunidade dos agressores, mas também exige medidas educativas. “Os criminosos merecem uma punição exemplar, e essa punição tem de ser divulgada para a sociedade para combater a sensação de impunidade.”

Silvia destaca que o crime do Rio foi seguido por compartilhamentos de vídeos na internet por pessoas que faziam “piadas machistas e julgamento moral”. “Que sociedade é essa que um sujeito compartilha a prova do crime e se gaba dela? E quem são as milhares de pessoas que viram e compartilharam esse material, ajudando a perpetuar esse sofrimento?”, questiona.

COLABOROU WILLIAM CASTANHO

CONTINUA

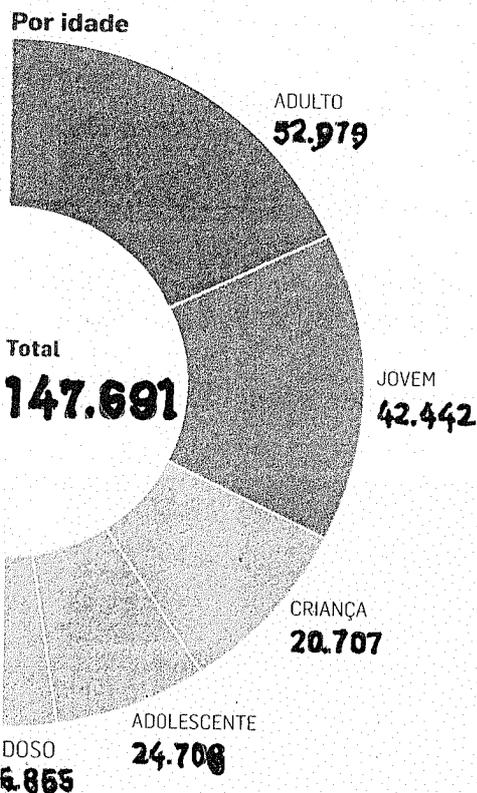
29 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

NÚMEROS DA VIOLÊNCIA

Atendimentos de mulheres vítimas de violência no SUS em 2014



Cinco tipos de violência mais comuns

EM PORCENTAGEM

Física	48,7
Psicológica	23
Sexual	11,9
Abandono	6,7
Outras	6,2

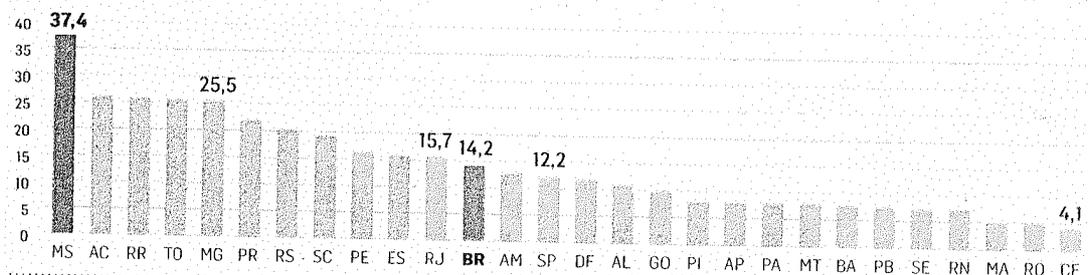
Por tipo de agressor

EM PORCENTAGEM

Cônjuge	22,5
Desconhecido	13
Autoprovocada	13
Irmão	9,9
Mãe	8,1
Ex-cônjuge	7,9
Pai	6,4
Namorado	4,2
Filho	3,3
Amigo/conh	3
Padrasto	2,5
Ex-namorado	2,3
Outros	10,3

Por estado

TAXA POR 10 MIL HABITANTES



FONTE: MAPA DA VIOLÊNCIA 2015 - HOMICÍDIO DE MULHERES

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

29 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

'A médica disse que eu tinha matado a minha filha'

Mãe acusada injustamente de colocar cocaína em mamadeira de bebê relata em livro, 10 anos depois, o drama da perda e dos dias na prisão

Edison Veiga

ENVIADO ESPECIAL | TAUBATÉ

"Olha o que você fez! Tá feliz?! Era isso que você queria? Você matou sua filha por overdose de cocaína!" Faz dez anos que a dona de casa Daniele Toledo do Prado ouviu tais palavras de uma médica - e não há um único dia em que ela não se lembre, sílaba a sílaba, dessa frase carregada de dor. As pungentes memórias da jovem mãe de Taubaté que foi injustamente presa, acusada de assassinar a filha de 1 ano e 3 meses, estão para sair no livro *Tristeza em Pó*.

Na noite de 28 de outubro de 2006, um sábado, Daniele, então com 21 anos, tentou levar sua filha Victória para o Hospital Universitário de Taubaté, na época administrado pela Fundação Universitária de Saúde de Taubaté (Fust). A menina sofria de problemas de saúde, nunca diagnosticados com precisão, desde o nascimento.

"A gravidez foi complicada e ela nasceu prematura, de 7 meses", conta Daniele, em entrevista ao Estado. "Ela só veio para casa com 2 meses e meio de idade. Mas logo começou a ter febres convulsivas e a partir do sexto mês o quadro se agravou muito. Entre idas e vindas, até sua morte, foram oito vezes em que ela ficou internada na UTL." Victória recebia alta, pas-

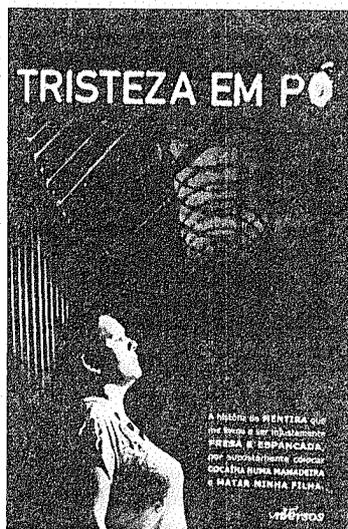
sava dois ou três dias em casa e novamente era encaminhada para o Hospital Universitário.

Naquele sábado, entretanto, por uma estranha ordem administrativa, conforme o relato de Daniele, a instituição médica não aceitou a menina. "Corri para o Hospital Municipal Infantil", recorda-se. Passaram ali a noite. Sete da manhã de domingo, a médica informou à mãe que a garota estava quase em estado de coma - e com muita febre.

"Quinze minutos depois, ela teve a primeira parada cardiorrespiratória", conta. "Foi a última vez que a peguei no colo." Na terceira, Victória não resistiu.

"Eram 10h40 quando a médica me disse que eu tinha matado minha filha. Cinco minutos depois, recebi voz de prisão, em flagrante. Não me deixaram nem encostar na minha filha. Fui para a cadeia sem entender o que tinha acontecido. Não vi o luto. Fiquei muitos anos ainda imaginando que minha filha pudesse estar viva", diz.

A partir de um teste rápido no leite que escorria da boca de Victória, os policiais concluíram que havia indícios de cocaína, incriminando Daniele. No mesmo dia, parte da imprensa veiculava o caso, chamando-a de "o monstro da mamadeira".

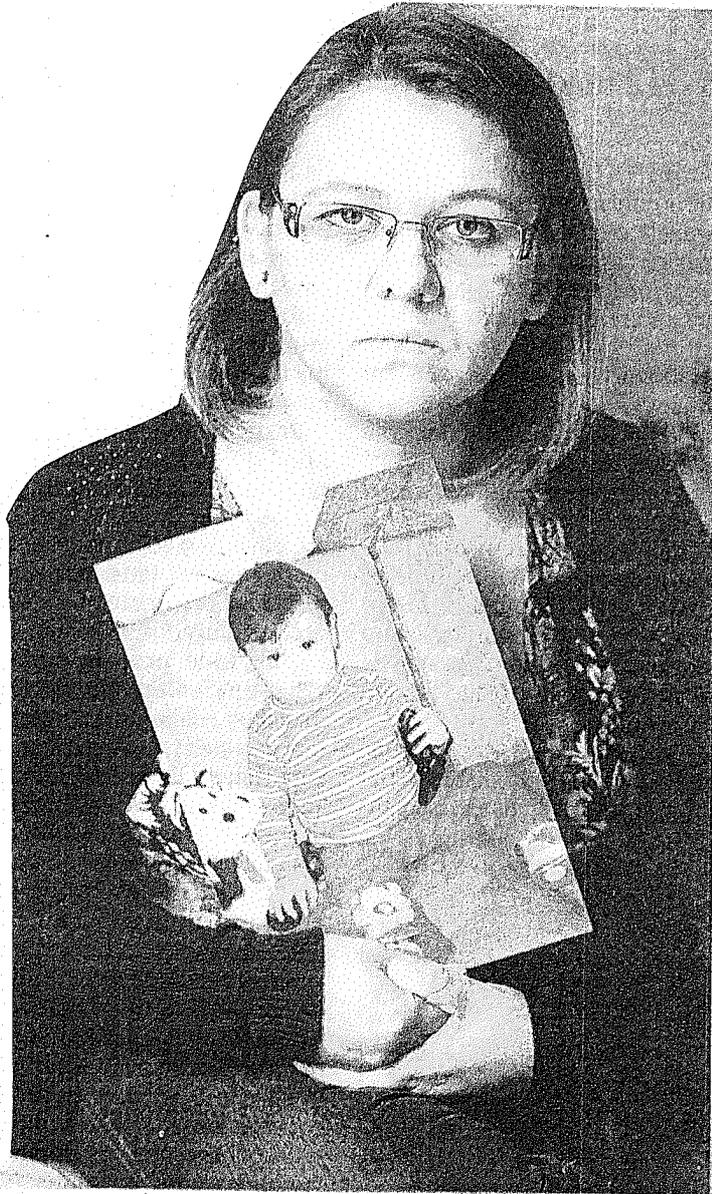


● O livro *Tristeza em Pó*, de Daniele Toledo do Prado, chega às livrarias na primeira quinzena de junho. Impresso pela Editora nVersos, tem 176 páginas e preço sugerido de R\$ 34,90.

Espancamento. Daniele foi enviada para Pindamonhangaba. "Durante a madrugada, uma televisão ligada entregou para as outras detentas quem eu era", diz. "Mandaram eu me ajoelhar. Elas davam murros e chutes. Em qualquer lugar do corpo que elas conseguissem acertar: cabeça, rosto, peito, barriga. Com a sola de um chinelo, martelaram toda uma caneta no meu ouvido. A caneta quebrou dentro de mim. Eu sentia o sangue escorrendo quente pela minha orelha." Foram quatro horas de espancamento.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO



Daniele. 'Não me deixaram encostar nela. Não vivi o luto'

● Luto

“Foram 37 dias em que fiquei presa, mas parece que foram 37 anos. Na prisão, o tempo não passa. E eu tinha medo de não ver mais minha família, ficava em desespero por saber que eu não tinha feito nada de errado, isso tudo me deixava bastante revoltada.”

Daniele Toledo do Prado

MÃE DA MENINA VICTÓRIA

Desacordada, Daniele foi levada para o pronto-socorro de Pindamonhangaba. De lá, acabou transferida para a cadeia pública de Caçapava e, em seguida, para a penitenciária feminina de Tremembé.

“Tive traumatismo intracraniano, fraturas na mandíbula, na escápula, na clavícula, perda total da audição e da visão do lado direito, mobilidade reduzida do lado direito e três coágulos cerebrais – que me obrigam a tomar medicação para evitar convulsões”, enumera.

Sua liberação só foi autorizada após laudo do Instituto de Criminalística constatar que não havia resquícios de cocaína no corpo da menina. Inocentada judicialmente dois anos depois, Daniele acredita que um episódio ocorrido dias antes da morte de sua filha tenha feito com que o Hospital Universitário não a aceitasse. Ela relata que, em uma das noites em que passava na instituição com Victória internada, teria sido estuprada por um estudante do curso de Medicina.

Daniele move dois processos em que pede indenizações. Um, contra o Estado, por causa da injusta prisão e do espancamento. O outro, contra a Fust, por causa do episódio de violência sexual.

A Fust não atendeu aos telefonemas da reportagem. A Secretaria da Segurança Pública respondeu por meio de nota: “A Polícia Civil de Taubaté esclarece que a prisão da mãe da criança foi solicitada à Justiça a partir da análise de provas disponíveis naquele momento. Após o Poder Judiciário decretar a prisão preventiva, foram apresentadas novas provas materiais, que motivaram a retificação do processo. A equipe corregedora da Delegacia Seccional de Taubaté realizou um procedimento administrativo para investigar a atuação dos policiais responsáveis pela carceragem de Pindamonhangaba. A Justiça entendeu que não havia provas que incriminassem o diretor da cadeia e os três carcereiros de plantão.”

Hoje com 31 anos, Daniele ainda mora em Taubaté. Divorciada, vive com seu outro filho, de 13 anos, e a aposentada Maria Teresa de Camargo, de 59, tia do pai de Victória. “Um segundo de injustiça acabou com a vida dela”, resume Teresa.

29 MAI 2016

O ESTADO DE S. PAULO

TRABALHO ESCRAVO STF libera divulgação da 'lista suja'

O Supremo Tribunal Federal (STF) revogou uma medida que impedia que o Ministério do Trabalho divulgasse a lista de cadastro de empresas autuadas por submeter trabalhadores a um regime análogo ao da escravidão. No recesso do ano passado, uma liminar impediu a publicação da chamada "lista suja" até que a matéria fosse julgada em definitivo.

27 MAI 2016

BEMPARANÁ

Renan Calheiros chama Janot de "mau-caráter"

Novos diálogos da bombástica delação premiada do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado trazem à tona a preocupação e os ânimos exaltados dos políticos diante dos avanços da Lava Jato, maior operação de combate à corrupção já feita no Brasil. Em uma das conversas com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), os dois revelam suas impressões sobre o procurador-geral da República Rodrigo Janot, responsável por conduzir as investigações contra os políticos com foro privilegiado.

"Agora esse Janot, Renan, é o maior mau-caráter da face da terra", diz Machado, na conversa. "Mau caráter! Mau-caráter! E faz tudo que essa força-tarefa (*Lava Jato*) quer", retruca Calheiros.

O trecho foi revelado ontem, pelo Jornal Hoje, da TV Globo. Renan é alvo de ao menos 12 inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) devido às investigações da Lava Jato e Machado também é alvo de investigações na Corte. Temendo que seu caso fosse enviado para a primeira instância, ao juiz Sérgio Moro, em Curitiba, o ex-presidente da Transpetro acabou aceitando fazer um acordo de delação premiada e entregar

"Mau caráter! Mau-caráter! E faz tudo que essa força-tarefa (*Lava Jato*) quer".

do senador Renan Calheiros (PMDB), sobre o procurador Geral, Rodrigo Janot

os áudios e contar o que sabe à Procuradoria-Geral da República.

Uma de suas conversas gravadas com políticos já levou à queda de Romero Jucá (PMDB) do Ministério do Planejamento. No diálogo revelado na segunda-feira, 23, o senador aparece discutindo propostas para "estancar" a Lava Jato com a saída de Dilma e a chegada de Temer à Presidência. Machado também gravou conversas com o ex-presidente José Sarney (PMDB).

Machado foi filiado ao PSDB por dez anos, período em que chegou a se eleger senador e virar líder da sigla no Senado. Posteriormente se filiou ao PMDB e, há pelo menos 20 anos, mantém proximidade com a cúpula do partido que assumiu a presidência.

Menor é estuprada por mais de 30 e agressores se vangloriam

Uma jovem que seria menor de idade foi vítima de um crime brutal que agora está sendo investigado pela Polícia Civil. O caso ganhou repercussão após ser compartilhado nas redes sociais um vídeo em que a vítima aparece nua e desacordada após uma sessão de estupro que aconteceu no Rio de Janeiro. Nas imagens, dois homens exibem a vítima.

30 MAI 2016

BEMPARANÁ

Delações

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos inquéritos da Operação Lava Jato, aproveitou seminário sobre direito realizado, em Curitiba, para defender a decisão do Supremo Tribunal Federal que permitiu a prisão de pessoas condenadas em segunda instância, e criticou propostas de limitação dos acordos de delação premiada. As declarações surgem no momento em que gravações feitas pelo ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, revelam a contrariedade de políticos como o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB) e o ex-presidente José Sarney (PMDB), contra as delações e a forma como vem sendo conduzidas as investigações da operação Lava Jato, comandadas por Moro.

Blindagem

“Há uma gama de pessoas poderosas que por muito tempo foram blindadas nas nossas cortes de Justiça. Podemos utilizar todo e qualquer argumento, mas nada muda essa verdade”, afirmou o magistrado. “Sei que há um projeto de lei apresentado no Congresso buscando reverter o precedente do Supremo e algumas iniciativas de ações foram propostas no STF, inclusive pela OAB. Nesse caso em particular a OAB está errada em pretender voltar ao sistema anterior. Essa decisão do Supremo é um marco no sistema legal, de recuperar o conceito básico de que todos devem ser tratados de forma igual perante a lei, independentemente do poder político e econômico”, defendeu Moro.

“Mãos Limpas”

Segundo o juiz, que comparou a Lava Jato com a operação Mãos Limpas, na Itália, a investigação que atingiu o sistema político italiano perdeu força justamente em razão da reação dos políticos daquele país. “A partir de determinado ponto a Operação Mãos Limpas passou a perder o apoio da opinião pública e proporcionou uma reação do sistema político. E essa reação veio principalmente através da aprovação de leis que acabaram minando a efetividade da Mãos Limpas”, explicou.

Gilmar Mendes e Temer discutem verba para a eleição

Ministro do Supremo se disse preocupado com falta de recursos



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, disse que seu encontro com o presidente em exercício, Michel Temer, ontem foi para manifestar sua preocupação como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com a saída do senador Romero Jucá do ministério do Planejamento Segundo ele, as conversas de liberação de verbas para o pleito deste ano estavam em andamento.

“Eu tinha avançado nas conversas com o ministro Jucá e a minha equipe estava discutindo com ele, mas aí houve

esse incidente e aí ontem ele me ligou se colocando à disposição e eu aproveitei e fui lá para conversar”, disse Mendes. Gilmar tomou posse no TSE no dia 12 de maio, mesmo dia em que Temer começou a exercer a presidência. Após dar posse aos ministros e fazer seu primeiro pronunciamento no cargo, Temer fez questão de prestigiar a cerimônia da Mendes no TSE. ●

Lewandowski extingue tramitação oculta de processos



O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, assinou resolução que “veda a classificação de quaisquer pedidos e feitos novos ou já em tramitação no Tribunal como ‘ocultos’”. A resolução, que tem a data de quarta-feira (25), ainda precisa ser publicada no Diário de Justiça

Os processos ocultos são aqueles que não ficam disponíveis para consulta no sistema do tribunal. A resolução as-

sinada altera uma outra de 2007 sobre documentos e processos de natureza sigilosa no âmbito do STF. Na nova resolução, o ministro considerou que a medida atende a pontos como o princípio da publicidade, o direito de acesso à informação, a Lei de Acesso à Informação e “a necessidade de melhor disciplinar a classificação e tramitação do crescente número de documentos e feitos de natureza sigilosa” que ingressam na Corte, entre outros aspectos. ●

27 MAI 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

UM ESTUPRO A CADA 11 MINUTOS

O estupro coletivo cometido por mais de 30 homens contra uma adolescente do Rio Janeiro é "o caso mais grave já ocorrido no Brasil", afirmou Samira Bueno, cientista social e diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Até então, o episódio mais chocante havia sido o das quatro meninas do Piauí. No caso carioca, disse Samira, além da quantidade de agressores, choca o fato de nenhum dos envolvidos ter tentado impedir a violência e "ainda terem postado o vídeo nas redes, se orgulhando do que fizeram". Uma mulher é estuprada no Brasil a cada 11 minutos, segundo estatística recolhida pela FBSP. Como apenas de 30% a 35% dos casos são registrados, é possível que a relação seja "de um estupro a cada minuto", de acordo com Samira.

NORMAL?

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, defendeu ser normal integrantes da Corte manterem conversas com representantes da classe política, mas afirmou que isso não traz nenhum prejuízo à imparcialidade do magistrado. Foi uma resposta à citação de ministros do Supremo em conversas gravadas por Sérgio Machado.